



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ -IFCE
CAMPUS CAUCAIA

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO *LATO SENSU* EM
GESTÃO NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Caucaia-Ceará

2025

Presidente da República

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro de Estado da Educação

Camilo Sobreira de Santana

Secretário-Executivo

Leonardo Barchini

Secretário de Educação Profissional e Tecnológica

Marcelo Bregagnoli

Diretora de Políticas e Regulação da Educação Profissional e Tecnológica

Patrícia Barcelos

Coordenadora-Geral de Planejamento e Avaliação da Educação Profissional e Tecnológica

Sandra Grutzmacher

Coordenadora da Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT e do Curso de Pós-Graduação (*Lato Sensu*) em Docência na EPT

Simone Medeiros

Equipe Técnica da CGPA

Ana Clara Ribeiro Dara

Flávia Helena Saraiva Xerez

Renata Oliveira de Barcelos

Simone Medeiros

Presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Denise Pires de Carvalho

Diretor de Educação a Distância

Antonio Carlos Amorim

Coordenação-Geral de Articulação de Programas e Cursos EaD

Luiz Alberto Rocha de Lira

Coordenação de Articulação de Programas e Cursos EaD

Joana Paula Alves da Silva Noia de Sousa

Coordenação de Programas, Cursos e Monitoramento em EaD

Carlos Estevam Marcolini Rezende

Coordenação-Geral de Apoio Financeiro a Programas e Cursos EaD

Bruno Teles Nunes

Coordenação de Execução e Acompanhamento Financeiro

Rogério de Sousa Oliveira

Coordenação de Concessão e Monitoramento de Bolsas

Cid Luiz Carvalho de Medeiros

**Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação
Lato Sensu em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica**

Clarice Monteiro Escott

Reginaldo Plácido

Wanderley Brito

**Elaboração das Diretrizes da Política Nacional de Formação de Profissionais
para a Educação Profissional e Tecnológica**

Eliezer Moreira Pacheco

Lucília Regina de Souza Machado

Sérgio Pedini

Simone Medeiros

**Coordenadores/as do Projeto Recursos Educacionais Digitais para Formação
Profissional e Tecnológica na Contemporaneidade do Prosa/Lantec/UFSC**

Marcelo Gules Borges

Elizandro Maurício Brick

Cristiane Dall' Cortivo Lebler

Coordenadora de Educação Profissional e Tecnológica

Lucília Regina de Souza Machado

Colaboradora da Setec/MEC

Simone Medeiros

Colaboradores/as do Prosa/LANTEC/CED/UFSC

Cristiane Dall' Cortivo Lebler
Diego França Vieira
Elizandro Maurício Brick
Francisco Fernandes Soares Neto
Jorge Lucas Simões Minella
Laura Alves
Leandro Peres de Oliveira
Marcelo Gules Borges
Valquíria Machado Cardoso Weiss

Elaboração da Versão de Implementação do **Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica no Instituto Federal do Ceará**

Reitor

José Wally Mendonça Menezes

Pró-Reitor de Ensino

Cristiane Borges Braga

Pró-Reitor Pesquisa, Pós-graduação e Inovação

Joélia Marques de Carvalho

Pró-Reitor de Extensão

Ana Claudia Uchoa Araujo

Diretor do Centro de Referência em Educação a Distância

Igor de Moraes Paim

Comissão de atualização do Projeto Pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica do IFCE *campus Caucaia*

Marlene de Alencar Dutra
Tatiane de Aguiar Sousa
Marcilia Maria Soares Barbosa Macedo
Iveline de Souza Lima
Priscilla Cavalcante de Araújo
Fabricio Augusto de Freitas Melo
Maria Izalete Inacio Vieira
Sinara Socorro Duarte
Luiz Regis Azevedo Esmeraldo

SUMÁRIO

1 DADOS DO CURSO	6
1.1 Identificação da Instituição de Ensino	6
1.2 Identificação do Curso	6
1.3 Quantitativo de Vagas	7
2 APRESENTAÇÃO	7
3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	8
3.1 IFCE <i>Campus</i> Caucaia	10
4 JUSTIFICATIVA PARA CRIAÇÃO DO CURSO	12
5 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL	15
6 OBJETIVOS	18
5.1 Objetivo Geral.....	17
5.2 Objetivos Específicos	18
7 FORMAS DE INGRESSO	20
8 ÁREA DE ATUAÇÃO	20
9 PERFIL ESPERADO DO FUTURO PROFISSIONAL	21
10 METODOLOGIA	22
10.1 Princípios Pedagógicos	26
10.2 Material Didático	37
11 ESTRUTURA CURRICULAR	39
12 MATRIZ CURRICULAR	40
12.1 Organização Curricular	42
12.1.1 <i>Módulo I – Núcleo Comum</i>	42
12.1.2 <i>Módulo II – Núcleo Específico – Fase 1</i>	43
12.1.3 <i>Módulo III – Núcleo Específico – Fase 2</i>	43
13 FLUXOGRAMA	44
14 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM	44
14.1 Tipos e formatos dos instrumentos de avaliação	46
14.2 Avaliação presencial	46
14.3 Avaliação a distância (assíncrona)	48
14.4 Autoavaliação (síncronas ou assíncronas)	51
15 ESTÁGIO	52

16 TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO	52
16.1 Plano de Formação	54
16.2 Orientações procedimentais	56
16.3 Orientações práticas aos docentes	59
16.4 Orientação do estudante	60
16.5 Acompanhamento dos/as docentes	61
17 EMISSÃO DO DIPLOMA	61
18 AVALIAÇÃO DO PROJETO DE CURSO	61
19 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES NO PDI DO CURSO	62
19.1 Núcleo de Atendimento a pessoas com necessidades educativas específicas	62
19.1 Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas	64
20 APOIO AO DISCENTE	64
20.1 Política de assistência estudantil	64
20.2 Inclusão	65
20.3 Setor Técnico Pedagógico	65
20.4 Setor de Controle Acadêmico	66
20.5 Permanência e êxito estudantil	67
20.6 Coordenação Pedagógica	67
21 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR	68
21.1 Coordenação	69
21.2 Corpo Docente	70
21.3 Corpo técnico administrativo	73
21.4 O Colegiado	74
22 INFRAESTRUTURA	75
22.1 Infraestrutura digital	75
22.2 Os núcleos de tecnologias educacionais e educação a distância	76
22.3 Bibliotecas: Presencial e Virtual	77
22.4 Infraestrutura física	79
REFERÊNCIAS	80
ANEXOS – PLANOS DE UNIDADE DIDÁTICA	85

1 DADOS DO CURSO

1.1 Identificação da Instituição de Ensino

NOME	Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará – <i>Campus Caucaia</i>
CNPJ	107440980023-50
Endereço	Rua Francisco da Rocha Martins, S/N Caucaia/CE CEP: 61642-000
Cidade - UF	Caucaia – Ceará
Fone	(85) 33871450
Página Institucional	https://ifce.edu.br/caucaia
Email Institucional	ensino.caucaia@ifce.edu.br

1.2 Identificação do curso

Nome do Curso	Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica				
Código/Área de Conhecimento	7.08.00.00-6 - Educação 7.08.07.07-8 - Ensino Profissionalizante				
UA Responsável	Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Ceará – <i>Campus Caucaia</i> Natureza jurídica: Autarquia federal Representante legal: Jarbas Rocha Martins				
Carga Horária Total	360h	Duração	18 meses	Nº vagas	300
Modalidade	Educação a distância				
Título a ser conferido	Especialista em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica				
Sistema de organização	Modular Núcleo Comum, Núcleo Específico e Trabalho de Conclusão de Curso. Subdivisão em Módulos e Unidades Temáticas.				
Sistema de créditos	1 crédito = 20 horas				
Forma de Ingresso	Seleção Pública				
Periodicidade oferta	Única				
Instituições parceiras	Instituição proponente do Edital - CAPES/UAB Nº 25/2023				
Polos	São Gonçalo, Ubajara, Caucaia Pabussu, Orós, Aracoiaba e Itapipoca				
Início da oferta	Abril/maio de 2025				

1.3 Quantitativo de Vagas

O processo seletivo é público, em consonância com a legislação em vigor no âmbito do que determina a Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes), e devem considerar o quantitativo de vagas acordado com a Setec/MEC e UAB/Capes, no contexto do Edital Capes nº 25/2023. O ingresso de candidatos/as considera as normas internas do IFCE, bem como a legislação brasileira vigente expressa neste PPC.

A seleção e a classificação dos/as candidatos/as serão efetuadas com base nos resultados obtidos em processo seletivo, por meio de Edital publicado pelo IFCE *campus* Caucaia, sendo este número de vagas condicionado aos editais da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). As vagas remanescentes serão preenchidas por meio de edital específico.

Serão 300 (trezentas) vagas organizadas por turmas de 50 (cinquenta) alunos. Estas turmas serão distribuídas nos 06 (seis) polos de apoio presencial de São Gonçalo, Ubajara, Caucaia Pabussu, Orós, Aracoiaba e Itapipoca.

2 APRESENTAÇÃO

O presente documento constitui-se no projeto pedagógico do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica (EPT), na modalidade de educação a distância, incluído na área de Educação, código 70800006, e na subárea Ensino Profissionalizante, código 70807078, da tabela de áreas de conhecimento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Este documento tem a intenção de subsidiar as instituições de ensino que integram simultaneamente a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPECT) e o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB/Capes) na elaboração de seus Projetos Pedagógicos de Curso, os quais deverão ser tramitados nas respectivas instâncias dessas instituições, para aprovação e implementação subsequente, de acordo com o que prevê o Edital Capes nº 25, de

20/09/2023, atualizado em 6 de dezembro do mesmo ano. No âmbito desse edital, o curso contará com 8.100 vagas distribuídas em 37 instituições que manifestaram interesse em participar dessa nova oferta, com previsão de início a partir de março de 2025.

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, em sua nova edição, integra a Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT (Brasil, 2024), em consonância com o [Decreto nº 8.752/2016](#), que instituiu a Política Nacional de Formação de Profissionais da Educação Básica, e em atendimento à meta 15 do [Plano Nacional de Educação 2014-2024](#).

3 CONTEXTUALIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

A Rede Federal de Ensino possui raízes centenárias na história do Brasil. Desde o presidente Nilo Peçanha, no início do século XX, que se construiu os alicerces – naquela época como ferramenta política específica para classes menos favorecidas – do que hoje se constitui em uma organização política das instituições federais de educação profissional e tecnológica. A rede é regulamentada pela Lei 11.892/2008, vinculada ao Ministério da Educação, dotado de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didática, pedagógica e disciplinar.

Os atuais Institutos Federais figuram como instituições que ofertam a educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando/qualificando cidadãos para que atuem de maneira significativa em qualquer ramo para o qual se proponham, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. São, portanto, centros de excelência que lecionam desde o ensino técnico de nível médio até a pós-graduação, no desenvolvimento de programas de extensão, divulgação científica e tecnológica, além de realizar e estimular a pesquisa aplicada e até a produção cultural.

No Ceará, especificamente, a instituição possui 108 anos de história em sua busca pela qualificação profissional, técnica e tecnológica, tendo sua origem em 1909 com a Escola de Aprendizizes Artífices. Diferentes nomes foram assumidos ao longo de sua história, a citar: Liceu Industrial do Ceará (1941), Escola Técnica

Federal do Ceará (1968), Centro Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Ceará (1994) e, finalmente, Instituto Federal do Ceará (2008).

O Instituto Federal do Ceará conta com 35 unidades espalhadas por todas as regiões do estado, entre elas: Acaraú, Acopiara, Aracati, Baturité, Boa Viagem, Camocim, Canindé, Caucaia, Cedro, Crateús, Crato, Fortaleza, Guaramiranga, Horizonte, Iguatu, Itapipoca, Jaguaribe, Jaguaruana, Juazeiro do Norte, Limoeiro do Norte, Maracanaú, Maranguape, Mombaça, Morada Nova, Paracuru, Pecém, Polo de Inovação Fortaleza, Quixadá, Reitoria, Sobral, Tabuleiro do Norte, Tauá, Tianguá, Ubajara e Umirim.

Alinhado a tal diretriz, o atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), possui a missão de produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de participar integralmente da formação do cidadão, tornando-a mais completa, visando sua total inserção social, política, cultural e ética.

O IFCE, amparado pela legislação, reconhece a importância estratégica do uso das TIC como apoio e enriquecimento do ensino presencial e da modalidade a distância para expansão do ensino, ampliação do acesso e sua democratização. Para tanto, vem empenhando esforços, a fim de assumir o desafio de consolidar-se como centro de excelência em EAD, com o objetivo de levar a educação onde for necessário.

Nesse ensejo, a área de EaD do IFCE tem como objetivos:

- implementar, acompanhar e avaliar políticas, programas e projetos institucionais para a modalidade de ensino a distância e presencial, apoiados por tecnologias digitais;
- garantir as condições didático-pedagógicas, tecnológicas e administrativas adequadas e
- garantir equânime tratamento de carga horária da atuação docente nas atividades de ensino a distância e presencial (PPI/IFCE,2018).

Destinados a quem já concluiu o Ensino Médio, são ofertados cursos a distância em 16 *campi* do IFCE: Curso Técnico em Administração; Curso Técnico em Informática para Web; Curso Técnico em Eventos; Curso Técnico em Secretaria Escolar; Curso Técnico em Serviços de Restaurante e Bar. Com previsão de oferta

dos Cursos Técnicos em Meio Ambiente e Técnico em Desenho de Construção Civil.

No que se refere à política interna o PDI do IFCE (2019-2023) deixa bem claro que a “EaD é um projeto estratégico” (p.65) sendo de responsabilidade da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN). No PDI há projeção que todos os campi tenham um núcleo de educação a distância para dar suporte às atividades didáticas. Como meta a ser alcançada cita que 25% do corpo docente assuma alguma disciplina na modalidade a distância.

O plano de metas do IFCE Caucaia (2020-2023) tem como objetivo aumentar em 20% a taxa de matrículas em cursos de licenciatura ou programas de formação pedagógica (presencial e a distância) atendendo a normativa 11.892/2008.

3.1 IFCE campus Caucaia

O IFCE Campus Caucaia está situado na Rua Francisco da Rocha Martins s/n, CEP: 61609-090, Bairro Pabussu, Caucaia-CE. Tem sua história ligada à fase de expansão das unidades do IFCE. Foi inaugurado no dia 27 de dezembro de 2010 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e entregue oficialmente à comunidade de Caucaia no dia 26 de agosto de 2011. Após sua inauguração, permaneceu oficial e administrativamente vinculado ao Campus de Maracanaú sob a nomeação de Campus Avançado, sendo o diretor geral de Maracanaú o responsável administrativamente pelo Campus de Caucaia. Atualmente, o IFCE *Campus* Caucaia consolida-se como autônomo segundo a Portaria nº 378, publicada pelo Ministério da Educação (MEC), no Diário Oficial da União (DOU), de 09 de maio de 2016, que possibilitou alçar-se como Campus convencional.

Caucaia está situada na região metropolitana de Fortaleza, possui uma área de 1.228.506 km² e fica aproximadamente a 17 km do centro da capital cearense. Segundo dados do IBGE (2010), aponta uma população total de 325.441 habitantes, estimando-se atualmente um número populacional de 349.526 habitantes. Desses, 34.176 são jovens que se encontram em idade entre 15 e 19 anos. O município de Caucaia foi escolhido tendo em vista sua proximidade geográfica com o Complexo

Industrial e Portuário do Pecém – CIPP. Nesse sentido, o *Campus* torna-se peça-chave para atender às demandas de mão-de-obra do complexo do Pecém.

As primeiras turmas do *Campus* foram iniciadas em 2012, com os cursos de Eletroeletrônica, Metalurgia e Petroquímica. Porém, ressalta-se que os profissionais egressos dos cursos do *Campus* de Caucaia atendem não só a demanda do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP, mas também a todas as empresas do polo industrial de Caucaia e outros setores correlatos que se estabelecerem no entorno da região.

Com o surgimento do CIPP, cresceu a necessidade de profissionais qualificados para atender e manter a sustentabilidade dessa economia, sendo assim, é imperativo para o IFCE campus Caucaia que a oferta dos cursos esteja voltada para os arranjos produtivos locais, com respeito a suas características socioculturais. Atualmente o IFCE *Campus* Caucaia conta os cursos articulado à formação profissional e acadêmica: Integrado em Eletroeletrônica, Integrado em Metalurgia, Integrado em Química, Integrado em Segurança do Trabalho, Subsequente em logística, subsequente em Administração EaD Semipresencial, Técnico Integrado em Química, Técnico Integrado em Metalurgia, Técnico Integrado em Eletroeletrônica. Em nível superior temos: Bacharelado em Engenharia de Produção, Licenciatura em Química e Licenciatura em Matemática.

Além destes, são ofertadas duas especializações *Lato Sensu* voltadas à formação docente: Ensino de Ciências Exatas e Ensino de Ciências Humanas. E, o curso *Stricto Sensu*: Mestrado em Educação Física - Convenio SME e Mestrado em Educação Física – Seleção.

Dentre a oferta de cursos de extensão à comunidade, o campus se destaca na oferta de cursos de extensão em LIBRAS, Língua Espanhola, Língua Inglesa e Japonês, Mulheres Mil - Agente de Microcrédito, Capacita Programação iOS – EaD, Capacita Computação em Nuvem - EaD, Capacita Infraestrutura de Redes 5g – EaD, Tutoria Online e Gestão da aprendizagem - EaD

A expectativa do IFCE *Campus* Caucaia, portanto, é de oportunizar ampla e plenamente um ensino técnico, tecnológico, bacharelado e licenciatura a estudantes desta região e circunvizinhança a fim de impactar socioeconomicamente a vida da comunidade, fortalecendo os laços entre a instituição e a comunidade.

No que diz respeito a EaD, iniciamos o Núcleo de Educação a Distância do campus em agosto de 2019. Em dezembro de 2022 foi criado o curso de Administração em EaD, ofertado no 1º semestre de 2023 em uma turma exclusiva do Exército Brasileiro. A segunda turma foi ofertada em fevereiro de 2024, com metade dos alunos do Exército Brasileiro e metade de alunos civis. E, a terceira turma com 40 vagas teve início este ano de 2025.

Temos, ainda, 1.800 alunos oriundos do programa de capacitação Capacita Brasil e mais 300 oriundos do Curso de Tutoria, que visa a formação de novos tutores qualificados, totalizando 2.140 alunos matriculados na Educação a Distância no campus Caucaia.

4 JUSTIFICATIVA PARA CRIAÇÃO DO CURSO

O mundo atual caracteriza-se pela fragmentação e pela dispersão da produção econômica, pela hegemonia do capital financeiro, pela rotatividade de mão de obra, pela obsolescência vertiginosa das qualificações para o trabalho em decorrência do surgimento incessante de novas tecnologias, pelo desemprego estrutural, pelas desigualdades, causando exclusão social, econômica e política.

Para além desses aspectos, a sociedade contemporânea é marcada por uma descentralização do poder, com ênfase na multiplicidade e na diversidade de perspectivas e de identidades (Veiga-Neto, 2007). Esse entendimento abre a discussão sobre a identidade das instituições de Educação Profissional e Tecnológica como lugares de construção de diálogos e compromissos com a educação pública, gratuita e de qualidade, compreendida como recurso necessário para a transformação dessa realidade.

Nessa direção, espera-se que uma instituição de EPT, além de oportunizar o acesso a todos/as, seja também aquela de cuja construção todos/as possam participar, de modo que sua atuação social corresponda aos interesses mais amplos da sociedade. É preciso considerar, todavia, que a gestão das instituições de ensino de EPT se contextualiza em um cenário sócio-histórico complexo, marcado por rupturas, contradições e desafios em relação às políticas públicas específicas para esse campo.

Assim, o exercício da gestão implica, além da inerente dimensão técnica, a necessidade de postura reflexiva e crítica por parte de quem a exerce, em relação às questões políticas que desenham as relações de poder, com as diferentes instâncias da esfera pública, as instituições de EPT e a sociedade.

Fazer gestão na EPT implica enfrentar as contradições históricas que a constituem, fruto da divisão social de classes e da hegemonia do capital, e a consequente exclusão social, econômica e política, fundamentada na divisão social do trabalho.

Esse movimento impõe o enfrentamento da tensão entre o senso comum educacional, que defende a aplicação de métodos e de princípios da administração empresarial capitalista alinhada aos desígnios do mercado, em contraposição a uma concepção de cunho crítico-emancipatório, que considera a condição cultural e histórica do trabalho pedagógico e do papel social da escola, o processo pedagógico como sua especificidade e sua dimensão democrática como práxis social e política (Paro, 2010; 2020).

Assim, ressignificar o papel e a práxis do/a gestor/a na EPT implica entender a sua condição política, redimensionando as relações sociais de poder no interior da escola e dela com a sociedade, construindo um processo de caráter eminentemente democrático. Nessa perspectiva, é fundamental a compreensão de que a gestão educacional e escolar na EPT carrega em si o compromisso de promover a participação ativa de estudantes, educadores/as e membros da sociedade no processo de tomada de decisões e na organização das instituições de ensino.

Considerando a gestão de uma instituição como mediação para a realização de determinados fins, não há como ensinar valores democráticos sem que as práticas institucionais estejam imbuídas nesses mesmos princípios e significados. Essa abordagem, comprometida com a transparência, com a inclusão, com a responsabilidade compartilhada e com o fortalecimento da comunidade educacional, visa possibilitar uma educação de qualidade e a formação cidadã dos/as estudantes.

Trata-se, portanto, do exercício da cidadania que possibilita a apropriação e a construção da instituição escolar como um território verdadeiramente público. Assim, a gestão na EPT deve estar voltada a possibilitar o engajamento de

diferentes sujeitos na realização dos objetivos institucionais. Para Ângelo Ricardo de Souza (2009, p. 125), trata-se de

[...] um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas.

Sendo assim, a oferta do Curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica com tais concepções se justifica, tendo em vista a necessidade de formação nessa área como uma oportunidade aos educadores e às educadoras que atuam ou que desejam atuar em espaços e em funções de gestão na EPT, para conhecimento, planejamento, implementação e acompanhamento de políticas e de processos da Educação Profissional e Tecnológica em instituições públicas.

No processo de formação para a gestão na EPT, o que se coloca é a necessidade de compreensão do referencial que sustenta a práxis crítica, reflexiva, democrática e emancipatória, tanto dos membros da comunidade escolar quanto da própria instituição, procurando superar a contradição que existe entre uma educação democrática e uma gestão puramente gerencial (Paro, 2010). É de fundamental importância que o/a gestor/a se apoie nos pressupostos da teoria crítico-dialética, relacionando-a com a prática social, e que esteja comprometido/a em resolver problemas da educação no contexto da escola, além de buscar atender aos interesses da classe trabalhadora e da transformação social (Veiga, 2018).

Considerando o caráter público da educação, a gestão democrática, portanto, demanda relações fundadas em regras de colaboração, corresponsabilidade e solidariedade entre os diferentes segmentos que constituem cada instituição. Trata-se, portanto, da gestão social que se contrapõe ao modelo de gestão estratégica das instituições mercantilistas, por meio da qual o processo decisório é exercido pela participação ativa e solidária dos diferentes sujeitos sociais, fundamentado na ação dialógica a fim de alcançar a integralidade da dimensão humana (Tenório, 1998, 2006). Esse diálogo coletivo, constituinte do modelo de gestão social das instituições, vai significar que a legitimidade das decisões deve ter origem em espaços de discussão orientados pelos princípios da inclusão, do pluralismo, da igualdade participativa, da autonomia e do bem comum. Espaços onde se articulam

diferentes atores que vocalizam as suas pretensões com o propósito de planejar, executar e avaliar políticas públicas ou decisões de produção (Tenório, 2006, p. 1147).

Isso representa um grande desafio, na medida em que implica a mudança de lógica dos processos autoritários para um processo educativo de comprometimento e de construção da autonomia baseada no compromisso com os objetivos maiores da instituição. Como afirma Denise Leite (2005), a participação permite que os atores institucionais criem e recriem os processos constituintes de organização e de funcionamento em cada instituição.

Considerando os aspectos apontados, o que se propõe como percurso formativo é o aprofundamento da formação crítico-dialética em relação às dimensões científicas, sociais e políticas da EPT. Com isso, espera-se que os/as profissionais da educação possam ter acesso aos subsídios teóricos para planejar e desenvolver formas e estratégias de gestão das instituições de educação, de modo a constituir espaços educacionais que possibilitem a criação de condições para a formação integral do ser humano (Paro, 2010; Ramos, 2008).

Desse modo, o percurso formativo do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na EPT estrutura-se a partir de uma concepção de gestão social participativa e dialógica, como possibilidade para a prática educativa emancipatória e autônoma, tanto dos membros da comunidade escolar quanto da própria instituição.

5 FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente proposta de Curso está em conformidade com as orientações políticas e com a legislação que regulamenta a oferta de cursos de pós-graduação *Lato Sensu* no Brasil, em particular as citadas abaixo:

- Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.

- Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016, que dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica.
- Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância, de agosto de 2007, que define princípios, diretrizes e critérios para as instituições que oferecem cursos na modalidade de educação a distância;
- Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017, que regulamenta o Art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.
- Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino.
- Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação Lato Sensu também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
- Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018, que altera o inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação Lato Sensu também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 5 de janeiro de 2021, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica.
- Resolução nº 4, de 16 de julho de 2021, que altera o artigo 11 da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação Lato Sensu também denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior.
- Resolução nº 77, de 13 de dezembro de 2022, que dispõe sobre a composição e organização dos Núcleos de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.

- Decreto nº 5.800 de 8 de junho de 2006, que institui o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB, voltado para o desenvolvimento da modalidade de educação a distância, com a finalidade de expandir e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior no País.
- Portaria nº 102 de 10 de maio de 2019. Regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183 de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273 de 6 de fevereiro de 2006.
- Resolução nº116, de 26 de novembro de 2018. Aprova o regulamento dos cursos de pós-graduação Lato Sensu do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará.
- Resolução nº 87, de 07 de outubro de 2019. Aprova o Regulamento das Ações de Heteroidentificação do IFCE.
- Resolução CONSUP/IFCE nº 80, de 29 de junho de 2023. Aprova o Regulamento das Ações Afirmativas da Pós-graduação do IFCE.
- Instrução Normativa PRPI/IFCE Nº 23, de 03 de abril de 2024. Estabelece critérios complementares ao Regulamento de Cursos de Pós-graduação Lato Sensu do IFCE para a oferta de cursos de especialização na modalidade a distância e presencial com oferta de carga horária a distância.
- Portaria 542, de 17 de abril de 2017. Credenciamento do IFCE para a oferta de cursos na modalidade a distância.
- Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017 que institui a educação a distância no Brasil.
- Resolução CNE/CP nº 1, de 06 de maio de 2022, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Profissional Técnica de Nível Médio (EPTNM-Formação).
- Resolução CNE/CP nº 1, de 2 de julho de 2019 - Altera o Art. 22 da Resolução CNE/CP nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

- Portaria Capes nº 309, de 27 de setembro de 2024, que regulamenta critérios, estrutura organizacional e normas para seleção de bolsistas e o pagamento de bolsas no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).
- Instrução Normativa nº 1, de 1º de outubro de 2024. Estabelece os limites quantitativos, os parâmetros de cálculo e os procedimentos para concessão e pagamento de bolsas no Sistema Universidade Aberta do Brasil, regulamentadas pela Portaria Capes nº 309, de 27 de setembro de 2024.
- Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019 - Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação).

6 OBJETIVOS

6.1 Objetivo Geral

Promover o aprimoramento dos conhecimentos em Gestão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) por meio de reflexões teórico-críticas e contextualizações práticas, considerando as especificidades dessa modalidade educacional e os compromissos com a educação pública emancipatória, na perspectiva da gestão democrática e participativa.

6.2 Objetivos Específicos

- Compreender os fundamentos de uma gestão escolar participativa e democrática;
- Examinar as políticas públicas e a legislação educacional em uma perspectiva histórica e crítica e suas implicações para a oferta e para as condições de desenvolvimento da EPT;

- Analisar as relações entre gestão pedagógica, administrativa e de pessoal, considerando os objetivos da escola e as práticas de organização e gestão com foco na melhoria da aprendizagem;
- Conhecer ferramentas de gestão e formas de organização do trabalho escolar considerando preceitos democráticos, participativos e dialógicos em vista do planejamento acadêmico, da (re)elaboração de projetos pedagógicos e de planos de ensino e da avaliação institucional;
- Discutir os aspectos dos ambientes social, cultural, econômico e político a serem considerados na configuração situacional de escolas que ofertam a EPT;
- Refletir sobre a relação trabalho, sociedade e educação e suas implicações para a formação humana omnilateral, politécnica e emancipatória;
- Estabelecer as relações entre teorias e práticas de gestão na EPT à luz da necessidade da formação humana integral e da relação com o mundo do trabalho;
- Conhecer o teor das propostas de gestão pública educacional dos organismos multilaterais internacionais e suas implicações para a EPT brasileira;
- Refletir sobre as relações de poder no cotidiano escolar considerando a perspectiva da gestão democrática e os compromissos da formação humana integral e emancipatória na EPT;
- Analisar formas mediante as quais os/as gestores/as podem atuar na mobilização para o diálogo entre coletivos escolares na EPT, sobretudo para a elaboração compartilhada de propostas e estratégias orientadas por valores éticos de emancipação social;
- Discutir formas de condução ao diálogo da escola com a comunidade externa, com as entidades de representação, com os sistemas de ensino e com o poder público;
- Explicitar valores e normas do serviço público e a importância do controle social, das relações com os sistemas de ensino, comunidades e movimentos sociais para a efetivação da gestão democrática e participativa;
- Compreender estratégias de inclusão social e educacional na EPT baseadas nos preceitos da igualdade, equidade e valorização das diversidades

(culturais, étnicas, raciais, de gênero, orientação sexual, etárias, das pessoas com deficiência e mobilidade reduzida, regionais, territoriais, políticas e religiosas);

- Verificar formas de fomento à indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, inclusive por meio de políticas institucionais;
- Discutir as conexões entre o planejamento acadêmico e a avaliação institucional como meio de efetivar a gestão democrática e participativa;
- Averiguar formas pelas quais a gestão na EPT pode contribuir para atenuar os riscos da evasão e do abandono discentes e encorajar a permanência e o êxito escolares.

7 FORMAS DE INGRESSO

O ingresso nos cursos de pós-graduação Lato Sensu dar-se-á por processo seletivo público normatizado por edital, com vagas para ampla concorrência, preferencialmente, gestores e professores da rede pública e privada que atuem na educação profissional e tecnológica no estado do Ceará. Os/as candidatos/as ao ingresso no Curso devem atuar no estado do Ceará.

8 ÁREA DE ATUAÇÃO

Os profissionais egressos formados no curso lato sensu de Gestão em Educação Profissional e Tecnológica poderão atuar em espaços e funções da gestão educacional, tanto pública quanto privada, em especial na direção e na vice-direção de escola, coordenação pedagógica, orientação educacional e supervisão de ensino, compondo e fortalecendo o sistema organizacional da gestão educacional, principalmente na Educação Profissional e Tecnológica.

9 PERFIL ESPERADO DO FUTURO PROFISSIONAL

O perfil profissional do egresso do Curso Especialização em Gestão da Educação Profissional e Tecnológica contempla o domínio dos saberes da Gestão Democrática e Participativa que incluem conhecimentos teóricos e práticos acerca do sistema de organização, gestão escolar e cultura organizacional (Libâneo, 2012) que irão mediar sua atividade nas instituições no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica.

Neste contexto o perfil profissional desejado para os/as egressos/as deste curso está centrado no entendimento crítico de como agir, em face das complexas situações do mundo do trabalho, na gestão de instituições, coletivos de trabalho pedagógico e na implementação de políticas públicas concernentes a essa modalidade educacional. Isso pressupõe ter em vista:

- o conhecimento sobre como investigar o ambiente social, cultural, econômico e político em que se situa a escola;
- a compreensão das relações de poder, da importância da comunicação interna e externa à escola e do trabalho em equipe;
- o planejamento dialógico, a (re)elaboração de projetos pedagógicos e de planos de ensino, a avaliação institucional e a implementação de ferramentas de gestão e de novos processos de organização do trabalho escolar e pedagógico de forma democrática e participativa;
- a mobilização da capacidade de diálogo dos coletivos escolares para a elaboração compartilhada de propostas e estratégias destinadas a enfrentar os desafios sociais, educacionais, econômicos e ambientais que surgem, pautadas pelos valores da ética e da emancipação social;
- a implementação de processos que visem à inclusão social e educacional, à igualdade e ao respeito às diversidades culturais (culturais, étnicas, raciais, geracionais, de gênero, orientação sexual, territoriais, políticas e religiosas e de pessoas com deficiência);
- a transparência na gestão dos recursos, privilegiando ampla discussão e decisão em relação à sua aplicação;
- a valorização dos membros da comunidade escolar, dando voz e escuta ativa aos/às estudantes e às suas representações, aos/às docentes, pais, mães ou

responsáveis, funcionários/as técnico-administrativos e conselho escolar ou órgãos colegiados;

- o amplo diálogo com a comunidade, com as entidades de representação, com os sistemas de ensino e com o poder público;
- o comprometimento com os valores e as normas do serviço público, a cultura do controle social, a valorização das relações com os sistemas de ensino, as comunidades e os movimentos sociais, na perspectiva da gestão democrática e participativa;
- a participação da escola em redes de cooperação comprometidas com a expansão da EPT pública, democrática, inclusiva e emancipatória;
- a divulgação dos sucessos obtidos pelo coletivo da escola, seus/suas professores/as, estudantes e técnicos/as administrativos/as;
- as formas pelas quais a gestão na EPT pode contribuir para atenuar os riscos da evasão e do abandono discentes e encorajar a permanência e o êxito escolares.

10 METODOLOGIA

No Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, o processo de produção de conhecimentos privilegia formas diversificadas de interação pedagógica que contribuam com o desenvolvimento pleno dos/as estudantes. As atividades pedagógicas a serem desenvolvidas pelos gestores escolares, em consonância com o paradigma de EPT que orienta o curso, estarão baseadas na metodologia dialética, privilegiando a relação parte-todo, a relação teoria e prática, o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico.

Com base na pedagogia histórico-crítica de Saviani (2008), a proposta metodológica sinaliza que o desenvolvimento pedagógico dos conteúdos previstos nas unidades temáticas se dê por meio de “tempos curriculares”, conforme orienta Ramos (2017):

[...] **tempos de problematização** (a prática social e produtiva ainda como síncrese); **tempos de instrumentalização** (o ensino de conteúdos necessários para compreender o processo problematizado); **tempos de**

experimentação (o enfrentamento, pelo estudante, de questões práticas, mediante as quais ele se sente desafiado a valer-se do conhecimento apreendido e, então, a consolidá-los e/ou a identificar insuficiência e limites dos conhecimentos apreendidos); **tempos de orientação** (o acompanhamento, pelos professores, dos enfrentamentos dos estudantes, visando organizar aprendizados e/ou colocar novas questões); **tempos de sistematização** (síntese/revisão de questões, de conteúdos e de relações); e, **tempos de consolidação** (avaliações com finalidades formativas) (Ramos, 2017, p. 43, grifos nossos).

Dessa forma, o/a estudante, profissional da EPT envolvido na gestão, terá participação ativa na construção do conhecimento, privilegiando a relação e a reflexão sobre a sua prática, a partir dos conhecimentos científicos abordados. Esse movimento, para a relação e a problematização da prática e da teoria, deve considerar, ainda, o esforço interdisciplinar em relação ao currículo proposto.

Nesse percurso formativo, coerente com a concreticidade da vida social dos sujeitos, as contradições são tidas como relevantes e trabalhadas mediante uma análise crítica do conhecimento e da sociedade (Ramos, 2017, p. 37).

Assim, o/a docente, partindo da **problematização** da realidade concreta, auxilia o/a estudante a levantar questões sobre os problemas enfrentados na prática cotidiana da gestão na EPT para, na sequência, com base na **instrumentalização**, discuti-los à luz dos conceitos teóricos, elucidando-os e analisando-os criticamente. Importante que a discussão e as atividades propostas ao longo do componente curricular levem à **experimentação**, preferencialmente articulada ao Plano de Formação do discente. A experimentação contribuirá para o estudante realizar o enfrentamento da problematização levantada, introduzindo questões práticas, com base nos conhecimentos apreendidos.

Esse movimento contribuirá para que os conhecimentos abordados tomem significado e se materializem na prática de gestão de forma ressignificada, transformando a realidade. Ao longo desse processo, é de fundamental importância o acompanhamento e orientação do/a docente, no que se refere aos objetivos da componente curricular, bem como do/a orientador/a, articulando a reflexão crítica com a problematização e propósitos do Plano de Formação do/a estudante.

É desejável que o/a docente estabeleça as devidas relações entre os conhecimentos abordados no componente curricular sob sua responsabilidade com os demais conceitos discutidos em outras unidades temáticas, especialmente de um

mesmo módulo, buscando garantir a relação parte-todo e teoria e prática, com uma abordagem interdisciplinar. A orientação do/a docente e do/a orientador/a contribuirá para a organização das novas aprendizagens e para o necessário enfrentamento das questões postas pelos/as estudantes, criando formas e processos inovadores de gestão em EPT. Essa proposta metodológica possibilitará que o/a estudante realize a **sistematização** do conhecimento teórico-prático, promovendo a síntese dos conceitos e suas relações.

A **consolidação** do processo se dará por meio das avaliações com caráter processual, formativo e emancipatório. Tal concepção avaliativa exigirá, portanto, do/a docente e orientador/a, o acompanhamento do/a estudante ao longo do processo, redefinindo a orientação, as leituras e as ações, tanto dos/as docentes quanto dos/as discentes.

Dessa forma, a avaliação deixa de se dar a partir da medição do desempenho final do/a estudante no componente curricular, por meio de instrumentos avaliativos estanques, deslocados do processo de ensino e de aprendizagem, mas passa a ser o fio condutor de todo o processo.

Faz-se necessário destacar que essa proposta de procedimentos pedagógicos estabelece a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão como eixo central do processo de ensino e de aprendizagem. No contexto do componente curricular, a pesquisa como princípio pedagógico contribui para a problematização da prática social e estabelece a possibilidade de criação de propostas inovadoras, participativas e democráticas no âmbito da gestão na e da EPT.

A extensão, entendida como diálogo constante entre teoria e prática, materializa-se por meio do Plano de Formação do/a discente, com a proposição de novos formatos de planejamento, ações e processos construídos coletivamente com os demais atores vinculados ao seu contexto de trabalho, voltados às necessidades e às demandas evidenciadas pela comunidade escolar e pela sociedade em geral.

Nessa perspectiva, a extensão no Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica deve interligar o currículo e suas atividades de ensino e pesquisa com as demandas da escola de EPT, numa perspectiva de relação entre teoria e prática, bem como de socialização do conhecimento. Socializar o conhecimento construído, além de fortalecer a parceria

mútua no campo do conhecimento, também instiga os/as estudantes a participarem com responsabilidade e compromisso em projetos que busquem melhoria dos processos de gestão. Caracteriza-se, portanto, como observação de demandas concretas dos espaços de EPT, proposta de ação e de socialização dos resultados.

Tais procedimentos pedagógicos fundamentam-se na perspectiva de que a construção do conhecimento se dá por meio da mediação e da comunicação, nas relações dialógicas e colaborativas e na compreensão de que as relações sociais e a vida humana são mediadas por ferramentas, instrumentos e técnicas construídos coletiva e socialmente.

Como este curso foi concebido para ser oferecido na modalidade EaD, a atuação de professores/as, estudantes e equipe de acompanhamento se reveste de características específicas, sobretudo quanto aos cuidados com as interações por meio das mensagens emitidas e recebidas, ao estímulo às problematizações e à participação ativa, à observância da ética emancipatória, ao emprego de materiais pedagógicos coerentes e aos processos avaliativos comprometidos com a aprendizagem.

Fóruns, *chats* e o Memorial, entendidos como espaços dialógicos, foram concebidos para oportunizar as interações entre professores/as, formadores/as, tutores/as, estudantes e equipe de acompanhamento, de forma a garantir a participação de todos/as, a exposição e o esclarecimento de dúvidas, a complementação de aspectos de conteúdo, o incentivo às discussões, as orientações necessárias para o bom andamento do curso e os registros de experiências. Especialmente, o Memorial deve iniciar a partir do primeiro componente curricular do núcleo comum e **ser transversal a todo o curso**, para que, dessa forma, possa se constituir em um espaço de diálogo para a construção do Plano de Formação e do Relatório de Formação.

Os componentes curriculares serão desenvolvidos de forma assíncrona, mas a cada início de componente uma atividade síncrona será desenvolvida visando à introdução do tema e das questões que ela traz, estimulando a problematização e as convergências de interesses do/a docente e dos/as discentes acerca do tema em estudo.

10.1 Princípios Pedagógicos

Destaca-se que a Educação Profissional e Tecnológica faz parte de uma proposta de política pública de educação sintonizada com um projeto social emancipatório. Esta proposta, ao articular a oferta educacional (ampliada e interiorizada) com uma concepção histórico-crítica do processo educativo, busca a formação omnilateral dos sujeitos. A intencionalidade de tais políticas é a de que estas estejam vinculadas ao contexto social em que são implantadas e a de que a educação seja considerada

[...] não apenas como elemento contribuinte para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, mas também como fator para fortalecimento do processo de inserção cidadã de milhões de brasileiros. Trata-se de um projeto progressista que entende a educação como compromisso de transformação e de enriquecimento de conhecimentos objetivos capazes de modificar a vida social e de atribuir-lhe maior sentido e alcance no conjunto da experiência humana, proposta incompatível com uma visão conservadora de sociedade. Trata-se, portanto, de uma estratégia de ação política e de transformação social (Pacheco, 2011, p. 17).

Dessa maneira, as referências tecnicistas das diferentes versões históricas da Educação Profissional e Tecnológica à sua gestão, bem como seu objetivo limitado à formação/qualificação de mão de obra, são substituídas por uma visão humanista e vinculada aos problemas do mundo do trabalho contemporâneo. Nesse sentido, a proposta curricular do curso assume a concepção da EPT em uma perspectiva crítico-dialética e emancipatória. Para tanto, orienta-se pelos princípios que regem a Política Nacional de Formação de Profissionais para a EPT definida pela Setec/MEC: a formação humana integral; o trabalho como princípio educativo; a prática social como produtora de conhecimentos; a indissociabilidade das dimensões do processo educativo; e os educandos como produtores de conhecimento (Brasil, no prelo, p. 22-28).

- Formação humana integral

Em termos da formação humana integral, a gestão educacional e escolar da EPT pode contribuir para superar a divisão dos seres humanos entre os que pensam e os que executam e a hierarquia de conhecimentos subordinada à diferenciação das classes sociais.

A perspectiva de formação humana integral, no âmbito da EPT, requer que o trabalho de gestão educacional planeje e desenvolva, em conjunto com os

profissionais da EPT, estratégias para superar os entraves relacionados aos investimentos financeiros, à estrutura física necessária para o funcionamento das atividades educacionais, ao desenvolvimento dos recursos tecnológicos e às políticas de valorização dos profissionais da educação, com vistas à promoção da autonomia das unidades educacionais. Nessa perspectiva, a gestão precisa mobilizar a comunidade escolar para a definição de um projeto político-pedagógico cujo princípio central encaminhe o planejamento e a práxis educativa visando à formação profissional de cunho emancipatório.

Nesse sentido, faz-se necessário suprimir a hierarquia de conhecimentos de origem classista; entender a educação profissional e tecnológica como um bem público e um instrumento de valorização do trabalho e dos trabalhadores; compreender as bases materiais da formação de sujeitos históricos e da consciência de classe social; valorizar a história do trabalho e do conhecimento na constituição da humanidade e entender a realidade concreta como síntese dialética.

A perspectiva de educação integral consiste na formação omnilateral do ser humano, com desenvolvimento pleno de suas potencialidades e consciente de suas capacidades para libertar-se da alienação. A formação humana integral é, segundo Marise Ramos (2005), um dos princípios da EPT, cujas dimensões são trabalho, ciência e cultura.

A concepção de educação omnilateral, além da formação politécnica, também engloba os conhecimentos teóricos e práticos do desenvolvimento intelectual humano, como constituintes de sua dimensão social. Para Gaudêncio Frigotto (2012, p. 267), a educação omnilateral significa

[uma] concepção de educação ou formação humana que busca levar em conta todas as dimensões que constituem a especificidade do ser humano e as condições objetivas e subjetivas reais para o seu pleno desenvolvimento histórico. Essas dimensões envolvem sua vida corpórea material e seu desenvolvimento intelectual, cultural, educacional, psicossocial, afetivo, estético e lúdico. Em síntese, educação omnilateral abrange a educação e a emancipação de todos os sentidos humanos, pois os mesmos não são simplesmente dados pela natureza.

Tal concepção crítica de educação busca considerar as relações históricas, sociais e culturais como dimensões integradas ao contexto social da vida humana (Saviani, 2008).

No movimento de constituir-se histórica e culturalmente sobre processos produtivos e, por consequência, nos processos socioculturais, o trabalho humano é

concebido como práxis mediadora e transformadora da natureza pelos indivíduos, na produção de sua sobrevivência.

Portanto, para superar a formação do ser humano alienado pela divisão social do trabalho, a formação humana integrada não somente possibilita uma articulação entre educação básica e formação para o trabalho, como também oportuniza uma formação politécnica e integradora dos conhecimentos científico-tecnológicos (Ciavatta, 2014).

Nessa direção, a educação integral busca superar a formação escolar subalterna e voltada para o mercado de trabalho. Ela visa, sobretudo, a uma educação para o mundo do trabalho, cujo processo formativo objetiva a construção de conhecimentos que possibilitam o desenvolvimento da consciência crítica acerca da natureza e das contradições da sociedade capitalista, do seu domínio técnico, tecnológico e econômico sobre os seus processos produtivos. Ao estimular o aproveitamento do potencial da prática educativa em todas as suas dimensões, a formação humana integral permite transcender a visão utilitarista do ensino e libertar o ser humano da alienação, a partir do desenvolvimento das suas capacidades de pensar, sentir e agir nas relações sociais e com o mundo do trabalho.

- O trabalho como princípio educativo

A reflexão sobre a formação humana integral nos leva à questão do trabalho como princípio educativo. Esse princípio sugere que uma das atribuições dos/as educadores/as em EPT é possibilitar que o/a educando/a consiga identificar a historicidade do trabalho humano e o papel das classes sociais no desenvolvimento dos processos produtivos; entender o trabalho como elemento essencial na transformação da natureza, da sociedade e do próprio ser humano; e compreender que a ciência resulta da transformação teorizada do trabalho.

O trabalho é uma dimensão fundante na produção da vida social para a concretização de uma proposta educacional cujo objetivo é a formação humana integral. Lucília Machado (2023, p. 5) considera que “a riqueza humana criada pelos trabalhadores, inclusive em termos de novos saberes, valores e normas, teria o potencial de ser também formativa”.

No contexto da produção social capitalista, todavia, a atividade de formar plenamente o ser humano constitui-se em uma atividade desafiadora no sistema educacional. Para Frigotto (2012, p. 272-273),

o desafio é, pois, a partir das desigualdades que são dadas pela realidade social, desenvolver processos pedagógicos que garantam, ao final do processo educativo, o acesso efetivamente democrático ao conhecimento na sua mais elevada universalidade. Não se trata de tarefa fácil e nem que se realize plenamente no interior das relações sociais capitalistas.

Assumir uma perspectiva educacional que possibilite a formação humana integral exige reconhecer o trabalho como princípio educativo, cuja contribuição visa à apropriação de conceitos e de métodos científicos a partir da integração das dimensões teórica e prática na produção da vida social. Tal concepção de formação pode possibilitar que o ser humano compreenda e supere as condições históricas de exploração e de alienação do trabalho às quais ele é submetido enquanto constituinte da classe trabalhadora, que, além de tudo, hoje, se defronta com avanço da automatização, dos algoritmos e da inteligência artificial (Machado, 2023).

Tomar o trabalho como princípio educativo na perspectiva da formação humana integral estabelece que a educação para o trabalho se torne formação humana na amplitude do seu potencial físico e intelectual e na perspectiva emancipadora do ser social. Ademais, o trabalho como princípio educativo possui significado quando, no processo formativo, são consideradas a historicidade das ações humanas, a realidade socioeconômica em suas contradições, as condições tecnológicas concretas e a totalidade da vida social. Nessa perspectiva, os processos educacionais são tomados como práticas sociais intencionais de construção e de apropriação de conhecimentos, de desenvolvimento de técnicas e de tecnologias no âmbito do desenvolvimento da ciência e da cultura.

A partir da concepção do trabalho como princípio educativo *na e para* a perspectiva de educação integral e emancipatória, é fundamental refletir sobre o papel e a contribuição da gestão escolar e educacional nesse processo.

Inicialmente, considera-se que o planejamento, a organização e o acompanhamento das atividades das instituições escolares devem possibilitar a compreensão do processo histórico de produção científica e tecnológica, como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente. Nesse processo, entende-se que tais ações devem possibilitar a discentes, docentes e demais profissionais da educação a organização e o desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem em condições para ampliar e aprofundar a relação teórico-prática na produção do conhecimento para a formação integral do ser humano, particularmente

daqueles que vivem do trabalho. Nessa direção, Kuenzer, Abreu e Gomes (2007, p. 472) assinalam que,

ensinar a conhecer, enquanto capacidade de agir teoricamente e pensar praticamente é a função da escola; esse aprendizado não se dá espontaneamente pelo contato com a realidade, mas demanda o domínio das categorias teóricas e metodológicas pelo aprendizado do trabalho intelectual. As novas demandas de articulação entre conhecimento científico e conhecimento tácito reforçam a necessidade de ampliação crescente das oportunidades de acesso ao conhecimento com qualidade como condição necessária à inserção e à permanência nas relações sociais e produtivas para os que vivem do trabalho.

Assim, o trabalho é considerado princípio educativo na medida em que a escola desenvolve as condições concretas para a construção de uma práxis educativa ancorada na perspectiva da pedagogia histórico-crítica.

A partir dessa práxis, é importante refletir como a gestão escolar e educacional pode contribuir para a superação das formas de organização escolar ancoradas em tendências pedagógicas e práticas de ensino fragmentadas e utilitaristas. Para isso, as práticas de gestão escolar e educacional devem possibilitar a articulação entre ciência, cultura, tecnologia e sociedade, tomando o trabalho como princípio educativo.

- Prática social como produtora de conhecimentos

A luta diária da humanidade se constitui como um laboratório de vivências e de produção de saberes fundamentais para a sobrevivência individual e coletiva. Assim, a prática social é que possibilita a elaboração de teorias explicativas e de soluções no plano material e imaterial para os desafios da coletividade. Nessa perspectiva, o conhecimento é entendido como produção social coletiva; é necessária a valorização da sabedoria popular vinda da prática diária; a relação prática-teoria-prática informa dialeticamente a ação educativa.

Um dos desafios da gestão na EPT consiste em organizar a instituição e mobilizar as pessoas para que uma educação capaz de tornar perceptíveis as múltiplas interações do sujeito com o mundo do trabalho sejam ofertadas. Isso exige do/a gestor/a um olhar cuidadoso e atento para a escola, no entendimento desta como um espaço de construção de saberes, como um caminho para a compreensão das interações do sujeito com o mundo do trabalho, assim como das suas interações com o mundo da vida social e do conhecimento. Ou seja, o/a gestor/a

precisa reconhecer e tratar a escola como espaço público onde ocorre ensino, extensão e pesquisa como "prática social de conhecimento" (Santos, 1989).

Na mesma direção, Cipriano Luckesi (1985, p. 49) coloca como pressuposto básico "que o conhecimento só nasce da prática com o mundo, enfrentando os seus desafios e resistências, e que o conhecimento só tem seu sentido pleno na relação com a realidade". Para esse autor, o conhecimento compreende três dimensões: inicialmente, como compreensão e transformação do mundo; em segundo lugar, como subsídio para a ação; e, em um terceiro momento, como condição para a libertação. A ação sobre o mundo com vistas à sua transformação exige que o sujeito o compreenda e o intérprete.

Os conhecimentos historicamente produzidos para compreensão do mundo foram e são desenvolvidos por um conjunto de sujeitos sociais e são, portanto, históricos e sociais. "Histórico, porque cada conhecimento novo é um aprofundamento de conhecimentos anteriores; e social, porque nenhum sujeito constrói um conhecimento totalmente novo" (Tozoni-Reis, s/d, p. 3).

Nesse sentido, entende-se, a partir desse princípio pedagógico, que cabe ao/a gestor/a criar condições e mobilizar as pessoas para pensar a escola como lugar de busca, de estudo, de conhecimento, de explicação e de compreensão do mundo de forma crítica e reflexiva. Isso implica o permanente diálogo entre a teoria e a prática, motivados por ações do sujeito, inclusive no cotidiano, e demonstra que não basta preencher os requisitos do sistema, sendo necessário, igualmente, diminuir o abismo entre áreas do conhecimento, entre o técnico e o humano.

A análise da prática social como produtora de conhecimento, no contexto da gestão escolar e educacional, implica, necessariamente, repensar a função da educação escolar.

Na perspectiva da gestão social e emancipatória, a gestão escolar e educacional requer que os diversos atores participantes desse processo atuem para não secundarizar a função social intrínseca à educação escolar. Nessa direção, Saviani (2008) defende que a escola deve orientar-se pelo propósito de contribuir com o desenvolvimento integral do ser humano. Para o referido autor, a educação escolar, a partir da concepção histórico-crítica,

[...] envolve a necessidade de se compreender a educação no seu desenvolvimento histórico-objetivo e, por consequência, a possibilidade de se articular uma proposta pedagógica cujo ponto de referência, cujo

compromisso, seja a transformação da sociedade e não sua manutenção, a sua perpetuação (Saviani, 2008, p. 80).

Assim, tanto os desafios da gestão escolar e educacional quanto a implementação da prática social como produtora de conhecimento consistem em criar e em assegurar coletivamente as condições técnicas, pedagógicas e políticas que possibilitem o desenvolvimento dos conhecimentos técnicos, tecnológicos, científicos e culturais.

Nesse sentido, é fundamental que a gestão escolar reflita sobre a importância da participação ativa dos diferentes sujeitos e segmentos da escola, promovendo-a, a partir do seu compromisso político como horizonte para a construção de uma realidade educacional transformadora (Saviani, 2008).

- Indissociabilidade no processo educativo

A indissociabilidade no processo educativo se refere à inseparabilidade contida na expressão ensino-pesquisa-extensão, porquanto, partes de um mesmo processo, que deve permear toda a atividade educativa, a saber: ensino-pesquisa-extensão praticados como partes indissociáveis; integração dialética entre teoria e prática; não hierarquização dessas dimensões no processo educativo.

Na política de formação de profissionais da Educação Profissional e Tecnológica, o princípio da indissociabilidade no processo educativo requer a integração ensino, pesquisa e extensão como dimensões do conhecimento para promover uma formação acadêmica voltada para a realidade social e, portanto, em diálogo constante com a comunidade.

A indissociabilidade entre ensino, extensão e pesquisa, desde a educação básica, é essencial para proporcionar uma educação mais abrangente, estimulante e conectada com a realidade. Essa integração fortalece a formação dos/as educandos/as, instiga a produção de conhecimento e promove o desenvolvimento social e econômico, contribuindo para o progresso da educação e da sociedade.

A indissociabilidade, a partir do desenvolvimento de práticas pedagógicas integradoras em oposição às tradicionais práticas fragmentadoras do saber, requer soluções ético-políticas institucionais, com definição de finalidades educacionais emancipadoras, capazes de promover a autonomia dos sujeitos envolvidos no processo educacional (Araujo; Frigotto, 2015).

A articulação ensino, pesquisa e extensão – sem afastar as especificidades de cada uma dessas atividades – é um princípio orientador que possibilita a construção da perspectiva de educação humana integral. Tal processo deve considerar a realidade social, econômica, tecnológica e cultural na qual cada instituição está inserida, em cumprimento às suas finalidades e aos seus objetivos estabelecidos no plano de desenvolvimento institucional.

A materialização da integração entre ensino, pesquisa e extensão, na prática acadêmico-científica e cultural, todavia, não se restringe às atividades desenvolvidas entre professores/as e estudantes, pois a indissociabilidade deve ser entendida como atribuição institucional e, portanto, requer o envolvimento dos múltiplos sujeitos que integram cada instituição educacional, especialmente daqueles/as que atuam na gestão e na condução das políticas institucionais. Nessa linha interpretativa, Araújo e Frigotto (2015, p. 64) consideram que, para que se desenvolvam práticas pedagógicas integradoras, são necessárias não somente soluções didáticas, mas também políticas, as quais são fundamentais para que o projeto de ensino integrado se efetive com a plenitude do seu significado político de transformação.

Colocar em prática o princípio da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, desde as ações de gestão, portanto, impõe um esforço institucional que visa a superar o modelo educacional alicerçado no trabalho fragmentado entre os segmentos que planejam/decidem e os que executam as atividades que visam ao alcance dos objetivos e das finalidades da educação.

As ações de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão contribuem para o desenvolvimento socioeconômico do país. Isso porque a produção de conhecimento, a formação de profissionais qualificados e o trabalho em parceria com a sociedade geram impactos que promovem o crescimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida das pessoas (Gonçalves, 2015).

A integração entre ensino, pesquisa e extensão como conceitos indissociáveis fortalece o sistema educacional. Ao integrar teoria e prática, promover a produção de conhecimento e se envolver ativamente com a comunidade, as instituições de ensino se tornam mais relevantes e conectadas com as necessidades e com as demandas da sociedade. Isso contribui para elevar a qualidade socialmente referenciada da educação, propiciar a valorização do ensino,

da pesquisa e da extensão e impulsionar o desenvolvimento educacional do país (Severino, 2009).

Nessa perspectiva, também a relação entre conhecimentos técnicos e propedêuticos em percursos formativos distintos está sujeita a um movimento de superação com base na indissociabilidade entre os conhecimentos que sustentam a preparação para as funções intelectuais, voltados para ação de planejamento e de supervisão, e os conhecimentos instrumentais, que sustentam a prática das atividades de execução.

O reconhecimento da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão requer a promoção de uma nítida articulação entre essas atividades, para além da dimensão pedagógica. Todavia, tal integração não se faz sem o envolvimento e a efetiva participação das múltiplas instâncias de gestão escolar e educacional.

Para alcançar maior amplitude na indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão, requer-se a institucionalização do trabalho coletivo e participativo na e da gestão escolar e educacional, com vistas ao acompanhamento das atividades de planejamento e de desenvolvimento da educação. Conforme orientam Maciel, Jacomeli e Brasileiro (2017, 483-484),

a gestão organizacional, integrada à gestão pedagógica, deve estar embasada, além dos imprescindíveis conhecimentos pedagógicos, em uma orientação teórica que possibilite a gestão administrativa e política da escola. Nesse sentido, a gestão organizacional não pode se reduzir a uma pura e simples execução de políticas federais, estaduais e municipais. A compreensão de uma gestão profissionalizada [...] não está em contradição com a democratização da escola, em particular com seus processos decisórios, mas em sintonia com as novas demandas da complexidade da gestão educacional.

Para esse fim, portanto, compreende-se que é atribuição da gestão escolar e educacional encarregar-se do planejamento e do acompanhamento das condições políticas, administrativas, de infraestrutura e de financiamento para atendimento das demandas pedagógicas, técnicas e tecnológicas, como meios que possibilitam o alcance do princípio de indissociabilidade.

Assim, o currículo do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica busca contribuir para a percepção dos/as gestores/as da necessária superação da dicotomia entre ensino, pesquisa e extensão, teoria e prática e conhecimentos técnicos e propedêuticos, de forma a buscar um constante diálogo com a sociedade e com o mundo do trabalho.

- Educando/a como produtor/a do conhecimento

A pesquisa como princípio pedagógico trabalha a relação e a articulação dos saberes para a produção de conhecimento e para a intervenção social, com vistas a contribuir com o desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional. Tratar a pesquisa numa ótica pedagógica é compreendê-la como agente possibilitador de emancipação humana, que propicia ao/à estudante a produção de novos conhecimentos, a compreensão da sua realidade e a construção e o fortalecimento de sua autonomia.

O fomento à pesquisa como uma prática diária entre estudantes e educadores/as é uma atividade reflexiva e investigativa, num movimento de ação-reflexão-ação, que proporciona o conhecimento teórico e empírico acerca das temáticas a serem investigadas, repercutindo no processo educativo e formativo do sujeito.

O ato de pesquisar baseia-se em dois princípios: o princípio científico, que se consolida na construção da ciência; e o princípio pedagógico, que diz respeito à atitude de questionamento diante da realidade. O desafio colocado à pesquisa é ir além da descoberta científica, pois o seu compromisso com a humanidade deve representar a conjugação do saber, do fazer e do transformar. Os novos conhecimentos produzidos pelas pesquisas deverão estar colocados a favor dos processos locais e regionais numa perspectiva de reconhecimento e de valorização no plano nacional e global.

A pesquisa como princípio pedagógico deve ser um dos pilares da atividade acadêmica na EPT. Nesse sentido, tem-se como um dos objetivos da EPT a formação de pessoas voltadas à investigação, à inovação e à difusão de conhecimentos de forma crítica e reflexiva, buscando, com responsabilidade, o desenvolvimento científico, social, econômico, ambiental e tecnológico, do âmbito local ao internacional.

Entendida como elemento articulador do currículo e como um caminho didático e investigativo para aprendizagem, a adoção da pesquisa como princípio pedagógico estabelece uma nova dinâmica em sala de aula. É uma perspectiva que visa à autonomia do/a estudante, tornando o processo de ensino dialógico, e a aprendizagem mais significativa, democrática e comprometida com sua formação integral.

Cabe aos/às gestores/as mobilizar os/as demais educadores/as para que contribuam com o desenvolvimento de atitudes de pesquisador nos/as estudantes, tendo a pesquisa como fonte de saber e de transformação do ambiente acadêmico em um espaço dinâmico. Por meio da pesquisa, o/a professor/a pode desenvolver uma ação pedagógica diferenciada, aplicando o princípio da ação-reflexão-ação e relacionando a teoria e a prática de forma dialógica, contextualizada, interdisciplinar e flexível.

Além disso, os/as gestores/as devem promover o debate para a organização de um currículo que garanta, em seu espaço e nos seus movimentos, a pesquisa como princípio educativo, de modo que este não seja apenas uma prática e/ou iniciativa individual de cada docente, e sim uma dinâmica fundamental em toda organização curricular.

Apoiados no entendimento advindo das Diretrizes Curriculares Nacionais para EPT sobre a pesquisa como princípio pedagógico, do ponto de vista da organização curricular, são necessárias novas formas de seleção e de organização dos conteúdos.

Esses processos devem contemplar o diálogo entre as áreas de conhecimento, supondo a primazia da qualidade do conhecimento construído na relação com o/a estudante sobre a quantidade de conteúdos apropriados de forma mecânica e a preferência do significado social do conhecimento ante os critérios formais inerentes à lógica disciplinar.

O desenvolvimento do trabalho das instituições educativas, na perspectiva da formação humana integral, tendo a pesquisa como princípio pedagógico, com vistas à sua emancipação, é fundamental para a constituição do/a educando/a como produtor/a do conhecimento.

Tal perspectiva de gestão escolar e educacional tem como pressuposto o desenvolvimento de práticas institucionais que visam a contribuir com os fins da EPT, para incentivar a pesquisa e a autonomia dos/as educandos/as. A finalidade dessa articulação é que essa concepção na e da EPT deve ter como fundamento as características e as especificidades do processo de trabalho/produção pedagógico escolar (Paro, 1986; 2010), na qual o/a educando/a ocupa espaço central como sujeito produtor do conhecimento.

É, pois, nesse contexto, que os/as gestores/as na e da EPT devem refletir sobre a criação e o aperfeiçoamento das condições administrativas concretas para o desenvolvimento do/a educando/a como produtor/a do conhecimento.

Nessa direção, a pesquisa entendida como princípio pedagógico, com integração entre os saberes que os/as educandos/as já detêm e o conhecimento científico histórico e socialmente produzido, possibilita a intervenção social, com vistas a contribuir para o desenvolvimento individual e coletivo.

Como é possível perceber, os princípios que regem a Política Nacional de Formação de Profissionais da EPT sustentam transversalmente o currículo do Curso de Especialização *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, articulando os conceitos e sua relação com a prática da gestão na e da EPT.

Para tanto, as unidades temáticas e os conhecimentos a serem discutidos em cada uma delas estão organizados para buscar a superação da dicotomia teoria e prática, bem como da dicotomia entre os conteúdos técnicos e propedêuticos na formação técnica, encaminhando para a construção de saberes que sustentam a concepção de gestão democrática, participativa, inclusiva e emancipatória nas instituições de EPT.

Ademais, o IFCE Campus Caucaia por meio do NTEAD, tem contribuído para a formação para o uso das tecnologias digitais, além de apoiar o planejamento e a avaliação dos/as docentes, tutores/as e outros/as especialistas que venham a atuar na formação, de modo a assegurar as condições materiais e subjetivas adequadas e a articulação entre os diferentes profissionais envolvidos

10.2 Material Didático

Serão selecionados, produzidos e disponibilizados aos/às docentes formadores/as, tutores/as e estudantes materiais didáticos em conformidade com as especificidades da Educação Profissional e Tecnológica e de um curso no formato EaD. Esse acervo ficará acessível aos estudantes, e sua indicação e mediação de uso será feita pelos/as professores/as formadores/as e tutores/as, considerando as temáticas trabalhadas e as atividades propostas na oferta do curso.

Como parte dos materiais didáticos, serão elaborados recursos educacionais abertos (REAs) correspondentes às unidades temáticas do curso. Trata-se de

materiais hipermediáticos que trazem a síntese do diálogo e do trabalho de múltiplas especialidades envolvidas no seu processo coletivo de produção, fruto de uma relação orgânica entre pensar e fazer orientados às finalidades últimas da política de formação para EPT.

Esses materiais, criados especialmente para essa política de formação para subsidiar a sua implementação, estão sendo concebidos e desenvolvidos por uma equipe de docentes e de pesquisadores/as especialistas em EPT em parceria com a Setec/MEC e pela Equipe Multidisciplinar do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Tecnologia Ético-Crítica (Prosa) e do Laboratório de Novas Tecnologias (Lantec) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), os quais serão indexados em uma plataforma on-line, para uso de modo assíncrono, em coerência com o presente projeto pedagógico.

O propósito desses materiais didáticos é promover um processo formativo emancipatório, que possibilite a identificação de desafios práticos a serem problematizados, a sistematização de conceitos e de ideais que instrumentalizam releituras crítico-totalizadoras da realidade profissional vivenciada e que inspire a autonomia coletiva para realização de práticas profissionais alinhadas aos princípios da Educação Profissional e Tecnológica. Ressalta-se que o material didático será com licença aberta para todos os campi ofertantes.

11 ESTRUTURA CURRICULAR

A carga horária das unidades temáticas será distribuída considerando o número de semanas e o tempo de dedicação aos estudos, necessário para o alcance dos objetivos.

Considerando que os seguintes critérios:

- Tempo total de curso é de dezoito (18) meses corridos que equivalem setenta e cinco (75) semanas;
- As atividades não devem se sobrepor para não sobrecarregar os cursistas, os quais em sua maioria são trabalhadores da educação;
- As primeiras três (03) semanas serão destinadas às atividades iniciais, como a aula inaugural e ambientação;

- Entre a oferta de um Módulo e outro deverá haver um intervalo de duas (02) semanas;
- As recuperações das avaliações devem ser feitas no intervalo entre os Módulos;
- As defesas de Trabalho de Conclusão de Curso e atividades de encerramento do curso deverão ocorrer nas últimas cinco (05) semanas;
- As primeiras três (03) semanas serão destinadas às atividades iniciais, como a aula inaugural e ambientação.

Diante do exposto, a distribuição das atividades previstas está delineada no quadro abaixo:

Quadro 1 - Distribuição das atividades no período previsto para o curso

N. de Semana	Atividades	Descrição
03	Atividades iniciais do Curso	Aula inaugural, ambientação e outras
61	Oferta das unidades temáticas	Módulo 1 - 100h Módulo 2 - 140h Módulo 3 - 80h TCC - 40h
6	Atividades de recuperação	Duas semanas ao final de cada módulo
5	Atividades finais do Curso	Defesas/avaliação do Relatório técnico/artigo e outras atividades relativas ao encerramento do Curso
75	Total	

Fonte: Setec/MEC, 2025.

Conforme explicitado as unidades temáticas são ofertadas uma por vez e se estruturam por meio das seguintes ações: estudo dos materiais didáticos; atividades de avaliação da aprendizagem; desenvolvimento do Memorial; encontros síncronos via webconferência; encontros presenciais nos polos, as quais visam garantir os princípios políticos e pedagógicos deste documento.

A interrelação entre as Unidades Temáticas e Plano de Formação terá o Memorial como dispositivo formativo para a elaboração do Relatório de Formação (Científico) ou artigo, que será o produto do Trabalho de Conclusão de Curso. No decorrer das unidades temáticas, os cursistas serão orientados a registrar suas reflexões, problematizações, achados, experiências vivenciadas, dúvidas, no Memorial. Trata-se também de uma estratégia de comunicação necessária entre a

tutoria e os cursistas. É um meio para o estudante expressar sua história durante o seu processo formativo. Nele, o cursista deverá resgatar a relação com aprendizagens anteriores, valores, cultura e, sobretudo, conduzir uma reflexão sobre os aprendizados nas unidades temáticas e suas experiências vivenciadas, em especial, nas relações com a sua prática em sala de aula.

12 MATRIZ CURRICULAR

Este curso é uma ação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (Setec/MEC), no âmbito da Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica, destinada a estabelecer princípios e objetivos para programas e ações de profissionais para atuação na EPT, a serem implementados em regime de colaboração entre os sistemas de ensino em consonância com o Plano Nacional de Educação.

Nesse sentido, dois outros cursos de pós-graduação *Lato Sensu* serão oferecidos também na modalidade a distância. Sua organização curricular é compartilhada e se compõe de 02 (dois) núcleos, denominados comum e específico. O núcleo comum integra os três cursos, enquanto o núcleo específico é destinado a abordar as particularidades de cada curso.

A Setec/MEC, em parceria com a Capes/UAB, disponibilizará um cronograma nacional para a oferta dos três cursos iniciais no âmbito da Política de Formação de Profissionais para a EPT, nele constando um roteiro de implementação destinado a todas as instituições ofertantes do curso, ajustável de acordo com a realidade e as peculiaridades locais da oferta.

No início do curso e estudo dos componentes curriculares do núcleo comum, o IFCE Campus Caucaia oferecerá ao/à estudante as principais funcionalidades do Ambiente Virtual do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, com foco nas múltiplas possibilidades interativas que serão disponibilizadas ao longo do processo formativo do/a educando/a, com ênfase nas características e especificidades da educação a distância.

Conforme apresentado no Quadro 2, o Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de educação a

distância, se organiza em 02 (dois) núcleos (comum e específico), divididos em 03 (três) módulos, totalizando 10 (dez) unidades temáticas, além dos momentos de Trabalho de Conclusão de Curso.

Quadro 2 – Matriz Curricular do Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, na modalidade de educação a distância.

Módulo	Núcleo	Disciplina Unidade Temática	Carga Horária (CH)	CH Teórica/Prática	Crédito
Módulo 1 (100h) 1º Semestre	NÚCLEO COMUM (80h)	Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica	40h	32h teóricas 08h práticas	2
		Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos I	20h	16h teóricas 04h práticas	1
		Trabalho-Educação: Fundamentos teóricos e didáticos II	20h	16h teóricas 04h práticas	1
	TCC 1º Momento (20h)	Trabalho de Metodologia Científica I	20h	16h teóricas 04h práticas	1
Módulo 2 (140h) 2º Semestre	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 1 (120h)	Gestão Educacional	20h	16h teóricas 04h práticas	1
		Políticas Públicas e Legislação para a EPT	40h	32h teóricas 08h práticas	2
		Planejamento Educacional e Avaliação Institucional na EPT	20h	16h teóricas 04h práticas	1
		Democracia e Gestão Democrática na Educação Profissional e Tecnológica	40h	32h teóricas 08h práticas	2
	TCC 2º Momento (20h)	Trabalho de Metodologia Científica II	20h	16h teóricas 04h práticas	1
Módulo 3 (120h) 3º Semestre	NÚCLEO ESPECÍFICO FASE 2 (80h)	Gestão da Escola de Educação Profissional e Tecnológica Integral e Integrada Educacional	40h	32h teóricas 08h práticas	2
		Gestão para a Inclusão e Diversidades	20h	16h teóricas 04h práticas	1
		Gestão para a Permanência e o Êxito	20h	16h teóricas 04h práticas	1
	TCC 3º Momento (40h)	Trabalho de Conclusão de Curso	40h	32h teóricas 08h práticas	2
	Carga horária total do curso		360h		18

12.1 Organização Curricular

O detalhamento do Plano da Unidade Didática (PUD) de cada componente curricular (Unidade Temática) será trazido no Anexo I, onde são apresentados os a carga horária, objetivos, as ementas, metodologia, avaliação, recursos educacionais, bibliografia básica e bibliografia complementar.

12.1.1 Módulo I – Núcleo Comum

Neste Módulo, será abordado o caráter pedagógico e emancipatório da cultura digital e do trabalho, respectivamente, por meio da cultura digital ética, reflexiva, crítica e criativa; da relação pedagogia histórico-crítica versus o pragmatismo, teoria do capital humano e lógica das competências, dos conceitos de Ensino Integrado e Práxis Transformadora, bem como a contribuição de cada uma destas temáticas para o desenvolvimento da Educação Profissional Tecnológica no Brasil.

Desta forma, o Módulo I que compõe no Núcleo Comum é integrado pelas seguintes Unidades Temáticas: Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica (40h), Trabalho-Educação: fundamentos teóricos e didáticos I (20h), Trabalho-Educação: fundamentos teóricos e didáticos II (20h) e Trabalho de Metodologia Científica I (20h) tendo como dispositivos de formação transversalizado o Plano de Formação e o Memorial Formativo.

12.1.2 Módulo II – Núcleo Específico Fase I

Compõem este módulo as Unidades Temáticas da primeira fase do Núcleo Específico deste curso, as quais objetivam abordar as particularidades da Gestão na EPT. Nas Unidades Temáticas que seguem, temas como legislação, políticas públicas, democracia, avaliação institucional e planejamento são desenvolvidos tendo como enfoque o contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

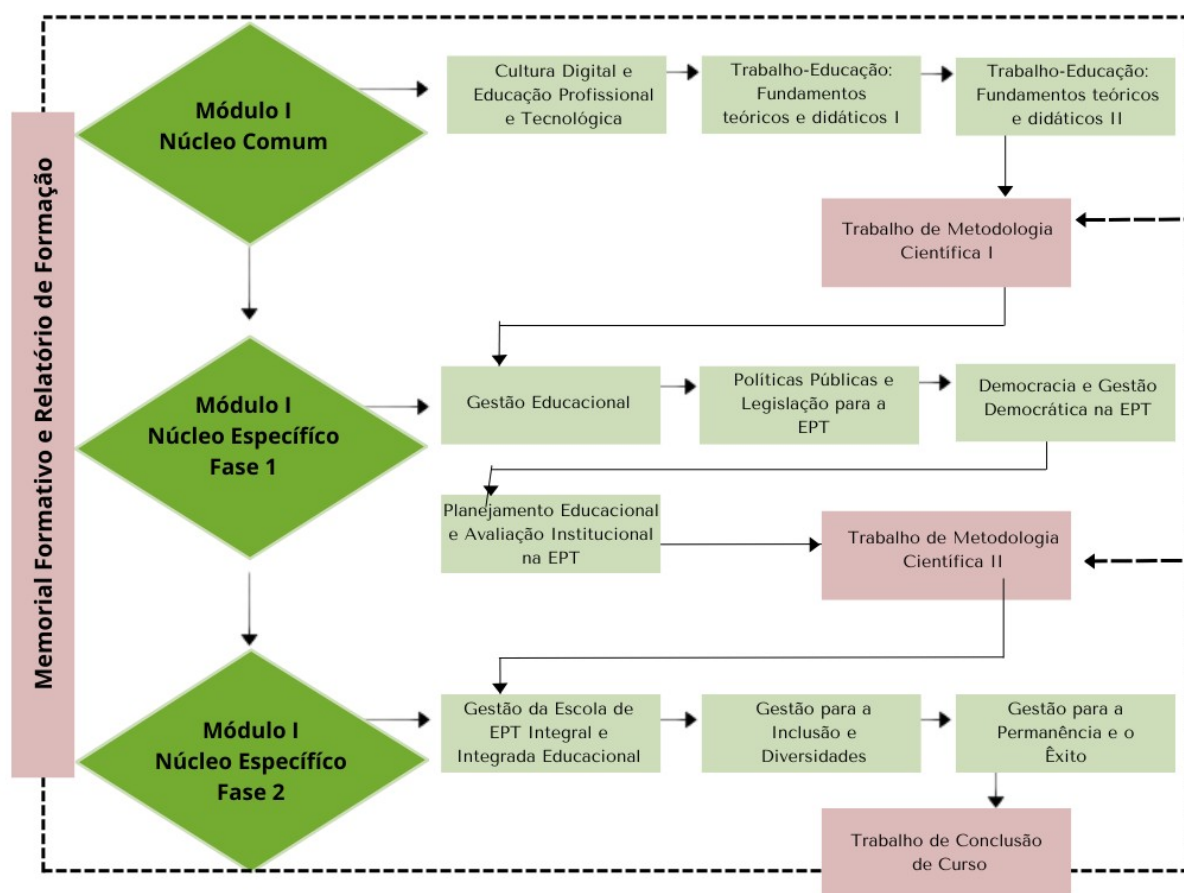
A composição do Módulo II é integrada pelas seguintes Unidades Temáticas: Gestão Educacional (20h), Políticas Públicas e Legislação para a Educação Profissional e Tecnológica (40h), Democracia e Gestão Democrática na Educação Profissional e Tecnológica (40h), Planejamento Educacional e Avaliação Institucional na Educação Profissional e Tecnológica (20h) e Trabalho de Metodologia Científica II (20h) tendo como dispositivos de formação transversalizado o Plano de Formação e o Memorial Formativo.

12.1.3 Módulo III – Núcleo Específico Fase 2

Neste módulo serão investigados os princípios da gestão EPT para uma formação humana integral, a partir do estudo de práticas institucionais escolares que amparam a construção de um ambiente inclusivo, da prática gestora na organização escolar como condição para a inclusão, de concepções de pesquisa e extensão como prática de formação e como elo com a sociedade e de fatores da evasão, abandono discente, a fim de construir um ambiente de ensino e currículo inclusivo e em diálogo com a sociedade e o mundo do trabalho.

O módulo da fase 2 do Núcleo Específico terá as seguintes unidades temáticas: Gestão da Escola de Educação Profissional e Tecnológica Integral e Integrada (40h), Gestão para Inclusão e Diversidade (20h), Gestão para permanência e êxito (20h) e Trabalho de Conclusão de Curso (40h). O Plano de Formação e o Memorial Formativo se mantêm como dispositivo de formação de forma transversal durante todo o curso.

13 FLUXOGRAMA



Fonte: Elaboração dos autores, 2025.

14 AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

A avaliação da aprendizagem ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento dos cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* do IFCE e terá caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB N°. 9394/96. As avaliações poderão ser escritas, orais, individuais ou coletivas nas diferentes possibilidades apresentadas pelo/a professor/a no limiar da sala de aula presencial e virtual usando o ambiente de ensino-aprendizagem *Moodle* para registro.

A aprovação se dá para o acadêmico que obtiver grau final no valor mínimo de 7,0 (sete) pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos) e mínimo de 75% de frequência mínima total da disciplina.

O rendimento acadêmico do estudante será aferido por meio de instrumentos avaliativos de livre escolha do docente responsável pela disciplina. Ao estudante será assegurado o direito de conhecer os resultados das avaliações mediante vistas dos instrumentos utilizados.

Aos discentes que não atingirem desempenho satisfatório nas avaliações, deverá ser realizada a recuperação da aprendizagem ao longo da disciplina. Aos discentes que não atingirem a nota final mínima para a aprovação no componente curricular, é facultada ao professor a realização da recuperação da aprendizagem em forma de plano de estudos, orientado pelo docente, e a utilização de um instrumento avaliativo para a verificação do conhecimento adquirido durante as duas semanas de intervalo entre um módulo e outro.

A avaliação das atividades para alunos com necessidades específicas cumprirá as prerrogativas de acessibilidade e adequações necessárias à equiparação de oportunidades, ou seja, prevê-se tempo adicional para realização das atividades/avaliação, conforme demanda apresentada pelo aluno com deficiência, mediante prévia solicitação e comprovação da necessidade, conforme Lei 13.146/2015.

Também está previsto a Flexibilização de correção de provas escritas realizadas por estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para estudantes com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015.

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros que podem ser síncronos ou assíncronos virtuais no Ambiente Virtual de Aprendizagem Moodle, usando diferentes estratégias e instrumentos de avaliação coerentes com a proposta deste curso.

14.1 Tipos e formatos dos instrumentos de avaliação

Na EaD, podem coexistir avaliações realizadas em modelos formais (provas, relatórios, questionários, registros escritos etc.) e informais (seminários, debates e diálogos por meio das ferramentas dos espaços virtuais de aprendizagem). As avaliações em geral podem ser realizadas de maneira assíncrona (sem a presença

do professor ou tutor) ou com mediação em tempo real, feita por professor e tutor via webconferência (síncrona) ou nos polos de apoio presencial. Nas avaliações assíncronas, a mediação pedagógica é realizada, essencialmente, com *feedbacks* emitidos por texto escrito e as atividades são realizadas pelos estudantes com o “apoio” não apenas dos materiais didáticos, mas também de todos os conteúdos disponíveis na Internet.

As avaliações são previstas pelas legislações que regulamentam o desenvolvimento de cursos na modalidade a distância. O Decreto nº 9.057, de 2017, prevê em seu artigo primeiro:

(...) considera-se educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, **com acompanhamento e avaliação compatíveis**, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos (Brasil, 2017, *grifo das autoras*).

Também, a resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *Lato Sensu*, dispõe em seu art. 7º, inciso terceiro, “processos de avaliação da aprendizagem dos estudantes”.

14.2 Avaliação presencial

A avaliação presencial pode ser realizada por meio de provas, listas de exercícios, questionários, estudos de caso, situações-problema e outros. Quando se opta pela realização de provas, pode-se intercalar e ou integrar perguntas abertas, objetivas e subjetivas:

Perguntas abertas: são aquelas cujas respostas devem ser apresentadas em forma de texto “livre”, ou seja, não há opções de respostas previamente apresentadas ao estudante.

Perguntas objetivas: as perguntas objetivas requerem do cursista uma resposta específica, baseada em uma referência estudada no curso, ou seja, no conhecimento científico. Desta forma, não possibilitam a apresentação do “ponto de vista” do estudante ou que dê sua opinião.

Perguntas subjetivas: diferentes das objetivas, as perguntas subjetivas possibilitam a expressão do ponto de vista do estudante, a partir de estudos realizados e práticas educativas já vivenciadas. Objetivam, especialmente, a realização de avaliação diagnóstica (levantar o conhecimento prévio dos estudantes sobre determinado assunto).

Estudo de caso: trata-se de uma atividade em que se apresenta ao estudante uma situação da EPT, real ou hipotética, e, em seguida, algumas perguntas sobre referente ao caso. O estudante deverá analisar a situação apresentada, tendo como referência os pressupostos teóricos estudados, quando se tratar de avaliação formativa. Quando se trata de avaliação diagnóstica, por exemplo, pode ser dispensado o uso de referências teóricas, já que o que interessa é o conhecimento do domínio inicial que o estudante tem sobre determinado assunto. Os estudos de caso são excelentes ferramentas de aprendizagem, pois possibilitam que as situações educativas sejam compreendidas como atividades teórico-práticas, considerando-se a teoria e a prática como elementos constituintes e articuladores da formação do gestor da EPT.

Situação-problema: trata-se de uma atividade em que apresentamos uma situação-problema da EPT, real ou hipotética, e, em seguida, questiona-se o estudante quanto à resolução do conflito apresentado. Ele deverá utilizar os referenciais teóricos estudados para responder à questão de forma que ela se torne uma resposta fundamentada no conhecimento científico e em um movimento dialético, de problematizar e revigorar essas mesmas teorias ao confrontá-las com a realidade.

14.3 Avaliação a distância (assíncrona)

A atividade de avaliação a distância deve ser elaborada pela equipe docente em consonância com os objetivos de aprendizagem estabelecidos no planejamento de cada unidade temática, sendo disponibilizada no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA).

Como o próprio nome indica, os estudantes realizam a distância, ou seja, no local e horário que consideram mais propício, e as enviam conforme o cronograma

definido em cada unidade temática. O envio da avaliação pode ser realizado apenas via AVA.

Em geral, é indicado ao professor que elabore entre uma a duas atividades de avaliação a distância por unidade temática de 20 horas. Tais atividades podem ser avaliadas tanto pelo professor quanto pelo tutor, que emitem feedback e atribuem um conceito pelo desempenho do cursista naquela atividade.

Os *feedbacks* constituem-se uma forma rica do professor formador e do professor tutor dar um retorno aos estudantes, “tornando-se uma via para tornar a avaliação mais formativa, captando as reações dos alunos, suas questões sobre o sentido e o alcance do que foi dito pelo avaliador, seus pedidos de explicação sobre as apreciações e as notas” (Hadji, 2001, p.110).

As atividades a distância, devido à sua forma de desenvolvimento, possibilitam um maior número de proposições, incluindo as já apresentadas para as avaliações presenciais. Vamos ver quais são!

Memorial: deve estar presente em, pelo menos, boa parte das unidades temáticas. Trata-se de uma atividade que se articula com a trajetória de produção do Relatório de Formação (Relatório Científico). Em cada unidade temática, o estudante deverá aprofundar as questões colocadas no seu Plano de Formação, a partir das discussões e das situações levantadas ou da observação de situações concretas, e exercitar a escrita. Deve-se considerar que a solução de pequenos problemas favorece a auto-organização do estudante.

O registro de todo esse percurso será feito em um Memorial, no qual o estudante registrará o seu percurso formativo, reflexões, problematizações, achados, experiências vivenciadas etc. Trata-se também de uma estratégia de comunicação necessária entre a tutoria e os cursistas. É um meio para o cursista expressar sua história durante o seu processo formativo. Nele, o cursista deve resgatar a relação com aprendizagens anteriores, valores, cultura e, sobretudo, conduzir uma reflexão sobre os aprendizados nas Unidades Temáticas e suas experiências vivenciadas, sobretudo, nas relações com a sua prática em sala de aula.

As avaliações propostas pelos/as docentes deverão considerar e contribuir com as reflexões do/a estudante contidas no seu Plano de Formação e no Relatório de Formação, considerando, sempre, a relação teoria e prática. Para auxiliar nesse processo, um dos instrumentos de avaliação deverá ser

o Memorial, no qual os/as discentes terão registrado seu percurso de estudos (PPC, 2024, p. 94).

O Memorial deve ser uma importante referência, portanto, deve estabelecer relações e interfaces com o Relatório de Formação e o produto para a conclusão do curso. Para a sua operacionalização, recomenda-se alguma ferramenta no AVA no qual o cursista irá registrar as discussões, as teorias e as situações tratadas no Curso que possam auxiliar no esclarecimento da questão levantada no Trabalho de Metodologia Científica I. Deverá registrar, também, os experimentos e as atividades realizadas na sua instituição, se assim for o caso.

Atividades colaborativas: significa poder contar com outras pessoas na resolução de determinado problema ou tarefa. A aprendizagem cooperativa convida a uma prática interativa, pois pressupõe a participação, a co-autoria e a troca de informações pela equipe de trabalho. Ao aprender de forma interativa, o grupo estará desenvolvendo o respeito às diferenças, aprendendo a atuar em conjunto e agindo a favor do grupo, ou seja, desenvolvendo habilidades e competências para trabalhar de forma coletiva. Assim, o processo de interação permite a participação, discussão e definição conjunta de papéis de atuação entre pares ou membros do grupo.

As atividades colaborativas podem ser: fóruns de discussão, elaboração de projetos e relatórios, realização de pesquisas, criação de textos coletivos, chats, construção de blogs, mapas mentais, murais, estudos de caso, etc.

Fórum de discussão: é uma excelente estratégia para manter um espaço aberto para análises, confrontação de ideias ou para gerar novas discussões. Permite, também, aos estudantes, ampliar sua visão sobre determinado assunto a partir da socialização dos vários pontos de vista dos demais colegas. O autor, ao solicitar a discussão num fórum, precisa esclarecer ao grupo os objetivos do debate, formular a questão que dará início à participação dos estudantes e indicar fontes de pesquisa para aprofundar o conhecimento sobre o assunto (Sartori; Roesler, 2008). Para iniciar a discussão, além da questão que dará início à mesma, o autor poderá indicar apreciação de vídeo, a leitura de um pequeno texto, a análise de uma imagem e outros conforme contexto e criatividade.

Projetos (de pesquisa, de intervenção): as práticas de pesquisa e intervenção desenvolvidas no ensino superior possibilitam a compreensão lógica do

conhecimento e sua relação com as necessidades históricas, por meio da identificação de problemas e do desenvolvimento das formas de solucioná-los em âmbito teórico e prático. Os projetos podem ser realizados individualmente ou em equipes. Exigem capacidade de elaboração escrita, uso de normas científicas e acadêmicas, pesquisa e reflexão crítica acerca de determinado tema. Podem ser elaborados aos poucos de forma que sua elaboração seja constantemente acompanhada e orientada pelo tutor. O formato do projeto deverá ser indicado pelo tutor, assim como o número de páginas aproximado.

Relatórios e Portfólios: podem ser realizados individualmente ou em equipes. Exigem capacidade de elaboração escrita, de reflexão crítica e sínteses. Podem ser utilizados para o relato e a análise de práticas de estágio, de pesquisa, de observação de determinada realidade em estudo.

Atividades de pesquisa: podem atingir abrangência significativa em virtude do potencial de fontes disponíveis atualmente. O autor indica como fontes de pesquisa livros, páginas na Internet, vídeos, filmes, músicas, entre outras. Ao solicitar uma pesquisa, o autor precisa realizar uma busca anterior, com o intuito de verificar a facilidade de acesso por parte dos estudantes. Como nas demais estratégias, os objetivos, as fontes de pesquisa e os conteúdos a serem selecionados devem ser indicados previamente. Também é importante estabelecer o que fazer com a seleção das informações, ou seja, o que fazer após a análise, descrição e depuração do material coletado. Se o objetivo for elaborar um relatório, devem ser fornecidas as instruções de como elaborá-lo. Os cursistas precisam receber esclarecimentos exatos sobre os passos a seguir após a pesquisa (Sartori; Roesler, 2008).

Orientados/as por tais critérios de avaliação, caberá aos/as docentes acompanhar a participação dos/as estudantes nas atividades propostas, verificando dificuldades e avanços tanto no processo de ensino quanto de aprendizagem, bem como os entraves institucionais postos no processo vivido (PPC, 2024, p. 94).

As propostas de avaliação podem ser elaboradas visando proporcionar a reflexão crítica dos cursistas sobre o conteúdo estudado, sobre a problematização de questões abordadas no material didático e também daquelas que surgirem no decorrer da unidade temática em estudo, consolidando a avaliação com finalidade formativa, conforme previsto no PPC.

14.4 Autoavaliação (síncronas ou assíncronas)

A autoavaliação é um instrumento fundamental aliado à avaliação formativa. Ao negociar e estabelecer contratos didáticos com os estudantes, criam-se condições para o desenvolvimento de processos de autoavaliação. Esse registro pode ser orientado por dois momentos, o primeiro para avaliar seu percurso individual e, o segundo, sobre seu envolvimento durante a condução e desenvolvimento das unidades temáticas e/ou ao longo do semestre.

1º momento - Autoavaliação do percurso individual: considerar os acessos, produções e participações nas leituras dos materiais básicos e suplementares, acesso aos vídeos e participação nas atividades. Ao final, atribui-se um conceito.

2º momento - Autoavaliação sobre seu envolvimento ao longo do desenvolvimento das unidades temáticas: considerar a organização dos estudos, desenvolvimento das avaliações propostas, participação nas atividades propostas pelos professores formadores na condução do processo didático e demais aspectos que acharem relevantes. Essas atividades serão registradas no memorial e depois encaminhadas à equipe docente, pois o objetivo é que os cursistas analisem seu próprio desempenho. Outra possibilidade é a elaboração de questionários on-line ou fóruns com questões mais objetivas para promover a autoavaliação, fortalecendo a participação, interação e comunicação entre os cursistas ao longo da unidade temática. Nesta opção é interessante que o tutor acompanhe o progresso de cada cursista nas atividades de autoavaliação on-line no AVA, oferecendo suporte para superar dificuldades. Esse acompanhamento individual, observado pelos demais cursistas, promove uma interação dinâmica entre o individual e o coletivo.

15 ESTÁGIO

Não haverá estágio no curso.

16 TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO

O Manual de Normalização de Trabalhos Acadêmicos do IFCE, aprovado através da Resolução 034/ Consup, de 27 de março de 2017, apresenta os requisitos a serem adotados na normalização dos trabalhos de conclusão de curso de graduação (TCCs), de especialização (TCCsEs), de mestrado (dissertações) e de doutorado (teses) produzidos no IFCE. Para a elaboração de tabelas, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) orienta a utilização das Normas de Apresentação Tabular do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O Trabalho de Conclusão de Curso deverá ter o formato de relatório técnico conclusivo de pesquisa a ser construído ao longo do curso podendo ser ainda um artigo científico, resultante de um Plano de Formação proposto pelo/a discente, ao término das unidades temáticas do Núcleo Comum (Trabalho de Metodologia Científica I), em diálogo com o/a seu/sua orientador/a, que articule o seu percurso formativo a uma situação real e socialmente relevante da docência na EPT. A execução desse componente curricular ocorrerá ao longo de todo o percurso formativo do/a discente, em três momentos, com finalidades específicas:

- Primeiro momento – Trabalho de Metodologia Científica I (20h): acontecerá após a conclusão das unidades temáticas do núcleo comum com o objetivo de elaborar o Plano de Formação, a partir da definição de um tema de interesse.
- Segundo momento - Trabalho de Metodologia Científica II (20h): acontecerá após a conclusão das unidades temáticas do núcleo específico com o propósito de elaborar um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído e, se necessário, revisar o Plano de Formação considerando o inventário construído e as sistematizações realizadas para o Memorial de Formação.
- Terceiro momento - Trabalho de Conclusão de Curso (40h): elaboração do artigo ou relatório técnico com respectivo orientador.

O Trabalho de Conclusão de Curso tem carga horária de 40h contemplando a ementa abaixo:

- **Ementa:** Com base nas indicações do Plano de Formação elaborado no primeiro momento do curso (Trabalho de Metodologia Científica I), espera-se que, ao final do curso (Trabalho de Conclusão de Curso), o/a cursista apresente o seu Relatório de Formação, fruto de um processo iniciado no começo do curso a partir de uma questão problematizadora. Ao final do Trabalho de Conclusão de Curso, o/a discente deverá concluir o seu TCC, entendido neste curso como Relatório de Formação em formato de relatório científico ou artigo.

Para a realização do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), tomam-se como premissas a mudança social como objetivo fundamental da educação e a não equivalência da formação do/a educador/a a “fornecer-lhe um conjunto de indicações práticas, mas armá-lo de modo que ele próprio seja capaz de criar um bom método, baseando-se numa teoria sólida de pedagogia social; o objetivo é empurrá-lo no caminho desta criação” (Pistrak, 2000, p. 25).

Para estimular essa autonomia, tornam-se necessárias estratégias didáticas capazes de promover a auto-organização dos/as profissionais que irão atuar na EPT frente aos problemas da realidade, desenvolvendo a sua criatividade e as suas capacidades de trabalhar organizadamente as suas tarefas, seja na docência, na gestão ou no apoio e acompanhamento pedagógico.

Por isso, definiu-se o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) com o formato de Relatório de Formação ou artigo a ser construído ao longo do curso, individualmente, resultante da sistematização do Memorial Formativo e do Plano de Formação proposto pelo/a discente, em diálogo com o/a seu/sua professor/a formador/a e tutor/a, nas Unidades Temáticas (Trabalho de Metodologia Científica I, Trabalho de Metodologia Científica II e Trabalho de Conclusão de Curso), que articulem o seu percurso formativo a uma situação real e socialmente relevante da EPT.

No IFCE o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é item obrigatório para a expedição do certificado dos cursos de pós-graduação Lato Sensu de especialização, seguindo as orientações constante no Manual de Normatização de Trabalhos Acadêmicos da instituição, disponível para os estudantes em

https://ifce.edu.br/proen/bibliotecas/arquivos/manual-de-normalizacao-com-errata_3_edicao_2020.pdf

A apresentação do TCC é também obrigatória, devendo ser presencial e individual, ser registrada em ata e, ainda, atender às seguintes prescrições:

I - o TCC será apresentado oralmente, perante uma banca examinadora, constituída por até três membros, presidida pelo professor orientador, que é membro nato.

II - os membros devem ser, preferencialmente, professores do IFCE, com formação específica na área ou áreas afins, podendo um deles ter título de especialista e os demais, no mínimo, o título de mestre;

III - na impossibilidade de o professor orientador participar da banca examinadora de TCC, a presidência será exercida pelo coordenador do curso ou por outro professor designado por este;

IV - no caso de impedimento da presença física de membros da banca examinadora, será permitida a utilização de recursos tecnológicos síncronos que possibilitem a sua participação remota;

V - em caso de aprovação, o discente terá até 30 dias, a contar da data da apresentação, para entregar a versão final do TCC à coordenadoria do curso e realizar o depósito na Biblioteca do *campus* Caucaia do IFCE.

16.1 Plano de Formação

Um plano reflete uma atitude prévia de planejamento para onde se quer ir e nele se define uma direção que se quer tomar. Nesse caso, pretende-se que o/a discente deste curso, ainda durante o período de execução do núcleo comum e com o apoio de um/a professor/a formador/a e da tutoria, defina um fio condutor para a sua formação. Nesse sentido, na primeira etapa do ato de planejar, à qual foram atribuídas vinte horas (20h) de trabalho acadêmico, caberá ao/a discente identificar qual é esse elemento central para a sua formação sobre o qual deseja aprofundar ou fazer descobertas e, com o auxílio do/a seu/a professor/a formador/a e da tutoria, traçar um programa com objetivos e estratégias.

O desenvolvimento de um Plano de Formação, além de promover a capacidade reflexiva e a auto-organização profissional do/a discente, possibilita o

enfrentamento teórico-prático de questões que requerem melhor compreensão, considerando a temática de seu curso de especialização, neste caso, a gestão na EPT.

Por meio do Plano de Formação, propõe-se que os/as estudantes articulem, de forma congruente, os componentes curriculares cursados em torno de uma situação real e que exercitem a atitude de estudar as relações existentes entre os vários aspectos que condicionam o problema levantado, cultivando, assim, o exercício da interpretação dialética da realidade.

Esse Plano de Formação visa a integrar os saberes teóricos e práticos, articulados em torno de um objetivo individual-coletivo de formação. O Plano de Formação pode ser definido como um roteiro, um eixo norteador, cujo objetivo é articular os conteúdos das atividades executadas no processo de formação com intervenções na prática profissional. Ele serve como um guia, sendo flexível e adaptável, permitindo ajustes conforme as necessidades dos/as estudantes e as demandas do contexto educacional específico.

Esse Plano deve permitir aos/as discentes fazer indagações sobre a sua prática assim como a avaliação desta a partir do estabelecimento da interlocução com as teorias discutidas no processo de formação e/ou indicadas pelo/a professor/a formador/a e pelo/a tutor/a do Trabalho de Metodologia Científica I. Assim, espera-se que os/as discentes exercitem as suas capacidades de problematização, de análise, de síntese e de proposição. Deve-se evitar, contudo, a percepção do Plano de Formação como ferramenta de instrumentalização dos conteúdos trabalhados na formação, o que limitaria o seu potencial de gerar reflexões relevantes.

Propõe-se como fio condutor deste Plano uma questão que pode ser definida a partir da seguinte indagação: *qual aspecto da realidade da gestão na EPT eu pretendo investigar durante a minha formação para o enfrentamento na minha prática como profissional da Educação Profissional e Tecnológica?*

Indica-se que o critério para a seleção dos temas deva ser a sua relevância social, isto é, que sejam temas socialmente significativos e que favoreçam uma abordagem teórico-prática nessa modalidade educacional.

Recomenda-se, ainda, que a questão orientadora do Plano de Formação esteja vinculada, preferencialmente, às atividades profissionais do/a gestor (a), de

modo a permitir ações de reflexão sobre o real vivido como gestor/a ou educador/a e, possivelmente, experimentações de possíveis soluções e/ou indicações de possibilidades de enfrentamento daquela realidade.

A questão orientadora do Plano de Formação deve apresentar algumas características assim resumidas: trata-se de uma questão (social e cientificamente relevante) que necessita ser investigada, que seja viável e possa ser respondida tendo em vista a experiência do/a discente, as condições para a construção da resposta e o tempo disponível.

16.2 Orientações procedimentais

O tempo dedicado à construção do Trabalho de Conclusão de Curso corresponderá a todo o percurso formativo do/a discente, com três momentos especiais e com finalidades específicas:

Primeiro Momento (Trabalho de Metodologia Científica I - 20h): após a realização dos componentes curriculares do núcleo comum do curso, durante o qual se deve problematizar a EPT brasileira, em seus aspectos epistêmicos, políticos, históricos, pedagógicos e didáticos, propõe-se a elaboração do **Plano de Formação**, a partir da **definição de um tema social e cientificamente relevante e de interesse do/a discente**. Esse Plano de Formação será composto pelas seguintes seções:

- a. Identificação do/a discente.
- b. Breve descrição do tema a ser tratado.
- c. Descrição dos diferentes aspectos que podem ser investigados, de maneira a atribuir uma estrutura que oriente as observações e a tradução do conteúdo do tema em um questionamento instigante, socialmente relevante e cientificamente produtivo.
- d. Elaboração de questões problematizadoras que deverão ser respondidas e/ou pesquisadas durante o período em que os/as formandos/as irão permanecer em sua instituição de atuação ou durante o período de realização deste curso. Sugere-se a definição de uma “questão central e orientadora do percurso” e outras questões que permitam responder a diferentes aspectos dessa questão maior. Todo o Plano de Formação,

inclusive suas questões orientadoras, deve ter a flexibilidade necessária ao exercício de construção e de reconstrução das hipóteses levantadas, refutadas e/ou confirmadas durante o processo. Para a definição dessa questão, deve-se considerar a sua relevância social, o interesse do/a discente, a disponibilidade do/a orientador/a e as condições materiais/temporais disponíveis.

- e. Definição de objetivos.
- f. Estratégias, hipóteses e possibilidades de atuação a serem confrontadas com as teorias ou com a realidade estudada.

Segundo Momento (Trabalho de Metodologia Científica II - 20h): após a conclusão das unidades temáticas do núcleo específico do curso, deve-se:

- a. Elaborar um breve inventário dos estudos já realizados sobre o tema, privilegiando os que se articulam diretamente ao problema construído.
- b. Revisar o Plano de Formação considerando o inventário construído e as sistematizações a serem realizadas.
- c. Traçar de forma reflexiva a história de vida e trajetória de formação no Memorial Formativo articulando as experiências de formação no curso de Gestão em EPT.

Terceiro Momento (Trabalho de Conclusão de Curso - 40h): concomitante às demais unidades temáticas do 3º módulo, está prevista a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (Relatório de Formação ou artigo).

A estrutura do relatório e ou artigo científico poderá ser a seguinte:

- a. Título.
- b. Resumo.
- c. Sumário.
- d. Introdução.
- e. Memorial Formativo
- f. Desenvolvimento (explicitação da metodologia, das teorias levantadas e dos dados coletados e análise).
- g. Conclusão.
- h. Plano de Ação ou Indicações práticas.
- i. Referências em conformidade com as regras da ABNT vigentes.

Considerando o tempo disponível para a escrita do TCC, sugere-se um relatório contendo de 20 a 30 laudas de elementos textuais.

Em cada componente curricular, o/a discente deverá aprofundar as questões colocadas no seu Plano de Formação, a partir das discussões e das situações levantadas ou da observação de situações concretas, e exercitar a escrita. Recomenda-se que os trabalhos avaliativos da aprendizagem em cada componente curricular estejam articulados com a trajetória de produção do relatório de formação. Deve-se considerar que a solução de pequenos problemas favorece a auto-organização discente.

O registro de todo esse percurso será feito em um **Memorial**, espécie de “diário de bordo”, caracterizado como uma atividade de aprendizagem a ser elaborada na articulação com os componentes curriculares.

O Memorial é uma atividade em que o/a cursista registrará o seu percurso formativo, reflexões, problematizações, achados, experiências vivenciadas etc. Trata-se também de uma estratégia de comunicação necessária entre a tutoria e os/as cursistas. É um meio para o/a estudante expressar sua história de vida e trajetória profissional durante o seu processo formativo. Nele o/a cursista deve resgatar a relação com aprendizagens anteriores, valores, cultura e, sobretudo, conduzir uma reflexão sobre os aprendizados nos componentes curriculares e suas experiências vivenciadas, sobretudo, nas relações com a sua prática em sala de aula.

O Memorial deve ser uma importante referência e, portanto, deve estabelecer relações e interfaces com o Relatório de Formação e o Trabalho de Conclusão de Curso. Para a sua operacionalização, recomenda-se o uso de um caderno físico ou digital no qual o/a discente irá registrar as discussões, as teorias e as situações tratadas no curso que possam auxiliar no esclarecimento da questão levantada por ele/a e suas experiências formativas e de investigação realizadas na sua instituição, se assim for o caso.

A ideia fundamental que deve orientar esse processo do Plano de Formação, do Memorial Formativo e a construção do Relatório para que o/a próprio/a discente desenvolva a sua capacidade de enfrentar, teórica e praticamente, os desafios de gestão que a realidade da Educação Profissional e Tecnológica coloca, levantando hipóteses sobre eles, observando-os, fazendo uso dos conhecimentos já existentes

sobre o assunto, experimentando soluções, comunicando e compartilhando os resultados desses enfrentamentos.

16.3 Orientações práticas aos docentes

A cada componente curricular, o/a docente apresenta e, no seu final, propõe uma síntese como fechamento, buscando explorar possibilidades de questões teóricas e práticas para serem aprofundadas pelos/as discentes, considerando os seus Planos de Formação.

Sugere-se ampla utilização das indicações de bibliografia básica e complementar, a ser aprofundada pelos/as discentes em função de seus interesses. Preferencialmente, todas deverão ser disponibilizadas na biblioteca virtual.

Deve-se manter a atenção à diversidade e à heterogeneidade dos/as discentes, o que requer a seleção de materiais orientados à inclusão educacional como uma das formas de se garantir a participação de todos/as os/as discentes, independentemente de suas características físicas, étnicas e culturais.

Considerando essa heterogeneidade, em particular no que se refere aos sujeitos de diferentes culturas e saberes, coloca-se como necessária a valorização de procedimentos de ensino e de aprendizagem coletivos, que incentivem a comunicação entre colegas e que favoreçam as trocas e os diálogos de modo a tomar essas diferenças, que dão identidade aos sujeitos discentes, não só algo a ser valorizado como também uma oportunidade de crescimento compartilhado.

Considerando ainda a finalidade de promoção da autonomia e da capacidade crítica dos/as estudantes, recomenda-se a busca por estratégias problematizadoras da realidade e das teorias e ideias expostas, bem como a valorização da auto-organização discente em meio ao seu processo formativo.

O trabalho coletivo, a problematização e a auto-organização podem ser, portanto, as estratégias básicas do processo de ensino-aprendizagem, cujas características possibilitam promover as capacidades de compreensão da realidade da gestão na EPT e inspirar novas práticas gestoras, mais dialógicas e efetivas.

16.4 Orientação do Estudante

No início do Módulo III, o/a coordenador/a do curso fará a designação de um/a orientador/a para cada discente, na proporção de cinco ou dez cursistas para cada docente orientador/a, ficando a critério de cada instituição essa definição.

O/a orientador/a terá a tarefa de acompanhar o/a discente desde o início do Módulo III, incentivando-o/a à consolidação do seu Plano de Formação e ao desenvolvimento de suas atividades, com vistas à elaboração do Relatório de Formação. Para isso, deverá indicar leituras, propor procedimentos de levantamento de materiais teóricos ou de dados empíricos, orientar quanto aos procedimentos de análise dos elementos levantados e revisar o texto do relatório de formação.

Importante registrar que as Unidades Temáticas que subsidiarão a elaboração do Plano de Formação (Trabalho de Metodologia Científica I), o Relatório de Formação e o Memorial Formativo (Trabalho de Metodologia Científica II e o Trabalho de Conclusão de Curso) serão acompanhados pelo/a professor/a formador/a e pelos/as tutores/as, seguindo a dinâmica das demais Unidades Temáticas.

No entanto, no início do Módulo III, de acordo com os termos apresentados anteriormente, além da Unidade Temática Trabalho de Conclusão de Curso, que terá um/a professor/a formador/a e os/as tutores/as, o/a Coordenação do Curso designará também os/as Orientadores/as de TCC, em conformidade com os parâmetros definidos na Instrução Normativa nº 2/2017.

16.5 Acompanhamento dos/as docentes

O IFCE campus Caucaia oferecerá a formação, a supervisão e a avaliação dos/as docentes, tutores/as e outros/as especialistas que venham a atuar na formação, de modo a assegurar as condições materiais e subjetivas adequadas e a articulação entre os diferentes profissionais envolvidos.

17 EMISSÃO DO DIPLOMA

Este curso é composto por três módulos didáticos, com suas respectivas certificações, isto é, ao discente que concluir todas as Unidades Temáticas e realizar a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, será conferido o certificado de Especialista em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica.

18 AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

O acompanhamento do desenvolvimento do curso será contínuo e permanente, pois se trata de uma importante prática de gestão, necessária ao incentivo da participação de todos os envolvidos e ao aperfeiçoamento das suas atividades ao indicar as diferenças entre os resultados encontrados e os esperados.

A avaliação do projeto oferecerá dados para analisar a consistência do currículo com os objetivos declarados do curso, o perfil dos/as discentes, a fundamentação teórico-metodológica, a adequação, atualização e relevância dos módulos, das unidades temáticas e da bibliografia indicada, bem como do material didático e digital implementado no ambiente virtual.

A avaliação do curso será realizada conforme proposta de autoavaliação da instituição e terá como base o relatório a ser produzido pela Coordenação do Curso, apreciado pelo seu Colegiado. Além disso, teremos através da Setec/MEC, em parceria com a Capes UAB, um projeto de avaliação nacional que subsidiará as avaliações locais.

19 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS CONSTANTES NO PDI DO CURSO

O curso de Especialização em Gestão na EPT do Campus Caucaia está articulado com a missão do IFCE de produzir, disseminar e aplicar os conhecimentos científicos e tecnológicos na busca de contribuir para a formação social, política, cultural e ética do cidadão e da cidadã corroborando com as políticas do Plano de Desenvolvimento Institucional (2019/2023) por meio dos esforços para expandir e aprimorar a formação de professores(as) para o ensino técnico e profissional e promover o desenvolvimento local e regional. Neste sentido, constituem-se políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão vinculadas ao curso as abaixo nominadas:

19.1 Núcleo de Atendimento a pessoas com necessidades educacionais específicas - NAPNE

O NAPNE é um núcleo permanente que tem por finalidade promover o acesso, a permanência e o êxito educacional do/da discente com necessidades educacionais específicas no IFCE. O núcleo promove, em conjunto com os demais setores institucionais, suporte laboral e apoios técnico, científico, acadêmico, pedagógico e psicossocial necessários às atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas na área de acessibilidade e inclusão, sob a perspectiva dos direitos humanos e da diversidade conforme a Resolução CONSUP/IFCE nº 143, de 20 de dezembro de 2023.

Assim, as adaptações curriculares ocorrerão por diferentes estratégias a partir da elaboração de uma proposta pedagógica específica para cada discente tendo como referência o currículo regular, as competências e as habilidades desse público com ajustes de objetivos de aprendizagem, conteúdos, metodologia e avaliação que poderão ser:

I. alterações no material didático como tradução para Libras, para estudantes surdos, impressão em Braille ou aumento do tamanho e formato da letra para melhor visualização para estudantes com deficiência visual;

II. permissão para uso em sala de aula de aplicativos como Dosvox (para estudantes cegos), leitores de tela, dicionários, tradutores on-line dentre outros recursos tecnológicos que ampliem a comunicação assistiva;

III. contratação de leitores, transcritores, cuidadores e/ou intérpretes de libras, caso necessário de comum acordo com a direção do campus;

IV. maior tempo de realização das atividades avaliativas com apoio do(a) auxiliar de aluno(a)s;

V. adaptações alternativas na avaliação, tais como compreensão para além da linguagem escrita convencional tais como gestos, mímica, dramatização, desenhos, ilustrações, fotografias, recursos tecnológicos (vídeo, TV, retroprojetor, computador, áudios, vídeos, slides, etc.), leitura labial, adoção de material concreto, dentre outros;

VI. mudança da disposição física da sala de aula, de forma a melhorar a locomoção do(a) estudante com uma necessidade específica permanente ou temporária;

VII. adoção de sistemas alternativos de comunicação, para os(a) alunos(a) impedidos de comunicação oral, tanto no processo de ensino e aprendizagem como no processo de avaliação.

VIII. orientações metodológicas no que diz respeito a interação em sala de aula tais como: dar explicações verbais sobre todo o material abordado em sala de aula de maneira visual; ler, por exemplo, o conteúdo ou imagem que está na lousa;

IX. utilizar diferentes procedimentos de avaliação, adaptando-os aos diferentes estilos e possibilidades de expressão do(a)s aluno(a)s;

X. modificação do nível de complexidade das atividades e na seleção de material didático, tais como produzir vídeos e áudios que podem ser usados como material complementar, selecionando materiais didáticos adequados e oferta de monitoria em casos específicos;

XI. oferecer suporte físico, verbal e instrucional para a locomoção do(a) aluno(a) com deficiência física, no que se refere à orientação espacial e à mobilidade;

XII. compra de recursos e materiais adaptados: pranchas, presilhas para evitar o deslizamento do papel na carteira, lupa, material didático de tipo ampliado, livro falado, equipamento de informática, materiais desportivos como bola de guizo, dentre outros recursos conforme orçamento do campus.

19.2 O Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-brasileiros e Indígenas - NEABI

Os NEABIs foram criados no IFCE a partir de 2015 com o intuito de realizarem estudos, pesquisas, formação, planejamento de ações afirmativas, eventos, projetos, programas, acolhimento e diálogos voltados à promoção da equidade racial e dos direitos humanos, tendo como perspectiva contribuir para a construção de uma sociedade antirracista, a partir da ampliação e da consolidação da cidadania e dos direitos das populações negras e indígenas.

No Campus Caucaia, o NEABI foi em 2019 e conforme planejamento coletivo e participativo foram estabelecidas as formas de adesão e divulgação da pauta

étnico-racial para a comunidade interna e externa. Busca desenvolver ações e eventos educativos e culturais nas áreas de ensino, pesquisa e extensão ligados às questões étnico-raciais. Atua nas temáticas da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena por meio de ações interdisciplinares e que direcionam para uma educação pluricultural e pluriétnica. o núcleo vem desenvolvendo atividades, eventos e projetos que integram ensino, pesquisa e extensão a partir da interação entre servidores/servidoras docentes e técnicos-administrativos, discentes e membros da comunidade externa que trabalham juntos temas relacionados à diversidade cultural brasileira e à luta contra o racismo e todas as outras formas de discriminação.

20 APOIO AO DISCENTE

21.1 Política de assistência Estudantil

A Assistência Estudantil é entendida numa perspectiva da educação como direito e um compromisso com a formação integral do sujeito e estabelece um conjunto de ações a partir de diversos programas desenvolvidos que buscam reduzir as desigualdades socioeconômicas e promover a justiça social no percurso formativo dos estudantes. Esta se destina aos estudantes matriculados na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, independente de nível e modalidade de ensino, prioritariamente os que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Entendendo vulnerabilidade Social como processos de exclusão, discriminação ou enfraquecimento dos grupos sociais e sua capacidade de reação, como situação decorrente da pobreza, privação e/ou fragilização de vínculos afetivo-relacionais e de pertencimento social e territorial. O setor de Assistência Estudantil do IFCE Caucaia conta com os serviços de 01 (um) profissional de Psicologia, de 02 (dois) profissionais de Nutrição, de 02 (dois) profissionais de Enfermagem e de 01 (um) profissional de Serviço Social.

20.2 Inclusão

O campus conta com um Núcleo de Atendimento à Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas (NAPNE) para acompanhamento de alunos com necessidades especiais e tem por objetivo disseminar uma cultura da “educação para convivência”, aceitação da diversidade e, principalmente, buscar a quebra das barreiras arquitetônicas, tecnológicas, educacionais e atitudinais.

O núcleo promove, em conjunto com os demais setores institucionais, suporte laboral e apoios técnico, científico, acadêmico, pedagógico e psicossocial necessários às atividades de ensino, pesquisa e extensão, desenvolvidas na área de acessibilidade e inclusão, sob a perspectiva dos direitos humanos e da diversidade conforme a Resolução CONSUP/IFCE nº 143, de 20 de dezembro de 2023.

20.3 Setor Técnico-Pedagógico

O setor pedagógico oferece diferentes serviços como: acompanhamento pedagógico e disciplinar, oficinas pedagógicas, acompanhamento dos programas de monitoria, emissão, trancamento de matrícula, reabertura e reingresso de matrícula, transferência, acompanhamento do regime de exercício domiciliar junto às coordenações e assistência estudantil, dentre outros serviços. A Coordenação Técnico-Pedagógica (CTP) é composta por dois pedagogos, dois técnicos em assuntos educacionais e um assistente de alunos.

20.4 Setor de Controle Acadêmico

Por meio do setor de Controle Acadêmico o aluno poderá solicitar diversos documentos de interesse como: histórico escolar, declarações de matrícula, matriz escolar, emissão de diplomas e certificados, guia de transferência, dentre outros. Além destes serviços, o setor ainda oferece informações acadêmicas e orientações sobre o sistema acadêmico, além de regularização de senha. Ainda fazem parte da atuação do Controle Acadêmico, o lançamento de notas e os processos de matrícula. Atualmente, o controle acadêmico é composto por dois servidores.

Os registros acadêmicos são da competência da Coordenação de Controle Acadêmico que planeja, supervisiona, executa, organiza e avalia todas as atividades

relacionadas aos serviços do Controle Acadêmico, conforme as atividades descritas abaixo:

- a) Coordenar as atividades da Coordenação de Controle Acadêmico (CCA);
- b) Supervisionar as atividades dos servidores a serviço na CCA;
- c) Coordenar e realizar a emissão de documentos, certificados, declarações, guia de transferência, históricos escolares e outros;
- d) Auxiliar na elaboração e controles de relatórios, questionários, consultas e outros realizados pela própria Instituição e demais órgãos solicitantes;
- e) Manter os arquivos acadêmicos atualizados;
- f) Receber requerimentos de matrículas, inscrições, e solicitações dirigidas à CCA;
- g) Supervisionar os arquivos acadêmicos, referentes aos diversos cursos que o campus de Caucaia mantém;
- h) Compor o arquivo de alunos novos e transferidos;
- i) Manter a base de dados do sistema de controle acadêmico utilizado, promovendo sua atualização;
- j) Realizar o atendimento aos alunos, ex-alunos, pais de alunos, servidores e demais interessados em matéria de sua competência;
- k) Planejar e programar, juntamente com a Direção Geral, Direção de Ensino, Departamento de Administração, Coordenações de Curso e demais Coordenações, as atividades relacionadas à CCA;
- l) Auxiliar na conferência de informações acadêmicas endereçadas a outros órgãos;
- m) Decidir sobre a forma e a emissão de documentos acadêmicos relativos ao ensino;
- n) Emitir pareceres, instruções e indicações sobre matéria de sua competência;
- o) Desenvolver, juntamente com a Diretoria de Ensino a interpretação de legislação e normas para emissão de pareceres de sua competência;
- p) Promover o aprimoramento dos processos de registros e controles acadêmicos;
- q) Planejamento, supervisão, execução, organização e avaliação das atividades acadêmicas;

r) Realizar o atendimento ao público em geral.

20.5 Permanência e êxito estudantil

A Comissão Geral para Permanência e Êxito dos Estudantes do IFCE atua no acompanhamento das ações de combate à evasão e retenção e no monitoramento da evolução dos indicadores em nível sistêmico, assim como coordena o processo de avaliação do Plano estratégico. Para realização de suas atividades estão disponíveis no Plano Estratégico, os indicadores de acesso, permanência e êxito discente publicados no IFCE em Números, que, por conseguinte, são sincronizados com o sistema acadêmico da instituição. Estas ações coordenadas com os setores técnico-administrativo, setor técnico-pedagógico e coordenação do curso atuarão de forma integrada para garantir a permanência e o êxito dos discentes do curso de Gestão em Educação Profissional e Tecnológica.

20.6 Coordenação de Curso

Coordenador de Curso: As atividades da Coordenação de Curso envolvem funções pedagógicas, administrativas e políticas. É essa a responsável por supervisionar as atividades específicas para o funcionamento do curso, além de viabilizar outras questões relacionadas à sua oferta, como a articulação com órgãos reguladores, a proposição de iniciativas que promovam a qualidade educacional e a produção do Trabalho de Conclusão de Curso, aqui denominado Relatório de Formação.

O/A coordenador(a) desempenha importante papel na condução conjunta do trabalho da equipe docente e no acompanhamento do desempenho acadêmico dos/das discentes. Nestes termos, busca estabelecer o diálogo entre docentes, discentes e a equipe gestora do campus, com o objetivo de traçar estratégias de permanência e êxito dos discentes no curso.

21 EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

A equipe encarregada da implementação do curso é formada por profissionais, cujos processo de seleção e definição das funções deverão obedecer às diretrizes estabelecidas pela Capes, contidas na [Portaria nº 309, de 27 de setembro de 2024](#), na [Instrução Normativa nº 1, de 1º de outubro de 2024](#), e demais normativos vigentes, incluindo as normativas internos do IFCE.

Todos os/as profissionais descritos poderão ser selecionados por edital, de acordo com o especificado no plano de trabalho de cada oferta, com critérios que atendam ao nível de exigência legal para a oferta de uma pós-graduação *Lato Sensu* e receberão formação específica para atuar nesse curso.

Tal preparação deverá contemplar, de forma indispensável e primordial, o conjunto dos elementos integrantes da concepção pedagógica do curso, seus princípios e orientações relativas aos procedimentos didáticos. Por se tratar de um curso desenvolvido na modalidade a distância, a essa formação de base deverão ser associados os conceitos e as orientações relativos às práticas educativas inerentes aos dispositivos a serem utilizados, especialmente os que se referem à mediação pedagógica, à produção de materiais para a EaD, à gestão de plataforma virtual e aos sistemas de acompanhamento dos discentes.

Para os cursos *Lato Sensu*, conforme Art. 9º da Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018,

O corpo docente do curso de especialização será constituído por, no mínimo, 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação *stricto sensu*, cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente (Brasil, 2018, n.p. grifo nosso).

As equipes multidisciplinares, de apoio tecnológico e de logística, do Centro de Referência em Educação a Distância do IFCE e do Núcleo de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância do campus Caucaia prestam assistência pedagógica e técnica aos/às docentes formadores/as e aos/às tutores/as no desenvolvimento do curso. Ademais, apoiam os/as discentes nos aspectos pedagógicos e no suporte ao uso de tecnologias e de recursos educacionais para a educação a distância.

21.1 Coordenação

A escolha do(a) coordenador(a) ocorre via edital de seleção e leva em consideração que o/a docente escolhido(a) deve fazer parte do quadro de servidores(as) do campus IFCE Caucaia.

Ademais, o/a docente selecionado deve ter como características primordiais a liderança, a proatividade, a empatia, o respeito e a disposição para o trabalho em equipe.

Em termos institucionais, o/a coordenador(a) deve atuar conforme orienta a Nota Técnica nº 2/2015/PROEN/IFCE, que estabelece as atribuições dos(as) coordenadore(a)s de curso do IFCE.

A referida nota distribui as ações do(a)s coordenadore(a)s em três grupos:

1. Funções acadêmicas: compreendidas como as atividades de cunho pedagógico.
2. Funções gerenciais: compreendidas como as funções de caráter administrativo.
3. Funções institucionais: compreendidas como as ações de caráter político.

Desta forma, as atividades do Coordenador de Curso envolvem funções pedagógicas, administrativas e políticas, sendo responsável por supervisionar as atividades específicas para o funcionamento do curso, além de viabilizar outras questões relacionadas à sua oferta, como a articulação com órgãos reguladores, a proposição de iniciativas que promovam a qualidade educacional e o acompanhamento do Trabalho de Conclusão de Curso, aqui denominado Relatório técnico conclusivo.

21.2 Corpo Docente

O corpo docente será composto preferencialmente por professores do IFCE selecionados via edital e, diante do não preenchimento da vaga, a coordenação, juntamente com o colegiado, poderá convidar professores externos ou que não participaram do processo de seleção, conforme necessidade, para cumprimento do plano de trabalho.

A equipe do corpo docente do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão na EPT, será constituída, minimamente, pelos seguintes perfis de profissionais:

- Professor Formador: O/A professor/a formador/a é o/a responsável pelo desenvolvimento do componente curricular junto com os/as tutores/as. No momento anterior ao desenvolvimento do componente curricular, é responsável pela composição/estruturação da sala de aula no ambiente virtual de aprendizagem e, no fluxo do componente curricular, deve manter reuniões constantes de orientação pedagógica com os/as tutores/as para discussão de estratégias de ensino. Deve elaborar instrumentos de avaliação (se previstos para o componente curricular) e, se necessário, propor materiais didáticos complementares, a fim de propiciar a consecução dos objetivos propostos na ementa das unidades temáticas da organização curricular do curso.
- O/A Professor/a Formador Orientador/a de TCC é responsável pela consolidação e acompanhamento da produção do Relatório de Formação científico ou artigo que integram o produto final de curso no início do Módulo III até a sua apresentação e aprovação.

São atribuições do Professor Formador:

- a) cumprir carga horária de 20 (vinte) horas semanais, cuja distribuição ficará sob a responsabilidade da coordenação do curso;
- b) acompanhar até 12 (doze) tutores/turmas por disciplina, de acordo com a demanda indicada pela coordenação do curso;
- c) elaborar a matriz de design educacional (matriz DE) para a disciplina na qual atuará, com a antecedência estipulada pela coordenação do curso;
- d) conhecer os materiais, procedimentos e recursos tecnológicos a serem utilizados na disciplina, bem como providenciar a sua organização e elaborar as atividades a serem disponibilizadas para os alunos no ambiente virtual de aprendizagem (AVA) Moodle;
- e) subsidiar os tutores no exercício da docência no Moodle, bem como acompanhar os alunos no processo de aprendizagem;
- f) orientar tutores e estudantes com a indicação e disponibilização de livros, periódicos, artigos, dissertações, teses, ou ainda videoaulas, exercícios resolvidos,

referências bibliográficas, entre outros recursos que possam auxiliá-los no desenvolvimento de suas atividades acadêmicas;

g) informar à coordenação do curso eventuais problemas e/ou dúvidas surgidas no exercício de sua função;

h) participar de cursos de formação inicial e continuada ofertados aos professores formadores, bem como participar de reuniões e encontros acadêmicos quando solicitado pela coordenação;

i) participar de encontros presenciais nos polos quando solicitado pela coordenação;

j) entregar na coordenação do curso o relatório final dos trabalhos realizados pelo(s) tutor(es), bem como lançar as notas no sistema acadêmico do IFCE, digitalizar e imprimir os diários com o resultado final da disciplina;

k) manter regularidade de acesso ao Moodle, e dar retorno às solicitações dos tutores e alunos no prazo máximo de 24 horas;

l) participar de reuniões agendadas pela coordenação do curso e desenvolver reuniões com os tutores durante o planejamento, o processo de execução e o encerramento das disciplinas.

m) Orientar o trabalho de conclusão de curso.

- Professor tutor: com função de atuação em atividades típicas de tutoria desenvolvidas no âmbito do Sistema UAB, voltada para o acompanhamento das disciplinas do Curso de Gestão em EPT. O Professor Tutor é responsável, junto com o/a professor/a formador/a, pelo acompanhamento do desenvolvimento da unidade temática e do TCC, tais como mediação pedagógica e processos de avaliação tanto presenciais quanto online, constituindo-se parte fundamental deste curso na modalidade a distância.

São atribuições do Professor Tutor:

a) prestar atendimento aos estudantes, no AVA ou presencialmente, dando-lhes a devida assistência, mantendo estreita correspondência com aqueles que estejam sob a sua tutoria, estimulando o processo de ensino, exercendo a mediação necessária entre os cursistas, o AVA, a equipe pedagógica e a coordenação do curso;

b) acessar diariamente a disciplina, respondendo às dúvidas e interlocuções dos alunos no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas durante a semana, e de 48 (quarenta e oito) horas no fim de semana;

c) acompanhar o desenvolvimento teórico e prático do educando, além de promover a mediação pedagógica em todo o seu processo de ensino e aprendizagem, favorecendo discussões e propiciando múltiplas possibilidades para solução dos problemas apresentados pelos discentes;

d) assegurar a qualidade do atendimento aos alunos, inclusive quanto às suas necessidades de caráter mais pessoal e que estejam diretamente relacionadas com o curso; e) aplicar os trabalhos acadêmicos propostos no AVA pelo professor formador, além dos trabalhos de recuperação paralela e exames presenciais dos educandos (conforme orientação da coordenação do curso), realizando sua correção em no máximo 7 (sete) dias;

e) manter permanente interação com o coordenador de curso, com os professores formadores, com os tutores de polo e com os educandos durante toda a disciplina, auxiliando-os em suas necessidades acadêmicas;

f) conhecer os materiais didáticos da(s) disciplina(s), os procedimentos e recursos tecnológicos de apoio às atividades propostas, sejam estas presenciais ou a distância;

g) participar, obrigatoriamente, das reuniões pedagógicas de formação específica de cada área do conhecimento, formação continuada e demais formações propostas pelo CREaD ou IFCE Caucaia, que poderão ser presenciais ou virtuais;

h) deslocar-se até os polos distribuídos em todo o território cearense, para ministrar aulas por ocasião dos encontros presenciais, que são previstos preferencialmente para os finais de semana, mas podem ocorrer em qualquer dia da semana (essas datas serão informadas previamente pela coordenação do curso);

i) acompanhar a frequência dos alunos em suas atividades virtuais e presenciais;

j) participar das aulas síncronas;

l) produzir vídeos curtos em comum acordo com o professor formador;

m) produzir relatórios mensais de acompanhamento da turma no que diz respeito à evasão e ao desempenho acadêmico.

21.3 Corpo técnico administrativo

O quadro 5, a seguir descreve o pessoal técnico-administrativo de apoio ao ensino presente no *campus* Caucaia.

Quadro 5 – Corpo Técnico Administrativo

Nome	Cargo	Titulação	Atividade Desenvolvida
Fills Ribeiro Sousa	Assistente de Aluno	Especialização	Identificar as necessidades do educando, encaminhando-os aos setores competentes e auxiliar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Raquel Campos Nepomuceno de Oliveira	Psicóloga	Mestrado	Participar da equipe multiprofissional de apoio ao processo de ensino e aprendizagem, levando em conta o desenvolvimento global do discente, bem como avaliar, acompanhar e orientar, dentro do contexto institucional, casos que requeiram encaminhamentos clínicos.
Nayara Sousa de Mesquita	Enfermeira	Doutorado	Atuar na prevenção, promoção, tratamento e vigilância à saúde de forma individual e coletiva, colaborando com o processo de ensino.
Sandro Mário Gurgel de Freitas		Especialização	
Leandro Caldeira Pereira Rodrigues	Técnico de Tecnologia da Informação	Especialização	Manter, organizar e definir demandas dos laboratórios de informática que dão apoio ao Curso.
Anderson Wagner Alves		Especialização	
Marcília Maria Soares Barbosa Macedo	Pedagogo	Mestrado	Assessorar os docentes no que diz respeito às políticas educacionais da instituição e realizar acompanhamento didático pedagógico do processo de ensino aprendizagem.
Nágela Silva Rodrigues	Pedagogo	Mestrado	
Edilene Teixeira da Silva	Auxiliar de Biblioteca	Especialização	Assessorar as atividades pertinentes à biblioteca, bem como nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Antonio Leandro Martins Cândido		Mestrado	
Bruno Emanuel de Lima Santiago	Técnico Administrativo	Especialização	Prover a organização e o apoio administrativo da secretaria do Curso.
Marcelo Ferreira da Costa		Especialização	
Francisco Thiago de Oliveira Leite	Assistente Social	Especialização	Realizar atendimento social, escuta qualificada, estudo social, análise socioeconômica, encaminhamento para outros serviços, seleção de estudantes para concessão de auxílios

			e divulgar informações e orientações sociais.
Francisco Reginaldo Alves Batista Aguiar Iveline de Souza Lima	Técnicos em Assuntos Educacionais	Mestrado Mestrado	Coordenar as atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisionando e avaliando-as, para assegurar a regularidade do desenvolvimento do processo educativo. Assessorar nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.
Rannádia da Silva Virgulino Jamile Costa Fernandes	Bibliotecária	Especialização Graduação	Gerenciar a biblioteca e assessorar Nas atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Fonte: Elaboração própria, 2025.

21.4 O Colegiado

O Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu* em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica conta com um Colegiado próprio, composto conforme normativa do IFCE *campus* Caucaia, com as funções de ajustar, quando necessário, o projeto pedagógico do curso à realidade local e de planejar, acompanhar e avaliar a sua implementação, colaborando para a integração dos diferentes sujeitos envolvidos, sempre observando as normas internas e a legislação em vigor. O Colegiado, após constituído, é formalizado através de portaria específica.

22 INFRAESTRUTURA

O Curso de Pós-Graduação (*Lato Sensu*) em Gestão na Educação Profissional e Tecnológica, Capes/UAB e Setec/MEC, será ofertado pelas instituições que integram a Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica e o Programa Universidade Aberta do Brasil (UAB), como é o caso do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará - IFCE. Essas instituições são responsáveis pela oferta e certificação do Curso, bem como pela customização do Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) utilizado pela instituição ofertante do curso e pela migração dos conteúdos dos componentes curriculares

que integram a matriz curricular do referido curso, elaborados pela Equipe Multidisciplinar do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Tecnologia Ético-Crítica (Prosa) e do Laboratório de Novas Tecnologias (Lantec) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

São pré-requisitos estabelecidos e acordados entre as partes envolvidas na implementação do Curso de Gestão na EPT, no âmbito da oferta Capes/UAB e Setec/MEC, a utilização do mesmo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e os mesmos materiais pedagógicos elaborados pela Equipe Multidisciplinar do Núcleo de Estudos e Pesquisa em Educação e Tecnologia Ético-Crítica (Prosa) e do Laboratório de Novas Tecnologias (Lantec) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

22.1 Infraestrutura digital

Para o gerenciamento e o acompanhamento do AVA, o IFCE *campus* Caucaia constituirá equipe de suporte técnico e pedagógico, que tratará da customização da plataforma e da organização dos materiais digitais no AVA, prestando serviços referentes às questões acadêmicas e tecnológicas em parceria com a Universidade Aberta do Brasil e o CREAD - Centro de Referência em Educação a Distância do IFCE.

22.2 Os núcleos de tecnologias educacionais e educação a distância

A inclusão digital será mediada por meio do Núcleo de Tecnologia Educacional e Educação a Distância (NTEAD). A concretização dessa ação assegura o pleno atendimento em espaço específico e com o uso de materiais didático-pedagógicos que possibilitem o sucesso do processo de ensino-aprendizagem de forma inclusiva em todo o IFCE.

No IFCE usaremos o ambiente de ensino Moodle do IFCE no link: <https://EaD.ifce.edu.br>, com suporte técnico por meio de portaria específica designando os responsáveis pela manutenção e acompanhamento do ambiente

virtual, sendo acompanhado pelo NTEAD - IFCE Campus Caucaia. O NTEAD do IFCE Caucaia possui estrutura física composta por uma mesa, uma cadeira, computadores com acesso à Internet, laboratório de informática, e sala multiuso para reuniões e formações, videoconferências e auditório. O Núcleo de Tecnologias Educacionais e Educação a Distância (NTEAD) está ligado diretamente aos gabinetes de Direção Geral sob assessoria do CREAD - Centro de Referência em Educação a Distância.

O NTEAD do IFCE Campus Caucaia proporciona o apoio e a estrutura técnico-pedagógica adequada para facilitar a circulação dinâmica do material didático, as interações instituição-professor-tutor-aluno-conteúdo, as avaliações, a capacitação dos atores envolvidos nas práticas e as metodologias de EAD (professores, coordenadores, tutores, estudantes), ou seja, todo o apoio técnico-pedagógico exigido nas práticas de EAD para assegurar a qualidade do processo ensino-aprendizagem (IFCE, 2017).

Além de prestar suporte para os cursos em implantação e implantados, com assessoria quanto ao uso de tecnologias, metodologias e recursos educacionais digitais, o NTEAD estimulará a cultura do EAD no campus entre técnicos, docentes e discentes.

Atualmente, o NTEAD do Campus Caucaia possui o seguinte corpo funcional, conforme Portaria Nº 2073/GAB-CAU/DG-CAU/CAUCAIA, de 26 de março de 2024.

Quadro 3 - NTEaD Caucaia

Servidor	Função
Tatiane de Aguiar Sousa	Coordenadora NTEaD
Iveline de Souza Lima	Designer Pedagógico
Priscilla Cavalcante de Araujo	Administradora do Moodle

Fonte: Elaboração própria, 2025.

22.3 Bibliotecas: Presencial e Virtual

A biblioteca do IFCE Campus Caucaia funcionará nos três períodos, sendo o horário de funcionamento das 08 às 21 horas, ininterruptamente, de segunda a sexta-feira. Aos usuários vinculados ao curso e cadastrados na biblioteca é concedido o empréstimo automatizado de livros para todos os estudantes devidamente matriculados no curso de Gestão em EPT.

As formas de empréstimo são estabelecidas conforme regulamento de funcionamento próprio da biblioteca. A biblioteca possui um ambiente climatizado, boa iluminação, acessibilidade, dispõe de serviço de referência, de armários para os alunos guardarem seus pertences, cabines para estudo individualizado, computadores com acesso à internet disponíveis para os alunos que desejem realizar estudos na instituição.

Há uma sala de estudos, anexa, com mesas para estudo coletivo, funcionando no mesmo horário da biblioteca. A biblioteca conta também com Sistema de Automação de Bibliotecas Sophia com títulos físicos, exemplares e periódicos.

A Biblioteca física do campus dispõe de computadores para acessar o Portal de Periódicos CAPES e realizar treinamentos para que os usuários se familiarizem com a plataforma. Além disso, os estudantes e professores do IFCE têm acesso Biblioteca Virtual da empresa Pearson Educations (<https://bv.u.ifce.edu.br/login.php>)

A biblioteca do IFCE - campus Caucaia, localizada na área central do campus, apresenta boa iluminação, acessibilidade e possui bloco próprio climatizado dispondo, além do espaço do acervo geral, de duas salas para estudos em grupo, 10 cabines para estudo individual, guarda-volumes, espaço multimídia, internet Wi-Fi e salão de estudos.

Além dessa estrutura, a biblioteca possui regulamento próprio que orienta o uso do acervo e dos espaços, oferecendo ainda os seguintes serviços: Biblioteca Virtual Universitária (BVU), elaboração de ficha catalográfica, internet, consulta local ao acervo, disseminação seletiva da informação, empréstimo domiciliar, pesquisa e orientação bibliográficas, reservas e renovações, serviço de referência e acesso ao Portal de Periódicos da Capes, disponível para alunos e servidores, através da rede local ou para acesso remoto.

A biblioteca conta também com o Sistema de Automação de Bibliotecas Sophia no qual pode ser consultada a disponibilidade de títulos físicos, exemplares e periódicos, bem como realizadas renovações e reservas de exemplares.

Adicionalmente, a Biblioteca Virtual Universitária (BVU) permite que discentes e servidores tenham acesso a um acervo com mais de 50.000 obras das mais diversas áreas de conhecimento. As obras da BVU são acessadas pelo endereço eletrônico <http://bv.uifce.edu.br/> e os usuários podem montar a sua própria estante virtual, fazer anotações, marcar páginas e até mesmo imprimir trechos dos livros.

Além disso, cada polo de apoio presencial conta com estrutura básica de acervo e espaço físico para estudos e pesquisas, conforme detalhado no item anterior. Todavia, para os propósitos deste curso, todo o material bibliográfico será disponibilizado eletronicamente na plataforma Moodle do IFCE com os manuais com links e demais orientações de acesso às bibliotecas virtuais do IFCE campus Caucaia, bem como o acesso ao repositório institucional da CAPES por meio do link: <https://educapes.capes.gov.br/>.

Ainda no que se refere a bibliotecas, também é disponibilizado o serviço de acesso às normas da ABNT e Mercosul para toda a comunidade acadêmica, por meio da plataforma Target GEDWeb e, também, via Sistema Pergamum.

Os estudantes também serão incentivados e orientados para o acesso a outras bibliotecas virtuais, como por exemplo, à Biblioteca Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD); Biblioteca Domínio Público; Biblioteca Digital Mundial; o Repositório online ProEdu; Biblioteca Digital e Sonora; Public Library of Science; The National Academies Press; Project Gutenberg; Google Book. Todas essas plataformas digitais estarão disponibilizadas para os alunos no AVA, por meio de links de acesso, conforme demanda das disciplinas, pois serão fundantes para a elaboração do inventário para o Relatório de Formação.

22.4 Infraestrutura física

O IFCE - Campus de Caucaia possui salas de aula em boas condições, diversos laboratórios, biblioteca, espaço de convivência para atendimento ao aluno de forma a possibilitar instalações que sejam convenientes ao aprendizado discente e busquem dar acessibilidade aos que necessitam.

A instituição vem continuamente trabalhando para respeitar o disposto no Decreto Nº 5296, de 02 de dezembro de 2004, a fim de promover a acessibilidade de pessoas que possuem deficiência ou mobilidade reduzida. No Quadro 4 abaixo apresentamos as dependências físicas do IFCE campus Caucaia:

Quadro 4 - Dependências Físicas IFCE Caucaia

Dependência Física	Quantidade
Auditório	1
Salas de aula	18
Laboratório de Informática	1
Banheiro	15
Sala de estudo	1
Biblioteca	1
Sala dos Professores	1
Coordenação de controle acadêmico	1
NAPNE	1
NTEAD	1
NEABI	1
Sala de coordenação de cursos	1
Sala tutorial	1
Recepção e Protocolo	1

Fonte: elaboração própria, 2025.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, [s. l.], v. 52, n. 38, p. 61–80, 2015. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/Educacaoemquestao/article/view/7956>. Acesso em: 10 jan. 2025.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1996. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 02.mar.2025 .

BRASIL. **Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004**. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.2004.

Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm . Acesso em: 21 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1997. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d2208.htm. Acesso em: 21 dez. 2025.

BRASIL. **Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância.** Define princípios, diretrizes e critérios para as instituições que oferecem cursos na modalidade de educação a distância. 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/legislacao/refEaD1.pdf>. Acesso em: 01 fev. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB, de 20 de setembro de 2012.** Disponível em: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECEBN62012.pdf?query=ensino%20m%C3%A9dio. Acesso em: 15 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 15 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 8.752, de 9 de maio de 2016.** Dispõe sobre a Política Nacional de Formação dos Profissionais da Educação Básica. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2015-2018/2016/decreto/d8752.htm. Acesso em: 12 fev. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 183, de 21 de outubro de 2016.** Regulamenta as diretrizes para concessão e pagamento de bolsas aos participantes da preparação e execução dos cursos e programas de formação superior, inicial e continuada no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/22061253/do1-2016-10-24-portaria-n-183-de-21-de-outubro-de-2016-22061195-22061195. Acesso em: 02 fev. 2025

BRASIL. **Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017.** Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9057-25-maio-2017-784941-publicacaooriginal-152832-pe.html>. Acesso em: 01 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.** Dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de educação superior e dos cursos superiores de graduação e de pós-graduação no sistema federal de ensino. Disponível em: http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/DEC%209.235-2017?OpenDocument. Acesso em: 01 fev. 2025.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 2, de 19 de abril de 2017.** Estabelece procedimentos de pagamento e parâmetros atinentes à concessão das bolsas UAB regulamentadas pela Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, e pela Portaria CAPES nº 15, de 23 de janeiro de 2017. Disponível em:

<http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=3>. Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL. **Resolução CNE/CES nº 4, de 11 de dezembro de 2018**. Altera o inciso I do artigo 2º da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *Lato Sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=103631-rces004-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em 01 fev. 2025.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 6 de abril de 2018**. Estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *Lato Sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/abril-2018-pdf/85591-rces001-18/file>. Acesso em: 01 fev. 2025.

BRASIL. **Decreto nº 5.800, de 8 de junho de 2006**. Dispõe sobre o Sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5800.htm. Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL. **Portaria nº 102, de 10 de maio de 2019**. Regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=1027>. Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL, Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, Regulamenta o Art 7 que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006. Disponível em: <http://cad.capes.gov.br/ato-administrativo-detallar?idAtoAdmElastic=1027>. Acesso em: 02 fev. 2025.

BRASIL. **Resolução nº 4, de 16 de julho de 2021**. Altera o artigo 11 da Resolução CNE/CES nº 1, de 6 de abril de 2018, que estabelece diretrizes e normas para a oferta dos cursos de pós-graduação *Lato Sensu* denominados cursos de especialização, no âmbito do Sistema Federal de Educação Superior. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2021-pdf/197911-rces004-21/file>. Acesso em: 01 fev. 2025.

BRASIL. **Política Nacional de Formação de Profissionais para a Educação Profissional e Tecnológica**: diretrizes gerais. Brasília: Setec/MEC, 2024.

CAPAZ, Josieli Parteli; GERKE, Janinha; MUSCARDI, Dalana Campos. **Plano de Estudo**: mediação da pedagogia da alternância para o ensino e aprendizagem de bioquímica em uma escola urbana. Ponta Grossa - PR: Atena, 2022. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/plano-de-estudo-mediacao-da-pedagogia-da-alternancia-para-o-ensino-e-aprendizagem-de-bioquimica-em-uma-escola-urbana> . Acesso em 09 jan. 2025.

ClAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral. Por que lutamos?. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187–205,

2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 5 jan. 2025.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação Omnilateral. *In*: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da educação do campo**. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; Expressão Popular, p. 267-74, 2012. Disponível em: <https://www.epsjv.fiocruz.br/sites/default/files/l191.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2025.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229-1256, set./dez. 2015.

KUENZER, Acácia Zeneida. (Org). **Ensino Médio**: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2007.

KUENZER, Acácia Zeneida; ABREU, Cláudia Barcelos de Moura; GOMES, Cristiano Mauro Assis. A articulação entre conhecimento tácito e inovação tecnológica: a função mediadora da educação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 36 set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/TqmVydfHQysQwyF9ZbDKBzq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 17 jan. 2025.

LEITE, Denise. **Reformas Universitárias**: avaliação institucional participativa. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Fazer universidade**: uma proposta metodológica. São Paulo: Cortez, 1985.

MACIEL, Antônio Carlos; JACOMELI, Mara Regina Martins; BRASILEIRO, Tânia Suely Azevedo. Fundamentos da educação integral politécnica: da teoria à prática. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p.473-488, abr.-jun., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/hzTrtmFgCsH9FMmL7Vtp4tF/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2025.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O trabalho como referência para a formação e a democracia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s.l.], v. 1, n. 23, p. 1-14, jun. 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167>. Acesso em: 05 jan. 2025.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais**: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Brasília/São Paulo: Fundação Santillana/Editora

Moderna, 2011. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>. Acesso em: 08 jan. 2025.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar**: introdução crítica. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1986.

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/ep/a/z3kMwmdfKMTGM6pb6ZKzXjt/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 16 jan. 2025.

PISTRAK, Moisey Mikhaylovich. **Fundamentos da Escola do Trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2000.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino Médio Integrado: lutas históricas e resistências em tempos de regressão. *In*: ARAÚJO, Adilson Cesar; SILVA, Cláudio Nei Nascimento. **Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios**. Brasília: Ed. IFB, 2017. Disponível em:

http://www.anped.org.br/sites/default/files/images/livro_completo_ensino_medio_integrado_-_13_10_2017.pdf . Acesso em: 04 jan. 2025.

RAMOS, Marise Nogueira. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. *In*: RAMOS, Marise Nogueira (Org.). **Ensino Médio Integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 106-127.

RAYS, Oswaldo Alonso. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Educação Especial**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 71–85, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034>.

Acesso em: 10 jan. 2025.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 10. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2008.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Ensino e pesquisa na docência universitária: caminhos para a integração. *In*: PIMENTA, Selma G. ALMEIDA, Maria Isabel. **Pedagogia Universitária**. São Paulo. EDUSP, p. 129-146, 2009.

SOUZA, Ângelo Ricardo de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. **Educação em Revista**, v. 25. n. 3, p.123-40, dez. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/ff53XWVkxxbhpGkqvckvkH/?lang=pt> Acesso em: 16 jan. 2025.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7 a 23, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7754>. Acesso em: 16 jan. 2025.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. A Trajetória do Programa de Estudos em Gestão Social (Pegs). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 6, p. 1145-62, Nov./Dez., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/tTy8F6rnJWG75RfwzZrGLDp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 16 jan. 2025.

TOZONI-REIS, Marília Freitas de Campos. **A Pesquisa e a Produção de Conhecimentos**. São Paulo: Unesp, s/d.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

ANEXOS – PLANOS DE UNIDADE DIDÁTICA

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ-
CAMPUS CAUCAIA
CURSO *LATO SENSU* EM ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO NA EPT
PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

1. Identificação

Disciplina (Unidade Temática): Cultura Digital e Educação Profissional e Tecnológica

Código:

Pré-requisito: ----

Carga Horária (CH) Total: 40h

CH Teórica: 32

CH Prática: 08

Créditos: 02 Obrigatórios

Nível: Especialização

Curricularização da Extensão:

2. Ementa

Comunicação e interação mediadas por tecnologias digitais. Alfabetização e letramento digitais. Educação Profissional e Tecnológica e cultura digital ética, reflexiva, crítica e criativa. Implicações da cultura digital para a prática pedagógica e a gestão na Educação Profissional e Tecnológica. Inclusão digital e acessibilidade na Educação Profissional e Tecnológica.

3. Objetivos

Compartilhar experiências pessoais e profissionais na utilização de recursos digitais. Analisar princípios epistemológicos, éticos e políticos da atuação crítica e criativa e de caráter emancipatório no contexto da cultura digital. Resgatar as contribuições da cultura digital para a atuação dos profissionais da Educação Profissional e Tecnológica como autores, produtores e disseminadores de conhecimentos e transformadores da realidade e do seu entorno.

4. Programa

- Conceito de EaD;
- Comunicação e interação mediadas por tecnologias digitais;
- Ambientes virtuais de aprendizagem: Moodle e redes sociais;
- Alfabetização e letramento digitais;
- Educação Profissional e Tecnológica e cultura digital ética, reflexiva, crítica e criativa;
- Implicações da cultura digital para a prática pedagógica e a gestão na Educação Profissional e Tecnológica;
- Inclusão digital na Educação Profissional e Tecnológica.

5. Metodologia de ensino

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros presenciais no polo da UAB e virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;
- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas em sala de aula presencial e virtual;
- Estudos dirigidos: resolução de exercícios em sala e on-line;
- Acompanhamento individual do aluno através do AVA e prática laboratorial;
- Discussão e socialização das vivências e estudos de caso;
- Leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo;
- Escrita sistemática do Plano de Formação; Memorial Formativo, Relatório de Formação e artigos científicos;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos individualmente ou em grupos.
- Criatividade e o uso de recursos diversificados como inclusão de atividades contextualizadas à realidade da prática profissional.
- Desempenho cognitivo e social do discente nos encontros presenciais e a distância.
- Disponibilização de apoio pedagógico (tutoria) aos estudantes que apresentarem baixo desempenho nas atividades;
- Outros instrumentos de verificação da aprendizagem: provas escritas, trabalhos, estudos de

caso, fóruns de discussão, resenhas de vídeos e textos, práticas laboratoriais e auto-avaliação, dentre outros.

A frequência será computada da seguinte forma: 80% da carga horário total por meio de atividades no ambiente virtual de ensino Moodle e 20% no encontro síncrono de orientação que poderá ser presencial ou virtual a depender das condições ambientais no período de execução da aula. O estudante que faltar ao encontro presencial deverá realizar atividade extra para compensar essa falta mediante justificativa de falta. Para isso contamos com o apoio do Núcleo de Tecnologia Educacional e Educação a Distância do campus Caucaia, o qual juntamente com o docente da disciplina ajudará na inclusão dos estudantes no AVA e na organização das atividades avaliativas.

6. Avaliação

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Pós-graduação *Latu Sensu* do FCE. A avaliação terá caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB Nº. 9394/96.

A aprovação se dá para o acadêmico que obtiver grau final no valor mínimo de 7,0 (sete) pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos) e mínimo de 75% de frequência mínima total da disciplina. Também está previsto Flexibilização para estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015. A defesa deve ter a presença de um intérprete de Libras no caso de estudantes surdos.

7. Bibliografia básica

BIANCHESSI, Cleber (org.). **Cultura Digital**: novas relações pedagógicas para aprender e ensinar. Curitiba: Bagai, v. 2, 2020. *E-book*. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585258>. Acesso em: 03 mar. 2025.

BOERES, Sonia. O letramento e a organização da informação digital aliados ao aprendizado ao longo da vida. **Revista Digital Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v. 16, n. 2, p. 483-500, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rdbci/article/view/8651507/pdf>. Acesso em: 03 mar. 2025.

OLIVEIRA, Achilles Alves de; SILVA, Yara Fonseca de Oliveira. Mediação pedagógica e tecnológica: conceitos e reflexões sobre o ensino na cultura digital. **Rev. Educ. Questão**, Natal, v. 60, n. 64, e-28275, abr. 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-77352022000200203&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 03 mar. 2025.

PENHA, Jonas Marques da; ALMEIDA, Larissa Germana Martins de. Cibercultura e Educação Profissional e Tecnológica: letramento digital como potencialidade no ensino médio integrado. **Educação Profissional e Tecnológica em Revista**, v. 4, n. 2, p. 80-97, 2020. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/article/view/542>. Acesso em: 03 mar. 2025.

ROSA, Cristiane de Oliveira; MILL, Daniel; MEDEIROS, Fernandina Fernandes de Lima. Letramento, educação e cultura digital: uma breve revisão bibliográfica. *In*: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias | Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias | Congresso de Ensino Superior a Distância | Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância. **Anais do CIET:CIESUD:2022**, São Carlos, set. 2022. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/view/2000/1637>. Acesso em: 03 mar. 2025.

SILVA, Iasmin Ferreira da; FELÍCIO, Cinthia Maria. Mediação de práticas educativas na educação profissional com Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação: considerações a partir da teoria

histórico-cultural. **Educitec: Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, v. 8, e191222, 2022. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/1912> . Acesso em: 03 mar. 2025.

VILLELA, Ana Paula; PRADO, Jesus Vanderli do; BORGES, Rosimeire Aparecida Soares. Tecnologias digitais nos processos de ensino aprendizagem e inclusão de alunos com deficiência. *In: Congresso Internacional de Educação e Tecnologias | Encontro de Pesquisadores em Educação e Tecnologias | Congresso de Ensino Superior a Distância | Congresso Internacional de Ensino Superior a Distância. Anais do CIET:CIESUD:2022*, São Carlos, set. 2022. Disponível em: <https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2022/article/view/2108> . Acesso em: 21 mar. 2025.

8. Bibliografia complementar

BOMFIM, Lucilene da Silva Santos; THEODORO, Yasmine Braga. Letramento crítico a partir de práticas interdisciplinares no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, Natal, v. 7, n. 24, 2021. Disponível em: <https://periodicos.apps.uern.br/index.php/RECEI/article/view/3642> . Acesso em: 21 mar. 2025.

KLEIMAN, Angela Bustos; MARQUES, Ivoneide B. de A. S. Letramentos e tecnologias digitais na educação profissional e tecnológica. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v. 2, n. 15, e7514, 2018. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/7514> . Acesso em: 21 mar. 2025.

MENEZES, Karina Moreira; COUTO, Raqueline de Almeida; SANTOS, Sheila Carine Souza. **Alfabetização, letramento e tecnologias**. Salvador: UFBA, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências; Superintendência de Educação a Distância, 2019. E-book. Disponível em: <http://educapes.capes.gov.br/handle/capes/553784> . Acesso em: 21 mar. 2025.

SOUSA, Wênia Keila Lima de; LOUREIRO, Robson Carlos; DAVID, Priscila Barros. Integração das TDICs com a docência na educação profissional e tecnológica: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Educar Mais**, Pelotas, v. 7, p. 202-220, 2023. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/3020> . Acesso em: 21 mar. 2025.

SOUSA, Wênia Keila Lima de; VASCONCELOS, Francisco Herbert Lima. Educação profissional e tecnológica e a utilização das tecnologias digitais no processo de ensino: uma revisão sistemática da literatura. **Devir Educação**, Lavras, v. 7, n. 1, 2023. Disponível em: <https://devireducacao.ded.ufla.br/index.php/DEVIR/article/view/632> . Acesso em: 21 mar. 2025.

ZANK, Cláudia.; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa; BEHAR, Patricia Alejandra. Limites para a alfabetização crítica das mídias digitais na educação profissional. **Revista Educação e Linguagens**, Campo Mourão, v. 2, n. 2, p. 24-38, 5 out. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unespar.edu.br/index.php/revistaeduclings/article/view/6353> . Acesso em: 21 mar. 2025.

9. Recursos Educacionais

LEITURAS BRASILEIRAS. Dermeval Saviani / **A Pedagogia Histórico-Crítica**. Youtube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=13ojrNgMChk&t=341s>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SCHIEDECK, Silvia; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. **A origem de uma nova institucionalidade em EPT: narrativas e memórias sobre os Institutos Federais**. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/433129>. Acesso em: 8 jan. 2024.

BASTOS, Rafael. Gaudêncio Frigotto / **A educação como capital humano - parte I**. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VnL8tGw6LNA>. Acesso em: 21 mar. 2025.

BASTOS, Rafael. Gaudêncio Frigotto / **A educação como capital humano - parte II**. Youtube, 2021.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4i1Y59zy7SY>. Acesso em: 21 mar. 2025.

IndustriALL_GU. **Episódio 1 Transformações e Desafios no Mundo do Trabalho**. Youtube, 2020.

Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jS_OzdTFwqM. Acesso em: 21 mar. 2025

Coordenador Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ-
CAMPUS CAUCAIA
CURSO *LATO SENSU* EM ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO NA EPT
PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

1. Identificação

Disciplina (Unidade Temática): Trabalho-Educação: fundamentos teóricos e didáticos I

Código:

Pré-requisito: ----

Carga Horária (CH) Total: 20h

CH Teórica: 16

CH Prática: 04

Créditos: 01 Obrigatório

Nível: Especialização

Curricularização da Extensão:

2. Ementa

As vicissitudes dos legados históricos de regulação da Educação Profissional e Tecnológica brasileira: conquistas, reveses e resistências. Trabalho, Educação Profissional e Tecnológica, diversidades, lutas, reivindicações e direitos: gênero, geração, necessidades específicas, etnias, comunidades tradicionais e migrantes. Diferenças de perspectivas na Educação Profissional e Tecnológica: pedagogia histórico-crítica *versus* pragmatismo, teoria do capital humano e lógica das competências.

3. Objetivos

Objetivo: Trazer, em caráter introdutório, discussões que envolvam as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

4. Programa

- Educação e Trabalho: Uma Relação Transformadora
- História e Evolução da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil;
- Diversidade e Inclusão na Educação Profissional;
- Lutas e Reivindicações no Campo da Educação;
- Perspectivas Pedagógicas na Educação Profissional;
- Teoria do Capital Humano e Lógica das Competências.

5. Metodologia de ensino

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros presenciais no polo da UAB e virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;

- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas em sala de aula presencial e virtual;

- Estudos dirigidos: resolução de exercícios em sala e on-line;

- Acompanhamento individual do aluno através do AVA e prática laboratorial;

- Discussão e socialização das vivências e estudos de caso;

- Leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo;

- Escrita sistemática do Plano de Formação; Memorial Formativo, Relatório de Formação e artigos científicos;

- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos individualmente ou em grupos.

- Criatividade e o uso de recursos diversificados coma inclusão de atividades contextualizadas à realidade da prática profissional.

- Desempenho cognitivo e social do discente nos encontros presenciais e a distância.

- Disponibilização de apoio pedagógico (tutoria) aos estudantes que apresentarem baixo desempenho nas atividades;

- Outros instrumentos de verificação da aprendizagem: provas escritas, trabalhos, estudos de caso, fóruns de discussão, resenhas de vídeos e textos, práticas laboratoriais e auto-avaliação, dentre outros.

A frequência será computada da seguinte forma: 80% da carga horário total por meio de atividades no ambiente virtual de ensino Moodle e 20% no encontro síncrono de orientação que poderá ser presencial ou virtual a depender das condições ambientais no período de execução da aula. O estudante que faltar ao encontro presencial deverá realizar atividade extra para compensar essa falta mediante justificativa de falta. Para isso contamos com o apoio do Núcleo de Tecnologia Educacional e

Educação a Distância do campus Caucaia, o qual juntamente com o docente da disciplina ajudará na inclusão dos estudantes no AVA e na organização das atividades avaliativas.

6. Avaliação

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Pós-graduação *Latu Sensu* do FCE. A avaliação terá caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB Nº. 9394/96.

A aprovação se dá para o acadêmico que obtiver grau final no valor mínimo de 7,0 (sete) pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos) e mínimo de 75% de frequência mínima total da disciplina. Também está previsto Flexibilização para estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015. A defesa deve ter a presença de um intérprete de Libras no caso de estudantes surdos.

7. Bibliografia básica

FISCHER, Maria Clara Bueno; FRANZOI, Naira Lisboa. Formação Humana e Educação Profissional: diálogos possíveis. **Educação, Sociedade & Cultura**, Portugal, v. 29, n. 1, p. 35-51, 2009. Disponível em: <https://www.fpce.up.pt/ciie/revistaesc/ESC29/29ClaraFNairaF.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2025

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e trabalho: bases para debater a educação profissional emancipadora. **Perspectiva**, v. 19, n. 1, p. 71-87, 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/8463>. Acesso em: 21 mar. 2025

FRIGOTTO, Gaudêncio. Fazendo pelas mãos a cabeça do trabalhador: o trabalho como elemento pedagógico na formação profissional. **Caderno de Pesquisa**, São Paulo, n. 47, p. 38-45, 1983. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15741983000400004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19 jan. 2024.

GUIMARÃES, Nadya de Araújo. Qualificação como relação social. In: **Dicionário da Educação Profissional em Saúde**. Disponível em: <http://www.sites.epsiv.fiocruz.br/dicionario/index.html>. Acesso em: 21 mar. 2025

IANNI, Octávio. O mundo do trabalho. **São Paulo em Perspectiva**, v.8, n.1, p.2-12, jan.-mar. 1994. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v08n01/v08n01_01.pdf. Acesso em: 21 mar. 2025.

KUENZER, Acácia Zeneida. Educação profissional: categorias para uma nova pedagogia do trabalho. **Boletim Técnico do Senac**, v. 25, n. 2, p. 18-29, maio-ago. 1999. Disponível em: <https://bts.senac.br/bts/article/view/596>. Acesso em: 21 mar. 2025.

MORAES, Carmem Sylvia Vidigal. A luta dos trabalhadores pelo direito à educação e à formação profissional, em defesa da escola pública: um relato de experiência. **Revista Trabalho Necessário**, v. 21, n. 44, p. 1-38, 2023. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/57854>. Acesso em: 21 mar. 2025

MOURA, Dante Henrique. Educação Básica e EPT: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, [s.l.], v. 2, p. 4-30, 2008. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 21 mar. 2025.

OLIVEIRA, Ramon de. A Teoria do Capital Humano e a Educação Profissional Brasileira. **Boletim Técnico do Senac**, v. 27, n. 1, p. 26-37, 2001. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/560>. Acesso em: 21 mar. 2025

PELISSARI, Lucas Barbosa. A reforma da educação profissional e tecnológica no Brasil: 2016 a 2021. **Educação em Revista**, n. 39, e37056, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-469837056>. Acesso em: 21 mar. 2025

RAMOS, Marise Nogueira. É possível uma pedagogia das competências contra-hegemônica?: relações entre pedagogia das competências, construtivismo e neopragmatismo. **Trab. educ. saúde** [Internet], v. 1, n. 1, p. 93–114, mar. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100008>. Acesso em: 21 mar. 2025

SAVIANI, Dermeval. Da inspiração à formulação da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC). Os três momentos da PHC que toda teoria verdadeiramente crítica deve conter. **Interface - Comunicação, Saúde, Educação**, v. 21, n. 62, p. 711–724, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622017.0001>. Acesso em: 21 mar. 2025

8. Bibliografia complementar

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima. A reforma do ensino médio do Governo Temer, a educação básica mínima e o cerco ao futuro dos jovens pobres. **Revista Holos**, [s.l.], v. 8, p. 219-232, 2018. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/7065>. Acesso em: 21 mar. 2025

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; RODRIGUES, Doriedson do Socorro. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo frente ao efetivamente novo. **Boletim Técnico do Senac**, v. 36, n. 2, p. 51-63, 2010. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/218>. Acesso em: 21 mar. 2025

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem. **Boletim Técnico do Senac**, v. 38, n. 2, p. 27-40, 2012. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/164>. Acesso em: 21 mar. 2025

CAETANO, Maria Raquel; LOPONTE, Luciana Neves. **Histórias e Memórias em Educação Profissional e Tecnológica**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2021. Disponível em: <https://pedroejoaoeditores.com.br/produto/historias-e-memorias-em-educacao-profissional-e-tecnologica/>. Acesso em: 21 mar. 2025

CLOVES, Alexandre de Castro; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; SCHENKEL, Cladecir Alberto. História socioespacial do trabalho no Brasil, educação profissional tecnológica e a questão regional. **Revista Labor**, v. 1, n. 24, p. 331-355, 19 out. 2020. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/44200>. Acesso em: 21 mar. 2025.

CLOVES, Alexandre de Castro; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; MEDEIROS, Ivonete Telles. Educação Tecnológica no Brasil: A Geopolítica e a Geografia Política do processo histórico. **Metodologias e Aprendizado**, v. 6, p. 516-533, 2023. Disponível em: <https://publicacoes.ifc.edu.br/index.php/metapre/article/view/3983>. Acesso em: 21 mar. 2025

CIAVATTA, Maria. A produção do conhecimento sobre a configuração do campo da educação profissional e tecnológica. **Holos**, [s. l.], v. 6, p. 33–49, 2016. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5013>. Acesso em: 21 mar. 2025

FRIGOTTO, Gaudêncio. Ensino médio e técnico profissional: disputa de concepções e precariedade. In: **EMdiálogoamazonia: Ensino Médio em foco**, 2013. Disponível em: <http://emdiologoamazonia.blogspot.com.br/2013/03/ensino-medio-e-tecnico-profissional.html>. Acesso em: 21 mar. 2025

LIMA FILHO, Domingos Leite; QUELUZ, Gilson Leandro. A tecnologia e a educação tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. **Educ. Tecnol.**, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.19-28, jan./jun. 2005. Disponível em: <https://www.seer.dppq.cefetmg.br/index.php/revista-et/article/view/71>. Acesso em: 21 mar. 2025

POCHMANN, Márcio. Tendências estruturais do mundo do trabalho no Brasil. **Ciência e coletiva**, v. 25, n.1, dez. 2019-jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/csc/2020.v25n1/89-99/>. Acesso

em: 21 mar. 2025

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção formação pedagógica; v. 5). Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2025.

RODRIGUES, Doriedson do Socorro. A integração saberes e conhecimentos escolares em processos formativos: o que dizem as pesquisas e as escolas. **Revista Humanidades e Inovação**, v. 7, n. 12, 2020. Disponível em: <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/3062>. Acesso em: 21 mar. 2025

SILVA, Luciane Teixeira da; NOSELLA, Paolo. A “cultura extrema” enquanto estratégia de hegemonia: uma análise a partir dos escritos de Antonio Gramsci. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 22, p. 19-31, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/51499/1/2019_art_ltsilvapnosella.pdf. Acesso em: 21 mar. 2025.

9. Recursos Educacionais

LEITURAS BRASILEIRAS. Dermeval Saviani / **A Pedagogia Histórico-Crítica**. Youtube, 2017. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=13ojrNgMChk&t=341s>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SCHIEDECK, Silvia; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. **A origem de uma nova institucionalidade em EPT: narrativas e memórias sobre os Institutos Federais**. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/433129>. Acesso em: 8 jan. 2024.

BASTOS, Rafael. Gaudêncio Frigotto / **A educação como capital humano** - parte I. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=VnL8tGw6LNA>. Acesso em: 21 mar. 2025.

BASTOS, Rafael. Gaudêncio Frigotto / **A educação como capital humano** - parte II. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=4i1Y59zy7SY>. Acesso em: 21 mar. 2025.

IndustriALL_GU. **Episódio 1 Transformações e Desafios no Mundo do Trabalho**. Youtube, 2020. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=jS_OzdTFwqM. Acesso em: 21 mar. 2025.

Coordenador Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ-
CAMPUS CAUCAIA

CURSO LATO SENSU EM ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO NA EPT
PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

1. Identificação

Disciplina (Unidade Temática): Trabalho-Educação: fundamentos teóricos e didáticos II

Código:

Pré-requisito: ----

Carga Horária (CH) Total: 20h

CH Teórica: 16

CH Prática: 04

Créditos: 01 Obrigatório

Nível: Especialização

Curricularização da Extensão:

2. Ementa

O princípio pedagógico do trabalho, potencialidades e possibilidades de efetivação da escola unitária, da omnilateralidade e da politecnia. Ensino integrado: definições, obstáculos, tensões e avanços teóricos e práticos. Práxis transformadora: perspectivas e oportunidades emancipatórias frente ao panorama atual do mundo do trabalho, implicações, protagonismos e contribuições da prática docente, da gestão e da EaD.

3. Objetivos

Propiciar, em continuidade à introdução do Unidade Temática Trabalho e Educação I, discussões e reflexões que envolvam as marcas, os desafios e os avanços da relação entre trabalho e educação no contexto da Educação Profissional e Tecnológica.

4. Programa

- Escola Unitária e Omnilateralidade: Caminhos para a Inclusão
- Politecnia: Educação para a Vida e o Trabalho
- Integração Curricular: Desafios e Possibilidades
- **Práxis Transformadora: Educação como Ferramenta de Emancipação**
- Protagonismo Estudantil: Construindo Futuros Sustentáveis
- Gestão Educacional e Educação a Distância: Novos Paradigmas

5. Metodologia de ensino

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros presenciais no polo da UAB e virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;
- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas em sala de aula presencial e virtual;
- Estudos dirigidos: resolução de exercícios em sala e on-line;
- Acompanhamento individual do aluno através do AVA e prática laboratorial;
- Discussão e socialização das vivências e estudos de caso;
- Leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo;
- Escrita sistemática do Plano de Formação; Memorial Formativo, Relatório de Formação e artigos científicos;
- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos individualmente ou em grupos.
- Criatividade e o uso de recursos diversificados coma inclusão de atividades contextualizadas à realidade da prática profissional.
- Desempenho cognitivo e social do discente nos encontros presenciais e a distância.
- Disponibilização de apoio pedagógico (tutoria) aos estudantes que apresentarem baixo desempenho nas atividades;
- Outros instrumentos de verificação da aprendizagem: provas escritas, trabalhos, estudos de caso, fóruns de discussão, resenhas de vídeos e textos, práticas laboratoriais e auto-avaliação, dentre outros.

A frequência será computada da seguinte forma: 80% da carga horário total por meio de atividades no ambiente virtual de ensino Moodle e 20% no encontro síncrono de orientação que poderá ser presencial ou virtual a depender das condições ambientais no período de execução da aula. O estudante que faltar ao encontro presencial deverá realizar atividade extra para compensar essa falta mediante justificativa de falta. Para isso contamos com o apoio do Núcleo de Tecnologia Educacional e

Educação a Distância do campus Caucaia, o qual juntamente com o docente da disciplina ajudará na inclusão dos estudantes no AVA e na organização das atividades avaliativas.

6. Avaliação

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Pós-graduação *Latu Sensu* do FCE. A avaliação terá caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB Nº. 9394/96.

A aprovação se dá para o acadêmico que obtiver grau final no valor mínimo de 7,0 (sete) pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos) e mínimo de 75% de frequência mínima total da disciplina. Também está previsto Flexibilização para estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015. A defesa deve ter a presença de um intérprete de Libras no caso de estudantes surdos.

7. Bibliografia básica

CIAVATTA, Maria. O ensino integrado, a politécnica e a educação omnilateral. Por que lutamos? **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 1, p. 187-205, jan-abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9303>. Acesso em: 21 mar. 2025

MACHADO, Lucília Regina de Souza. Politécnica, escola unitária e trabalho: lições do passado e do presente. **Revista Trabalho Necessário**, ano 13, n. 20, p. 234-251, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/tn.13i20.p8620>. Acesso em: 21 mar. 2025

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O trabalho como referência para a formação e a democracia. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, Natal, v.1, n.26, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167>. Acesso em: 21 mar. 2025.

MARTINS, Marcos Francisco. Gramsci, Educação e Escola Unitária. **Educação e Pesquisa**, v. 47, p. e226099, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1678-4634202147226099>. Acesso em: 21 mar. 2025.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p. 1-27, 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 21 mar. 2025.

RAMOS, Marise Nogueira. Ensino médio integrado: da conceituação à operacionalização. **Revista Cadernos de Pesquisa em Educação**, ano 11, v. 19, n. 39, p. 15-29, jan./jun. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/educacao/article/view/10243>. Acesso em: 21 mar. 2025.

RAMOS, Marise Nogueira. Filosofia da Práxis e práticas pedagógicas de formação de trabalhadores. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, MG, v. 23, n. 1, p. 207-218, jan./abr. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9306>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2025

8. Bibliografia complementar

ALMEIDA, Maria de Lourdes Pinto de; SÁ, Giedre Teresinha Ragnini de. Políticas educacionais e pesquisa acadêmica: uma reflexão sobre a escola unitária em Antonio Gramsci enquanto um objeto de investigação. **Série-Estudos** - Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, n.40, p. 223–237, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie->

[estudos/article/view/876](#). Acesso em: 21 mar. 2025.

ALVES, Leandro Marcos Salgado; PLÁCIDO, Reginaldo Leandro; FARIA, Filipe Pereira; ROHR, Michel Luís. Retalhos de experiências exitosas em educação profissional e tecnológica. **Debates em Educação**, Maceió, v. 11, n. 24, maio-ago. 2019. Disponível em: <https://www.seer.ufal.br/ojs2-somente-consulta/index.php/debateseducacao/article/view/6910>. Acesso em: 21 mar. 2025.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. **Revista Trabalho Necessário**, v. 3, n. 3, 2005. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/6122>. Acesso em: 21 mar. 2025.

CHISTÉ, Priscila de Souza. Educação Profissional no Brasil: reflexões sobre o ensino médio integrado. **Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica**, v. 4, n. 2, p. 86 - 113, 2014. Disponível em: <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect/article/view/78>. Acesso em: 02 fev. 2024.

MACHADO, Lucília Regina de Souza. A politécnica nos debates pedagógicos soviéticos das décadas de 20 e 30. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n.18, 2020, p. 1-26. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/9575/2568>. Acesso em: 8 jan. 2024.

MOURA, Dante Henrique. A organização curricular do ensino médio integrado a partir do eixo estruturante: trabalho, ciência, tecnologia e cultura. **Revista Labor**, v.1, n.7, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/23326/1/2012_art_drmoura.pdf. Acesso em: 21 mar. 2025.

OLIVEIRA, Ramon de. Ensino médio integrado: desafios para os que lutam por uma escola emancipatória. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 23, p. e14688, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/14688>. Acesso em: 21 mar. 2025.

RAMOS, Marise Nogueira. Escola Unitária. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, pp. 341-347, 2012. Disponível em: <https://www.epsiv.fiocruz.br/sites/default/files/1191.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2025.

RAMOS, Marise Nogueira. Práxis e pragmatismo: referências contrapostas dos saberes profissionais. In: SÁ, Maria Roseli Gomes Brito de; FARTES, Vera Lúcia Bueno (Orgs.). **Currículo, formação e saberes profissionais: a (re)valorização epistemológica da experiência**. Salvador: EDUFBA, p. 221, 2010. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/39226>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. A formação humana na perspectiva histórico-ontológica. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 15, n. 45, p. 422-590, set./dez 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/yXjXQvzWfhSp5VNhX6KqKLh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2025.

9. Recursos Educacionais

BRAGA, Osório Esdras Guimarães; PRATES, Admilson Eustáquio. **O trabalho como princípio educativo no Ensino Médio Integrado do IFNMG**. Montes Claros: IFNMG/ProfEPT. Youtube, 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YlqGbzhirg>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SILVA, Marilene Veiga da; BRASILEIRO, Beatriz Gonçalves. **Os sentidos do trabalho e os conceitos essenciais da EPT: um guia para estudantes, professores e gestores**, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740867>. Acesso em: 21 mar. 2025.

ANTUNES, Ricardo. **Trabalho intermitente e o trabalhador hoje no Brasil**. Youtube, 2019. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=UMYovnOhk_A. Acesso em: 21 mar. 2025.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ-
CAMPUS CAUCAIA
CURSO *LATO SENSU* EM ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO NA EPT
PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

1. Identificação

Disciplina (Unidade Temática): Gestão Educacional

Código:

Pré-requisito: ----

Carga Horária (CH) Total: 20h

CH Teórica: 16

CH Prática: 04

Créditos: 01 Obrigatório

Nível: Especialização

Curricularização da Extensão:

2. Ementa

Fundamentos e princípios da gestão educacional. Estrutura organizacional de uma instituição escolar. Plano de Desenvolvimento Institucional, Projeto Político Pedagógico e os Planos de Gestão. Dimensões da gestão educacional: gestão pedagógica, financeira, administrativa e de pessoas. Atribuições dos coordenadores pedagógicos das escolas. Relações interpessoais dos envolvidos no processo educativo: ética no exercício profissional dos gestores, professores e demais profissionais da educação.

3. Objetivos

Conhecer a estrutura organizacional de uma instituição escolar. Compreender o plano de desenvolvimento institucional, o projeto político pedagógico e os planos de gestão como instrumentos de gestão democrática da escola. Refletir sobre as dimensões da gestão escolar (pedagógica, financeira, administrativa, de pessoas). Conhecer e compreender as atribuições dos profissionais que exercem funções de gestão nas instituições educativas. Compreender a relevância das relações interpessoais dos envolvidos no processo educativo.

4. Programa

- Fundamentos da Gestão Educacional: Teorias e Práticas;
- Estruturas Organizacionais em Instituições Escolares: Modelos e Desafios;
- Construindo o Futuro: O Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Político Pedagógico;
- Gestão Educacional em Múltiplas Dimensões: Pedagógica, Financeira, Administrativa e de Pessoas;
- O Papel do Coordenador Pedagógico: Atribuições e Desafios na Prática Escolar;
- Ética e Relações Interpessoais na Educação: Construindo um Ambiente Colaborativo.

5. Metodologia de ensino

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros presenciais no polo da UAB e virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle.

• Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;

• Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas em sala de aula presencial e virtual;

• Estudos dirigidos: resolução de exercícios em sala e on-line;

• Acompanhamento individual do aluno através do AVA e prática laboratorial;

• Discussão e socialização das vivências e estudos de caso;

• Leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo;

• Escrita sistemática do Plano de Formação; Memorial Formativo, Relatório de Formação e artigos científicos;

• Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos individualmente ou em grupos.

• Criatividade e o uso de recursos diversificados como inclusão de atividades contextualizadas à realidade da prática profissional.

• Desempenho cognitivo e social do discente nos encontros presenciais e a distância.

• Disponibilização de apoio pedagógico (tutoria) aos estudantes que apresentarem baixo desempenho nas atividades;

• Outros instrumentos de verificação da aprendizagem: provas escritas, trabalhos, estudos de caso, fóruns de discussão, resenhas de vídeos e textos, práticas laboratoriais e auto-avaliação, dentre outros.

A frequência será computada da seguinte forma: 80% da carga horário total por meio de atividades no ambiente virtual de ensino Moodle e 20% no encontro síncrono de orientação que poderá ser presencial ou virtual a depender das condições ambientais no período de execução da aula. O estudante que faltar ao encontro presencial deverá realizar atividade extra para compensar essa falta mediante justificativa de falta. Para isso contamos com o apoio do Núcleo de Tecnologia Educacional e Educação a Distância do campus Caucaia, o qual juntamente com o docente da disciplina ajudará na inclusão dos estudantes no AVA e na organização das atividades avaliativas.

6. Avaliação

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Pós-graduação Latu Sensu do FCE. A avaliação terá caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB Nº. 9394/96.

A aprovação se dá para o acadêmico que obtiver grau final no valor mínimo de 7,0 (sete) pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos) e mínimo de 75% de frequência mínima total da disciplina. Também está previsto Flexibilização para estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015. A defesa deve ter a presença de um intérprete de Libras no caso de estudantes surdos.

7. Bibliografia básica

GRABOWSKI, Gabriel. **Gestão e planejamento da educação profissional e tecnológica**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Gestao-e-planejamento-da-educacao-profissional-e-tecnologica.pdf>.

Acesso em: 21 mar. 2025.

PARO, Vitor Henrique. Formação de gestores escolares: a atualidade de José Querino Ribeiro. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 107, p. 453-467, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/formacaodegestoresescolares.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PARO, Vitor Henrique. A estrutura didática e administrativa da escola e a qualidade do ensino fundamental. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 24, n. 1, p. 127-133, jan./abr. 2008. Disponível em: <https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/aestruturadidaticaeadministrativadaescolaeaaqualidadedoensinofundamental.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2025.

VEIGA, Ilma Passos da (org.). **Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível**. Campinas: Papirus, 1998. p.11-35. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2014/01/PPP-segundo-Ilma-Passos.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2025.

8. Bibliografia complementar

ANA, Wallace Pereira Sant; ANDRADE, Lucas Manoel; NOZAKI, Lauce Noriyo de Moraes; CASTRO, Mad Ana Desiree Ribeiro de; DIAS, Luciana Campos de Oliveira. Reflexões sobre organização e gestão na educação profissional e tecnológica: uma análise dos elementos históricos e sociológicos. **Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico**, Manaus, v. 4, n. 8, 2018. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/426>. Acesso em: 21 mar. 2025.

ARROYO, Miguel Gonzalez. Gestão da educação com justiça social. Que gestão dos injustiçados? **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação (RBPAE)**, v. 36, n. 2, p. 768 – 788, mai./

ago. 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/100820/58121>. Acesso em: 21 mar. 2025.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **RBPEA**, v. 23, n.3, p. 483-495, set/dez. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/19144>. Acesso em: 21 mar. 2025.

LÜCK, Heloísa. Perspectivas da gestão escolar e implicações quanto à formação de seus gestores. **Em Aberto**, v. 17, n. 72, 2008. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2634>. Acesso em: 21 mar. 2025.

FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Escola “sem” partido: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017. Disponível em: <https://fnpe.com.br/wp-content/uploads/2018/11/gaudencio-frigotto-ESP-LPPUERJ.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2023

PARO, Vitor Henrique. A estrutura didática e administrativa da escola e a qualidade do ensino fundamental. **RBPAE**, v.24, n.1, p. 127-133, jan./abr. 2008. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/gt_05_18.pdf. Acesso em: 21 mar. 2025.

9. Recursos Educacionais

AGNOLIN, Sandra Lígia; ESCOTT, Clarice Monteiro. **Reformulação de Proposta Curricular de Cursos do Ensino Médio Integrado**: um caminho possível para a integração curricular. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/741169>. Acesso em: 21 mar. 2025.

KELLER, Fabiana de Oliveira; ESCOTT, Clarice Monteiro. **Vamos avaliar?** proposta de avaliação institucional participativa e emancipatória da política institucional para os cursos de ensino médio integrado do IFRS. Porto Alegre, RS: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/741166>. Acesso em: 21 mar. 2025.

MÜLLER, Liliane Krebs Bessel; RAVÁSIO, Marcele Teixeira Homrich. **Guia de orientações pedagógicas para o trabalho docente**. Santo Ângelo: IFFar/ProfEPT, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/433803>. Acesso em: 21 mar. 2025.

Coordenador Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ-
CAMPUS CAUCAIA
CURSO LATO SENSU EM ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO NA EPT
PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

1. Identificação

Disciplina (Unidade Temática): Políticas Públicas e Legislação para a EPT

Código:

Pré-requisito: ----

Carga Horária (CH) Total: 40h

CH Teórica: 32

CH Prática: 08

Créditos: 02 Obrigatórios

Nível: Especialização

Curricularização da Extensão:

2. Ementa

Concepções e bases conceituais sobre Estado e políticas educacionais no Brasil. Produção histórica das políticas e das bases legais da educação profissional e tecnológica. Reforma do Estado e influências dos organismos multilaterais na definição das políticas públicas de Educação no Brasil nos

anos de 1990. Políticas contemporâneas de educação (os anos 2000). A EPT nas Conferências de Educação, no Plano Nacional de Educação e na LDB.

3. Objetivos

Conhecer os conceitos e as abordagens que orientam as políticas públicas no Brasil, tendo como recorte a EPT. Compreender e refletir sobre a influência dos organismos multilaterais na definição das políticas públicas de Educação no Brasil. Entender os impactos das políticas e do financiamento sobre a qualidade da educação.

4. Programa

- História e Evolução das Políticas Educacionais no Brasil;
- Educação Profissional e Tecnológica: Fundamentos e Legislação;
- Impacto das Organizações Multilaterais nas Políticas Educacionais;
- Reformas do Estado e suas Consequências para a Educação;
- Políticas Educacionais Contemporâneas: Desafios e Avanços;
- A Educação Profissional e Tecnológica nas Conferências de Educação;
- O Plano Nacional de Educação e a EPT: Análise do Plano Nacional de Educação (PNE);
- A LDB e a Educação Profissional: Uma Relação em Construção.

5. Metodologia de ensino

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros presenciais no polo da UAB e virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;

- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas em sala de aula presencial e virtual;

- Estudos dirigidos: resolução de exercícios em sala e on-line;

- Acompanhamento individual do aluno através do AVA e prática laboratorial;

- Discussão e socialização das vivências e estudos de caso;

- Leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo;

- Escrita sistemática do Plano de Formação; Memorial Formativo, Relatório de Formação e artigos científicos;

- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos individualmente ou em grupos.

- Criatividade e o uso de recursos diversificados como inclusão de atividades contextualizadas à realidade da prática profissional.

- Desempenho cognitivo e social do discente nos encontros presenciais e a distância.

- Disponibilização de apoio pedagógico (tutoria) aos estudantes que apresentarem baixo desempenho nas atividades;

- Outros instrumentos de verificação da aprendizagem: provas escritas, trabalhos, estudos de

caso, fóruns de discussão, resenhas de vídeos e textos, práticas laboratoriais e auto-avaliação, dentre outros.

A frequência será computada da seguinte forma: 80% da carga horário total por meio de atividades no ambiente virtual de ensino Moodle e 20% no encontro síncrono de orientação que poderá ser presencial ou virtual a depender das condições ambientais no período de execução da aula. O estudante que faltar ao encontro presencial deverá realizar atividade extra para compensar essa falta mediante justificativa de falta. Para isso contamos com o apoio do Núcleo de Tecnologia Educacional e Educação a Distância do campus Caucaia, o qual juntamente com o docente da disciplina ajudará na inclusão dos estudantes no AVA e na organização das atividades avaliativas.

6. Avaliação

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Pós-graduação Latu Sensu do FCE. A avaliação terá caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB Nº. 9394/96.

A aprovação se dá para o acadêmico que obtiver grau final no valor mínimo de 7,0 (sete) pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos) e mínimo de 75% de frequência mínima total da disciplina. Também está previsto Flexibilização para estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015. A defesa deve ter a presença de um intérprete de Libras no caso de estudantes surdos.

7. Bibliografia básica

AZEVEDO, Luiz Alberto; SHIROMA, Eneida Oto; COAN, Marival. As políticas públicas para a educação profissional tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 38, n. 2, maio/ago., 2012. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/164>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília/São Paulo: Fundação Santillana, Editora Moderna, 2011. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>. Acesso em: 21 mar. 2025.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, Coleção formação pedagógica, v. 5, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2025.

8. Bibliografia complementar

DAMASCENA, Edilza Alves; MOURA, Dante Henrique. Formação de professores para a Educação Profissional: sobre políticas e perspectivas. **Revista Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 14, n. 30, p. 178 - 199, out./dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/4367>. Acesso em: 21 mar. 2025.

MAGALHÃES, Álcio Crisóstomo; CRUZ, José Adelson. O 'pacto pela educação' e o mistério do 'todos': Estado social e contrarreforma burguesa no Brasil. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-4698169491>. Acesso em: 21 mar. 2025.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47-69, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n94/a03v27n94.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2025.

MOURA, Dante Henrique; BENACHIO, Eliseu Costacurta. Reforma do ensino médio: subordinação da

formação da classe trabalhadora ao mercado de trabalho periférico. **Revista Trabalho Necessário**, Niterói, v. 19, n. 39, p. 163-187, 2021. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/47479>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. Políticas educacionais e verticalização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (séculos XX e XXI). **Vértices**, v.24, n.2, p. 23, 236-266, maio/ago. 2022. Disponível em: <https://essentiaeditora.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/16973/16091>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PIOLLI, Evaldo; SALA, Mauro. Reforma do Ensino Médio e a formação técnica e profissional. **Revista USP**, São Paulo, n. 127, p. 69-86, out./nov./dez. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i127p69-86>. Acesso em: 21 mar. 2025.

9. Recursos Educacionais

COSTA, Alexandre Pereira; DANTAS, Aleksandre Saraiva. **Curso de Extensão**: Marcos Legais da EPT e suas bases conceituais. Mossoró, RN: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/717769>. Acesso em: 21 mar. 2025.

MAZUR, Luciana de Souza; MARTIARENA DE OLIVEIRA, Maria Augusta. **A Educação Profissional entre os anos de 1942-1961**: contribuições das leis orgânicas do ensino para a compreensão da educação no período. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2021. Disponível em: <https://dspace.ifs.edu.br/handle/123456789/488>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SILVA, Maicom Juliano Sesterheim da; TESSMANN, Martha Helena; LOPONTE, Luciana. **Introdução ao orçamento público**: a EPT no orçamento federal. Camaquã, RS: IFSul/ProfEPT, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/644729/2/Apostila.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2025.

Coordenador Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ-
CAMPUS CAUCAIA

CURSO LATO SENSU EM ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO NA EPT
PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

1. Identificação

Disciplina (Unidade Temática): Democracia e Gestão Democrática na Educação Profissional e Tecnológica

Código:

Pré-requisito: ----

Carga Horária (CH) Total: 40h

CH Teórica: 32

CH Prática: 08

Créditos: 02 Obrigatórios

Nível: Especialização

Curricularização da Extensão:

2. Ementa

Conceito de democracia em suas dimensões histórica, política, econômica, educacional e cultural; o papel social da escola e sua contribuição para a construção da cidadania, bem como na reprodução da divisão social de classes. A gestão democrática na e da Educação Profissional e

Tecnológica, bem como as instâncias colegiadas e representativas como locus de construção colegiada. A gestão social como espaço representativo, a partir da ação dialógica e da participação ativa dos sujeitos sociais nos processos decisórios. Os documentos institucionais como expressão da vontade coletiva e orientadores do projeto político-pedagógico da instituição de Educação Profissional e Tecnológica.

3. Objetivos

Conceito de democracia e sua relação com a gestão na e da Educação Profissional e Tecnológica, bem como a importância das instâncias representativas e colegiadas para a construção e consolidação do projeto político-pedagógico.

4. Programa

- Dimensões da Democracia: Uma Análise Histórica e Contemporânea;
- A Escola como Espaço de Cidadania;
- Gestão Democrática na Educação Profissional e Tecnológica;
- Construção Colegiada: Desafios e Oportunidades;
- Educação e Desigualdade Social: Uma Perspectiva Crítica;
- Documentos Institucionais e a Vontade Coletiva na EPT.

5. Metodologia de ensino

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros presenciais no polo da UAB e virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;

- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas em sala de aula presencial e virtual;

- Estudos dirigidos: resolução de exercícios em sala e on-line;

- Acompanhamento individual do aluno através do AVA e prática laboratorial;

- Discussão e socialização das vivências e estudos de caso;

- Leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo;

- Escrita sistemática do Plano de Formação; Memorial Formativo, Relatório de Formação e artigos científicos;

- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos individualmente ou em grupos.

- Criatividade e o uso de recursos diversificados como inclusão de atividades contextualizadas à realidade da prática profissional.

- Desempenho cognitivo e social do discente nos encontros presenciais e a distância.

- Disponibilização de apoio pedagógico (tutoria) aos estudantes que apresentarem baixo desempenho nas atividades;

- Outros instrumentos de verificação da aprendizagem: provas escritas, trabalhos, estudos de caso, fóruns de discussão, resenhas de vídeos e textos, práticas laboratoriais e auto-avaliação, dentre

outros.

A frequência será computada da seguinte forma: 80% da carga horário total por meio de atividades no ambiente virtual de ensino Moodle e 20% no encontro síncrono de orientação que poderá ser presencial ou virtual a depender das condições ambientais no período de execução da aula. O estudante que faltar ao encontro presencial deverá realizar atividade extra para compensar essa falta mediante justificativa de falta. Para isso contamos com o apoio do Núcleo de Tecnologia Educacional e Educação a Distância do campus Caucaia, o qual juntamente com o docente da disciplina ajudará na inclusão dos estudantes no AVA e na organização das atividades avaliativas.

6. Avaliação

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Pós-graduação Latu Sensu do FCE. A avaliação terá caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB Nº. 9394/96.

A aprovação se dá para o acadêmico que obtiver grau final no valor mínimo de 7,0 (sete) pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos) e mínimo de 75% de frequência mínima total da disciplina. Também está previsto Flexibilização para estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015. A defesa deve ter a presença de um intérprete de Libras no caso de estudantes surdos.

7. Bibliografia básica

MACHADO, Lucília Regina de Souza. O trabalho como referência para a formação e a democracia. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**, [s. l.], v. 1, n. 23, 2023. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/15167>. Acesso em: 21 mar. 2025.

MARKOF, John. Democracia: transformações passadas, desafios presentes e perspectivas futuras. **Sociologias**, ano 15, n.º 32, p. 18-50, jan./abr. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/tW43qxPJdJhqQzWX37FySWp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2025

PARO, Vitor Henrique. A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n.3, p. 763-778, set./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/z3kMwmdfKMTGM6pb6ZKzXjt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2025.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 5, p. 7-23, 1998. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/7754>. Acesso em: 21 mar. 2025.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. A trajetória do Programa de estudos em gestão social (Pegs). **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.40, n.6, p. 1145-62, nov./dez., 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/tTy8F6rnJWG75RfwzZrGLDp/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2025.

8. Bibliografia complementar

APOLINÁRIO, José Antônio Feitosa; SOUZA, Diego Kehrlé. Algumas considerações sobre a interdependência entre democracia e educação no pensamento ocidental. **Filosofia e Educação**, [s. l.], v. 6, n. 2, p. 208-244, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8635378>. Acesso em: 5 jan. 2024.

BASTOS, Eliana Nunes Maciel; LUZ, Iussara Any da Silva; ARTUSO, Alysson Ramos. A gestão democrática na Educação Profissional e Tecnológica. **Além dos Muros da Universidade (ALEMUR)**, v.6, n.2, p. 01-11, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/alemur/article/view/4520>. Acesso em:

21 mar. 2025.

GADOTTI, Moacir. *Gestão Democrática com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional*. CONAE, 2014. Disponível em:

<https://www.jaciara.mt.gov.br/arquivos/anexos/05062013105125.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2025.

NETO, Antônio Cabral. Democracia: velhas e novas controvérsias. *Estudos de Psicologia*, v. 2, n.2, 287-312, 1997. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/epsic/a/mggTDX8wXtRq5X5mKLkKBwb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2025.

OLIVEIRA, Ivana Campos; VASQUES-MENEZES, Ione. Revisão de literatura: o conceito de gestão.

Caderno de Pesquisa, v. 48, n.169, mai./ago. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/h8K6zLFps4LiXwikqnBGPYD#>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SANTOS, Gidair Lopes; SILVA, Assis Leão. A organização dos espaços pedagógicos em educação profissional e tecnológica: aproximações da literatura acadêmica. *Anais do 8º EPePe - Encontro de pesquisa educacional em Pernambuco*. Campina Grande: Editora Realize, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/epepe/2021/TRABALHO_EV167_MD1_SA105_ID79_17092021071800.pdf. Acesso em: 21 mar. 2025.

SOUZA, Francisco das Chagas Silva. Políticas educacionais e verticalização da Educação Profissional e Tecnológica no Brasil (séculos XX e XXI). *Vértices*, v.24, n.2, p. 23, 236-266, maio/ago. 2022. Disponível em:

<https://editoraessentia.iff.edu.br/index.php/vertices/article/view/16973>. Acesso em: 21 mar. 2025.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção coletiva. In:

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 14 ed. Campinas: Papyrus, 2018. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=dneADwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT3&dq=projeto+pol%C3%ADtico+pedag%C3%B3gico%3B&ots=MCGeYVfpdG&sig=fNuiaxw2eVeCWMs7whnZI3BjvJY#v=onepage&q=projeto%20pol%C3%ADtico%20pedag%C3%B3gico%3B&f=false>. Acesso em: 21 mar. 2025.

9. Recursos Educacionais

ALENCAR, Rendrikson Gonçalves; GOMES, Jarbas Maurício. *Gestão Democrática na EPT: espaços de participação de pais ou responsáveis*. Maceió: IFAL/ProfEPT, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740836>. Acesso em: 21 mar. 2025.

FRANZINI, Rafaela Gandolfi; REIS, Márcio José dos. *Guia Orientativo para a utilização do vídeo "IFSP: uma vivência para a democracia"*. São Paulo: IFSP/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574623>. Acesso em: 21 mar. 2025.

OLIVEIRA, Sheila Almeida; DUARTE NETO; José Henrique. *Proposta de Gestão Democrática Escolar*. Pernambuco: IFPE/ProfEPT, 2019. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/553345>. Acesso em: 21 mar. 2025.

Coordenador Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ-
CAMPUS CAUCAIA
CURSO *LATO SENSU* EM ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO NA EPT
PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

1. Identificação

Disciplina (Unidade Temática): Planejamento Educacional e Avaliação Institucional na Educação Profissional e Tecnológica

Código:

Pré-requisito: ----

Carga Horária (CH) Total: 20h

CH Teórica: 16

CH Prática: 04

Créditos: 01 Obrigatório

Nível: Especialização

Curricularização da Extensão:

2. Ementa

Planejamento em instituições educativas com ênfase no planejamento participativo como base para a gestão democrática no âmbito da educação profissional e tecnológica. Contribuição da avaliação institucional, em especial a autoavaliação institucional na perspectiva da avaliação educacional e emancipatória. Cultura da autoavaliação como promotora da autonomia institucional. O trabalho da gestão escolar e educacional na relação entre planejamento participativo e autoavaliação institucional, bem como sua contribuição para a construção e consolidação do projeto institucional, assim como dos documentos institucionais que os sustentam.

3. Objetivos

Analisar a relação entre o planejamento e a avaliação institucional em uma perspectiva participativa e emancipatória e sua contribuição para o plano de desenvolvimento institucional e para o projeto político-pedagógico na e da Educação Profissional e Tecnológica.

4. Programa

- Fundamentos do Planejamento Participativo na Educação Profissional e Tecnológica;
- Avaliação Institucional: Teorias e Práticas;
- Autoavaliação Institucional: Caminhos para a Autonomia;
- Intersecções entre Planejamento Participativo e Autoavaliação;
- Gestão Escolar e Educacional: Desafios e Oportunidades;
- Construção e Consolidação do Projeto Institucional;
- Cultura da Autoavaliação: Impactos na Prática Educacional;
- Desenvolvimento de Competências para a Gestão Democrática.

5. Metodologia de ensino

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros presenciais no polo da UAB e virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;

- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas em sala de aula presencial e virtual;

- Estudos dirigidos: resolução de exercícios em sala e on-line;

- Acompanhamento individual do aluno através do AVA e prática laboratorial;

- Discussão e socialização das vivências e estudos de caso;

- Leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo;

- Escrita sistemática do Plano de Formação; Memorial Formativo, Relatório de Formação e artigos científicos;

- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos individualmente ou em grupos.

- Criatividade e o uso de recursos diversificados como inclusão de atividades contextualizadas à realidade da prática profissional.

- Desempenho cognitivo e social do discente nos encontros presenciais e a distância.

- Disponibilização de apoio pedagógico (tutoria) aos estudantes que apresentarem baixo desempenho nas atividades;

- Outros instrumentos de verificação da aprendizagem: provas escritas, trabalhos, estudos de caso, fóruns de discussão, resenhas de vídeos e textos, práticas laboratoriais e auto-avaliação, dentre outros.

A frequência será computada da seguinte forma: 80% da carga horário total por meio de

atividades no ambiente virtual de ensino Moodle e 20% no encontro síncrono de orientação que poderá ser presencial ou virtual a depender das condições ambientais no período de execução da aula. O estudante que faltar ao encontro presencial deverá realizar atividade extra para compensar essa falta mediante justificativa de falta. Para isso contamos com o apoio do Núcleo de Tecnologia Educacional e Educação a Distância do campus Caucaia, o qual juntamente com o docente da disciplina ajudará na inclusão dos estudantes no AVA e na organização das atividades avaliativas.

6. Avaliação

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Pós-graduação *Latu Sensu* do FCE. A avaliação terá caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB Nº. 9394/96.

A aprovação se dá para o acadêmico que obtiver grau final no valor mínimo de 7,0 (sete) pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos) e mínimo de 75% de frequência mínima total da disciplina. Também está previsto Flexibilização para estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015. A defesa deve ter a presença de um intérprete de Libras no caso de estudantes surdos.

7. Bibliografia básica

AFONSO, Almerindo Janela. Nem tudo o que conta em educação é mensurável ou comparável: crítica à *accountability* baseada em testes standardizados e *rankings* escolares. **Revista Lusófona de Educação**, n. 13, p. 13-29, 2009. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/349/34912395002.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2025.

NEZ, Egeslaine de; SOUZA, Warley Carlos de. Planejamento Participativo: elementos para o debate em ação. **Educação, Cultura e Sociedade**, v. 8, n. 2, p. 495-509, jul./dez., 2018. Disponível em: <https://periodicos.unemat.br/index.php/recs/article/view/8435>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SAUL, Ana Maria. Na contramão da lógica do controle em contextos de avaliação: por uma educação democrática e emancipatória. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. especial, p. 1299-1311, dez. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/3nMScNcgg4HFxrrMTTtsGtc/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SORDI, Mara Regina Lemes de; OLIVEIRA, Sara Badra de; SILVA, Margarida Montejano da; BERTAGNA, Regiane Helena; DALBEN, Adilson. Indicadores de qualidade social da escola pública: avançando no campo avaliativo. **Est. Aval. Educ.**, São Paulo, v. 27, n. 66, p. 716-753, set./dez. 2016. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/4073/3271>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SORDI, Mara Regina Lemes de; BERTAGNA, Regiane Helena; SILVA, Margarida Montejano da. A avaliação institucional participativa e os espaços políticos de participação construídos, reinventados, conquistados na escola. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n. 99, p. 175-192, maio-ago., 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/gxfqJfvP5KP6XNF4PNRmRYh/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2025.

8. Bibliografia complementar

AFONSO, Almerindo Janela. Questões, objetos e perspectivas em avaliação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba/SP, v. 19, n. 2, p. 487-507, jul. 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/GVKXmvt8nrpmCkGk7dGH5Rv/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2025.

BORGES, Nieysila Simara da Silva Castro; SALAZAR, Deuzilene Marques. Avaliação institucional interna na perspectiva dos atores escolares da Educação Profissional e Tecnológica. **VI CONEDU**, v. 1, 2020. Disponível em: <https://www.editorarealize.com.br/artigo/visualizar/65300>. Acesso em: 21 mar.

2025.

CAMPOS, Adriana Mari de Almeida Maia, CARNEIRO, Tereza Gomes. Possibilidades de articulação entre as Bases Conceituais da EPT e o PDI nos Institutos Federais. **Cadernos de Educação Básica**, 2020. Disponível em: [https://www.semanticscholar.org/paper/POSSIBILIDADES-DE-ARTICULA%C3%87%C3%83O-ENTRE-AS-BASES-DA-EPT-Campos-](https://www.semanticscholar.org/paper/POSSIBILIDADES-DE-ARTICULA%C3%87%C3%83O-ENTRE-AS-BASES-DA-EPT-Campos-Carneiro/dc6f199050336aea7bee8113508e2e817872ce94)

[Carneiro/dc6f199050336aea7bee8113508e2e817872ce94](https://www.semanticscholar.org/paper/POSSIBILIDADES-DE-ARTICULA%C3%87%C3%83O-ENTRE-AS-BASES-DA-EPT-Campos-Carneiro/dc6f199050336aea7bee8113508e2e817872ce94). Acesso em: 21 mar. 2025.

CARVALHO, Maria João de; FOLGADO, Cristina. A autoavaliação na construção da escola democrática. **Revista Lusófona de Educação**, Portugal, n. 35, p. 83-99, 2017. Disponível em: <https://revistas.ulusofona.pt/index.php/rleducacao/article/view/5916>. Acesso em: 21 mar. 2025.

LEITE, Carlinda; FERNANDES, Preciosa; RODRIGUES, Lurdes. Trajetórias para a institucionalização de uma cultura de autoavaliação nas escolas – entre possibilidades e limites. **Revista de Estudos Curriculares**, Aveiro/Portugal, v. 11, n. 1, 2020. Disponível em: <https://www.nonio.uminho.pt/rec/index.php?journal=rec&page=article&op=view&path%5B%5D=98>.

Acesso em: 21 mar. 2025.

NERY, Patricia Haeser Ferreira; RIBEIRO, Josina Maria Pontes. Projeto Político Pedagógico: uma discussão sobre identidade e identidades na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (EPT). **Revista Conexão na Amazônia**, v. 2, edição especial, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ifac.edu.br/index.php/revistarca/article/view/88/72>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PACHECO, Eliezer. **Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília/São Paulo: Fundação Santillana/Editora Moderna, 2011. Disponível em:

<https://www.moderna.com.br/lumis/portal/file/fileDownload.jsp?fileId=8A7A83CB34572A4A01345BC3D5404120>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PELISSARI, Lucas Barbosa. O fetiche da tecnologia e a Educação Profissional Técnica de nível médio: tentativa de explicação do abandono escolar. **35ª Reunião Anual da Anped**, GT9 – Educação e Trabalho, 2012. Disponível em: https://www.anped.org.br/sites/default/files/qt09-1951_int.pdf. Acesso em: 21 mar. 2025.

PEREIRA, Maria Simone Ferraz; SORDI, Mara Regina Lemes de. Avaliação institucional participativa e a busca da qualidade da escola: limites e potencialidades da participação estudantil. **Olhar de professor**. Ponta Grossa, v. 23, p. 1-20, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/15576/209209213380>. Acesso em: 21 mar. 2025

PERUCH, Marilda; MILAK, Roseli Rosseti; PERES, Maria Gisele. **Desafios e perspectivas nos modelos de gestão da EPT no CEDUP Abílio Paulo em Criciúma/SC**. Repositório IFSC. Disponível em: <https://repositorio.ifsc.edu.br/bitstream/handle/123456789/1420/Artigo%20Final-%20Roseli%20e%20Marilda.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SANTOS, Claudinete Maria dos; FERRI, Lúcia Maria Correa Gomes; MACEDO, Mara Elisa Capovilla Martins de. O planejamento participativo da escola como prática inovadora. **Cadernos de Educação**, Pelotas/RS, n. 41, 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/caduc/article/view/2098>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SANTOS, João Alberto Neves dos; SEPULVEDA, Fernando A. Miranda; SERRAVALLE, Alberto França. Implementação do Planejamento Estratégico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2012. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos12/66216886.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SOUZA, Valesca Rodrigues; MENDES, Maria Aparecida Colares. Reflexões sobre a Avaliação Institucional nos Institutos Federais: formação ou regulação? **3º Simpósio Avaliação da Educação Superior**. Florianópolis, SC, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179394/101_00798%20-%20ok.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 21 mar. 2025.

9. Recursos Educacionais

BORGES, Nieysila Simara da Silva Castro; SALAZAR, Deuzilene Marques. **Proposta de avaliação institucional interna para a EPTNM**. Manaus: IFAM/ProfEPT, 2019. Disponível em:

<https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/552778>. Acesso em: 21 mar. 2025.

FAGUNDES, Fabiana Centeno; ESCOTT, Clarice Monteiro. **Guia de Autoavaliação Institucional para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT)**: contribuições para um percurso democrático, participativo e institucional. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/421>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SERRÃO, Yoli Glenda da Silva, LIMA, Maria Francisca Moraes de. **Planejamento participativo**: como implementá-lo na educação profissional e tecnológica. Manaus: IFAM/ProfEPT. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/573284>. Acesso em: 21 mar. 2025.

Coordenador Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ-
CAMPUS CAUCAIA
CURSO LATO SENSU EM ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO NA EPT
PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

1. Identificação

Disciplina (Unidade Temática): Gestão da Escola de Educação Profissional e Tecnológica Integral e Integrada Educacional

Código:

Pré-requisito: ----

Carga Horária (CH) Total: 40h

CH Teórica: 32

CH Prática: 08

Créditos: 02 Obrigatórios

Nível: Especialização

Curricularização da Extensão:

2. Ementa

Gestão da Educação Profissional e Tecnológica para a contribuição institucional aos processos de formação humana integral e o currículo integrado. Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão para um projeto educativo que dialogue com a sociedade e com o mundo do trabalho. O trabalho da gestão na proposição de políticas institucionais para o desenvolvimento e a consolidação da educação humana integral e da escola integral.

3. Objetivos

Conhecer e analisar os pressupostos da gestão em EPT com vistas a potencializar os processos de formação humana integral e o currículo integrado, bem como as possibilidades de instituição de políticas que sustentem as práticas indissociáveis de ensino, pesquisa e extensão no currículo integrado e integral.

4. Programa

- Educação Integral: Princípios e Práticas;
- Currículo Integrado: Desafios e Oportunidades;
- A Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão;
- Diálogo entre Educação e Sociedade;
- O Papel da Educação Profissional na Formação de Cidadãos Críticos;
- Formação de Educadores para a Educação Integral;
- Parcerias entre Instituições de Ensino e o Mundo do Trabalho.

5. Metodologia de ensino

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros presenciais no polo da UAB e virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;

- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas em sala de aula presencial e virtual;

- Estudos dirigidos: resolução de exercícios em sala e on-line;

- Acompanhamento individual do aluno através do AVA e prática laboratorial;

- Discussão e socialização das vivências e estudos de caso;

- Leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo;

- Escrita sistemática do Plano de Formação; Memorial Formativo, Relatório de Formação e artigos científicos;

- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos individualmente ou em grupos.

- Criatividade e o uso de recursos diversificados como inclusão de atividades contextualizadas à realidade da prática profissional.

- Desempenho cognitivo e social do discente nos encontros presenciais e a distância.

- Disponibilização de apoio pedagógico (tutoria) aos estudantes que apresentarem baixo desempenho nas atividades;

- Outros instrumentos de verificação da aprendizagem: provas escritas, trabalhos, estudos de caso, fóruns de discussão, resenhas de vídeos e textos, práticas laboratoriais e auto-avaliação, dentre outros.

A frequência será computada da seguinte forma: 80% da carga horário total por meio de atividades no ambiente virtual de ensino Moodle e 20% no encontro síncrono de orientação que poderá ser presencial ou virtual a depender das condições ambientais no período de execução da aula. O estudante que faltar ao encontro presencial deverá realizar atividade extra para compensar essa falta mediante justificativa de falta. Para isso contamos com o apoio do Núcleo de Tecnologia Educacional e Educação a Distância do campus Caucaia, o qual juntamente com o docente da disciplina ajudará na inclusão dos estudantes no AVA e na organização das atividades avaliativas.

6. Avaliação

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Pós-graduação *Latu Sensu* do FCE. A avaliação terá caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB Nº. 9394/96.

A aprovação se dá para o acadêmico que obtiver grau final no valor mínimo de 7,0 (sete) pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos) e mínimo de 75% de frequência mínima total da disciplina. Também está previsto Flexibilização para estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015. A defesa deve ter a presença de um intérprete de Libras no caso de estudantes surdos.

7. Bibliografia básica

ARAÚJO, Carlos Wagner Costa; BARCELOS, Renata Gerhardt; CÉLIA, Luciana dos Santos; MOLL, Jaqueline. Aspectos da educação integral no Brasil: disputas conceituais, ideológicas e políticas. **Revista Educação e Políticas em Debate**, v. 12, n. 1, p. 421-440, jan./abr. 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducapoliticas/article/view/66468/35147>. Acesso em: 21 mar. 2025.

MOITA, Filomena Maria Gonçalves da Silva Cordeiro; ANDRADE, Fernando César Bezerra de. Ensino-pesquisa-extensão: um exercício de indissociabilidade na pós-graduação. **Revista Brasileira de Educação**, v. 14, n. 41, maio/ago. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gmGjD689HxfJhy5bgykz6qr/?format=pdf>. Acesso em: 21 mar. 2025.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Curitiba/ PR: Instituto Federal do Paraná, 2014. Disponível em: <https://ifpr.edu.br/curitiba/wp-content/uploads/sites/11/2016/05/Historia-e-politica-da-educacao-profissional.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2025.

RAYS, Oswaldo Alonso. Ensino-Pesquisa-Extensão: notas para pensar a indissociabilidade. **Revista Educação Especial**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 71–85, 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/educacaoespecial/article/view/5034>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SAVIANI, Dermeval. Em defesa do projeto de formação humana integral para a classe trabalhadora. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v. 1, n. 22, e13666, mar. 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/13666/pdf>. Acesso em: 21 mar. 2025.

8. Bibliografia complementar

ARAUJO, Ronaldo Marcos de Lima; FRIGOTTO, Gaudêncio. Práticas pedagógicas e ensino integrado. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 52, n. 38, p. 61-80, maio/ago. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/7956/5723>. Acesso em: 21 mar. 2025.

COSTA, Patrícia Furtado Fernandes; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Referências históricas e teóricas para a análise crítica da produção do conhecimento no Brasil sobre currículo integrado e ensino médio integrado. **Revista Trabalho Necessário**, v. 18, n. 35, jan-abr, 2020. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/article/view/40495>. Acesso em: 21 mar. 2025.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 33, n. 3, p. 1229 - 1256, set./dez. 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2015v33n3p1229>. Acesso em: 21 mar. 2025.

FERREIRA, Helen Betane; REES, Dilys Karen. Educação Integral e Escola de Tempo Integral em Goiânia. **Educação e Realidade**, v. 40, n. 1, jan./mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/ZKxqwKtnclwhwVSqfCpvd8qF/?lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2025.

MARQUES, Maristela Beck; VIEIRA, Josimar de Aparecido. Indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão na prática profissional do ensino médio integrado à educação profissional. **ScientiaTec: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS**, v. 7, n. 1, Edição Especial 4º Seminário de Pós-Graduação do IFRS, p: 187-202, jun. 2020. Disponível em:

<https://periodicos.ifrs.edu.br/index.php/ScientiaTec/article/view/4131/2616>. Acesso em: 21 mar. 2025.
SANTOS, Romário Farias Pedrosa dos. Uma breve retrospectiva histórica da educação integral no Brasil e os marcos legais para sua implantação nos estados da federação. **Conedu**, VII Congresso Nacional de Educação, 2021. Disponível em: https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2021/TRABALHO_EV151_MD1_SA121_ID8774_2907_2021153757.pdf. Acesso em: 21 mar. 2025.

9. Recursos didáticos

COUTO, Andressa Freire Ramos; CAVALARI JÚNIOR, Octávio. **O guia indissociável entre ensino, pesquisa e extensão**: dialogando sobre uma prática integradora. ES: Ifes/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/585582>. Acesso em: 21 mar. 2025.
FERREIRA, Rosângela; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; SONZA, Andréa Poletto. **Curricularização da Extensão**: um olhar institucional. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2022. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/717686>. Acesso em: 21 mar. 2025.
MARQUES, Maristela Beck; VIEIRA, Josimar de Aparecido. **Prática profissional integrada**: ensino pesquisa e extensão no ensino médio integrado. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574846>. Acesso em: 21 mar. 2025.

Coordenador Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ-
CAMPUS CAUCAIA
CURSO LATO SENSU EM ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO NA EPT
PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

1. Identificação

Disciplina (Unidade Temática): Gestão para a Inclusão e Diversidades

Código:

Pré-requisito: ----

Carga Horária (CH) Total: 20h

CH Teórica: 16

CH Prática: 04

Créditos: 01 Obrigatório

Nível: Especialização

Curricularização da Extensão:

2. Ementa

Retrospectiva histórica, legislação e políticas públicas de inclusão, diversidade e ações afirmativas no Brasil. Educação e trabalho como direitos fundamentais. Gestão e cumprimento das legislações acerca das políticas de valorização da diversidade e das ações afirmativas, considerando as desigualdades dos grupos que padeceram de injustiças históricas pela escravização, como é o caso dos povos indígenas, população negra e comunidades quilombolas, bem como das pessoas com deficiência, mulheres, população LGBTQIA+, refugiados, entre outros, considerando as interseccionalidades e as singularidades na EPT. A gestão na organização dos serviços e da infraestrutura institucional como condição para inclusão e valorização da diversidade. O trabalho da gestão nas dimensões de acessibilidade. Acessibilidade curricular.

3. Objetivos

Compreender o papel da gestão no cumprimento das legislações acerca das políticas de valorização da diversidade e das ações afirmativas, considerando as desigualdades dos grupos que padeceram de injustiças históricas pela escravização, como é o caso dos povos indígenas, população negra e comunidades quilombolas, assim como as pessoas com deficiência, mulheres, população LGBTQIA+, refugiados, entre outros, considerando as interseccionalidades e as singularidades educacionais específicas na EPT.

4. Programa

- História da Inclusão e Diversidade no Brasil
- Legislação e Políticas Públicas de Inclusão
- Educação e Trabalho como Direitos Fundamentais
- Gestão e Valorização da Diversidade
- Desigualdades e Interseccionalidades
- Acessibilidade: Dimensões e Desafios
- Educação e Diversidade: Práticas Inovadoras

5. Metodologia de ensino

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros presenciais no polo da UAB e virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;

- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas em sala de aula presencial e virtual;

- Estudos dirigidos: resolução de exercícios em sala e on-line;

- Acompanhamento individual do aluno através do AVA e prática laboratorial;

- Discussão e socialização das vivências e estudos de caso;

- Leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo;

- Escrita sistemática do Plano de Formação; Memorial Formativo, Relatório de Formação e artigos científicos;

- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos individualmente ou em grupos.

- Criatividade e o uso de recursos diversificados como inclusão de atividades contextualizadas à realidade da prática profissional.

- Desempenho cognitivo e social do discente nos encontros presenciais e a distância.

- Disponibilização de apoio pedagógico (tutoria) aos estudantes que apresentarem baixo desempenho nas atividades;

- Outros instrumentos de verificação da aprendizagem: provas escritas, trabalhos, estudos de caso, fóruns de discussão, resenhas de vídeos e textos, práticas laboratoriais e auto-avaliação, dentre

outros.

A frequência será computada da seguinte forma: 80% da carga horário total por meio de atividades no ambiente virtual de ensino Moodle e 20% no encontro síncrono de orientação que poderá ser presencial ou virtual a depender das condições ambientais no período de execução da aula. O estudante que faltar ao encontro presencial deverá realizar atividade extra para compensar essa falta mediante justificativa de falta. Para isso contamos com o apoio do Núcleo de Tecnologia Educacional e Educação a Distância do campus Caucaia, o qual juntamente com o docente da disciplina ajudará na inclusão dos estudantes no AVA e na organização das atividades avaliativas.

6. Avaliação

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Pós-graduação Latu Sensu do FCE. A avaliação terá caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB Nº. 9394/96.

A aprovação se dá para o acadêmico que obtiver grau final no valor mínimo de 7,0 (sete) pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos) e mínimo de 75% de frequência mínima total da disciplina. Também está previsto Flexibilização para estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015. A defesa deve ter a presença de um intérprete de Libras no caso de estudantes surdos.

7. Bibliografia básica

BRASIL. **Lei 13.146, de 06 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 21 mar. 2025.

BRASIL. **Lei 12.288 de 20 de julho de 2010.** Institui o Estatuto da Igualdade Racial. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 23 jan. 2022.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direito à educação, diversidade e educação em direitos humanos. **Educação e Sociedade**, n. 33, set. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/phjDZW7SVBf3FnfNL4mJyWL/#>. Acesso em: 21 mar. 2025.

GOMES, Nilma Lino. O Movimento Negro Brasileiro Indaga e Desafia as Políticas Educacionais. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, [s.l.], v. 11, ed. especial, p. 141-162, maio 2019. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/article/view/687>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PLETSCH, Márcia Denise. O que há de especial na educação especial brasileira? **Momento: diálogos em educação**, Rio Grande, v. 29, n. 1, p. 57-70, jan./abr., 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/9357>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SCHERER, Renata Porcher. Diferenciação curricular no Ensino Médio Integrado: recursos acessíveis, mediação pedagógica e trabalho colaborativo. **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**, v1, n. 22, e11492, 2022. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT/article/view/11492>. Acesso em: 21 mar. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes curriculares nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana.** Brasília, Distrito Federal, out. 2004. Disponível em: https://download.inep.gov.br/publicacoes/diversas/temas_interdisciplinares/diretrizes_curriculares_nacionais_para_a_educacao_das_relacoes_etnico_raciais_e_para_o_ensino_de_historia_e_cultura_afro_brasil

[eira e africana.pdf](#). Acesso em: 21 mar. 2025.

8. Bibliografia complementar

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.29, n. 1, p. 167-182, jan./jun. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/sGzxY8WTnyQQQbwjG5nSQpK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2025.

MIGUEL, Luis Felipe. Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” – Escola sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Direito & Práxis**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 15, 2016. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/25163>. Acesso em: 21 mar. 2025.

PASSOS, Pamela; MULICO, Leslie. **Educação em Direitos Humanos na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica**. João Pessoa: PB, IFPB, 2019. Disponível em: <http://editora.ifpb.edu.br/index.php/ifpb/catalog/book/242>.

Acesso em: 23 jan. 2021.
PIOVESAN, Flávia. Ações afirmativas da perspectiva dos Direitos Humanos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 124, jan./abr. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/3bz9Ddq8YpxP87fXnhMZcJS/?lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2021.

SONZA, Andréa Poletto; GEMELLI, Catia Eli; NUNES, Lauren de Lacerda; TAVARES, Olívia Pereira. **Letramento de gênero e sexualidade: aqui não é um tabu e aí?** Porto Alegre, RS: 2ks Agência Digital, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ifrs.edu.br/handle/123456789/999>. Acesso em: 21 mar. 2025.

RODRIGUES, Tatiane C.; ABRAMOWICZ, Anete. O debate contemporâneo sobre a diversidade e a diferença nas políticas e pesquisas em educação. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 15-30, jan./mar. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/WskqTPrZgtc8k56XHvr8XBz/?lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SANTOS, Keysiani; MENDES, Eniceia. Ensinar a todos e a cada um em escolas inclusivas: a abordagem do ensino diferenciado. **Revista Teias - ProPed UERJ**, v. 22, n. 66, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/view/57138/38786>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SEFFNER, Fernando. Cultura escolar e questões em gênero e sexualidade: o delicado equilíbrio entre cumprir, transgredir e resistir. **Retratos da escola**, Brasília, v. 14, n. 28, p. 75-90, 2020. Disponível em: <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1095>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SILVA, Marcos Antonio Batista da. Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos. **Educação e Pesquisa**, v. 47, 2021. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ep/article/view/186955>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SONZA, Andréa; ORTIZ, Helen; CORSINO, Luciano; SANTOS, Marlise; FERREIRA, Rosângela; CARDOSO, Sandro (org.). **Afirmar a inclusão e as diversidades no IFRS: ações e reflexões**. Bento Gonçalves: IFRS, 2020. 352 p. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1eTHcEJm7oykouKkg5-GFBKATAIEUWXp1/view>. Acesso em: 21 mar. 2025.

9. Recursos didáticos

ARAÚJO, Claudilena Corrêa; FERNANDES, Déa Nunes. **Proposta Didática para Estudo de Gênero-Trabalho-Poder na EPT**. Maranhão: IFMA/ProfEPT, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/703071>. Acesso em: 11 jan. 2024.

CONCEIÇÃO, Antônio Marcos Soares; MACHADO, Veruska Ribeiro. **BOAS PRÁTICAS: a inclusão e a permanência do estudante com deficiência na Educação Profissional e Tecnológica**. Brasília, DF.: IFB/ProfEPT, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/740501>. Acesso em: 21 mar. 2025.

MONTEIRO, Catia Maria Alves, PLÁCIDO, Reginaldo Leandro. **Acolher para Incluir:** o acolhimento como prática na cultura escolar inclusiva. Blumenau: IFC/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574365>. Acesso em: 21 mar. 2025.

OLIVEIRA, Helder Felipe de; PRESTES, Liliane Madruga. **Juventudes negras, educação profissional e mundo do trabalho:** guia de atividades com oficinas de letramento racial para a promoção de uma educação antirracista no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. Porto Alegre, RS: IFRS/ProfEPT, 2023. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/732698>. Acesso em: 11 jan. 2025.

Coordenador Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIENCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ-
CAMPUS CAUCAIA
CURSO *LATO SENSU* EM ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO NA EPT
PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

1. Identificação

Disciplina (Unidade Temática): Gestão para a Permanência e o Êxito

Código:

Pré-requisito: ----

Carga Horária (CH) Total: 20h

CH Teórica: 16

CH Prática: 04

Créditos: 01 Obrigatório

Nível: Especialização

Curricularização da Extensão:

2. Ementa

Permanência e êxito na EPT e sua relação com os fatores individuais, internos aos estudantes, os fatores internos à instituição escolar, bem como os fatores externos. A gestão no processo de institucionalização de uma proposta educacional que considere o desenvolvimento humano integral na articulação entre as dimensões individuais, laborais, científica e cultural para a permanência e o êxito dos estudantes. O trabalho da gestão no planejamento e no acompanhamento da organização do currículo, das práticas pedagógicas e dos modelos e instrumentos de avaliação como forma de contribuir com a permanência e o êxito dos estudantes na EPT.

3. Objetivos

Contribuir para o estudo dos fatores institucionais e das atividades de gestão que podem promover a permanência e o êxito dos estudantes na EPT, bem como as possibilidades de institucionalização de uma proposta educacional para o combate à evasão.

4. Programa

- Gestão Educacional e Desenvolvimento Humano Integral;
- Fatores Individuais e Sucesso Acadêmico;
- Fatores Externos e sua Influência na EPT
- Apoio Pedagógico, Psicossocial e Acompanhamento Acadêmico;
- Parcerias e Redes de Apoio;
- Formação Continuada de Educadores.

5. Metodologia de ensino

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros presenciais no polo da UAB e virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;

- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas em sala de aula presencial e virtual;

- Estudos dirigidos: resolução de exercícios em sala e on-line;

- Acompanhamento individual do aluno através do AVA e prática laboratorial;

- Discussão e socialização das vivências e estudos de caso;

- Leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo;

- Escrita sistemática do Plano de Formação; Memorial Formativo, Relatório de Formação e artigos científicos;

- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos individualmente ou em grupos.

- Criatividade e o uso de recursos diversificados como inclusão de atividades contextualizadas à realidade da prática profissional.

- Desempenho cognitivo e social do discente nos encontros presenciais e a distância.

- Disponibilização de apoio pedagógico (tutoria) aos estudantes que apresentarem baixo desempenho nas atividades;

- Outros instrumentos de verificação da aprendizagem: provas escritas, trabalhos, estudos de caso, fóruns de discussão, resenhas de vídeos e textos, práticas laboratoriais e auto-avaliação, dentre outros.

A frequência será computada da seguinte forma: 80% da carga horário total por meio de atividades no ambiente virtual de ensino Moodle e 20% no encontro síncrono de orientação que poderá ser presencial ou virtual a depender das condições ambientais no período de execução da aula. O estudante que faltar ao encontro presencial deverá realizar atividade extra para compensar essa falta

mediante justificativa de falta. Para isso contamos com o apoio do Núcleo de Tecnologia Educacional e Educação a Distância do campus Caucaia, o qual juntamente com o docente da disciplina ajudará na inclusão dos estudantes no AVA e na organização das atividades avaliativas.

6. Avaliação

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Pós-graduação *Latu Sensu* do FCE. A avaliação terá caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB Nº. 9394/96.

A aprovação se dá para o acadêmico que obtiver grau final no valor mínimo de 7,0 (sete) pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos) e mínimo de 75% de frequência mínima total da disciplina. Também está previsto Flexibilização para estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC 3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015. A defesa deve ter a presença de um intérprete de Libras no caso de estudantes surdos.

7. Bibliografia básica

BRASIL. Ministério da Educação. **Documento orientador para a superação da evasão e retenção na rede federal de educação profissional, científica e tecnológica**. Brasília: Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=110401-documento-orientador-evasao-retencao-vfinal&category_slug=abril-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 21 mar. 2025.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 41, n. 144, p. 772-789, set./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/jgRKBkHs5GrxxwkNdNNtTfM/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 21 mar. 2025.

HEIJMANS, Rosemary Dore; FINI, Roberto; LÜSCHER, Ana Zuleima. Insucesso, fracasso, abandono, evasão... Um debate multifacetado. In: CUNHA, Daisy Moreira; FIDALGO, Fernando Selmar Rocha; SOUZA JR., Hormindo Pereira, OLIVEIRA, Maria Auxiliadora (Orgs.). **Formação/profissionalização de professores e formação profissional e tecnológica: fundamentos e reflexões contemporâneas**. MG: PUC Minas, 2013. Disponível em: <http://rimepes.fae.ufmg.br/galeria/artigos/3-DORE-Cap-livro-FormaProfiss-2013.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2025.

FORNARI, Liamara Teresinha. Reflexões acerca da reprovação e evasão escolar e os determinantes do capital. **REP - Revista Espaço Pedagógico**, Passo Fundo, v. 17, n. 1, p. 112-124, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/2027>. Acesso em: 21 mar. 2025.

KUENZER, Acácia Zeneida. Da dualidade assumida à dualidade negada: o discurso da flexibilização justifica a inclusão excludente. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 1153-1178, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/sB3XN4nBLFPRrhZ5QNx4fRr>. Acesso em: 21 mar. 2025.

TIMÓTEO, Marcela de Oliveira. Estratégias de diversidade, inclusão e equidade de gênero e raça em órgãos da administração pública federal: avanços e desafios. **Revista do TCU**, v. 1, n. 150, p.1-23, jul./dez. 2022. Disponível em: <https://revista.tcu.gov.br/ojs/index.php/RTCU/article/view/1841>. Acesso em: 21 mar. 2025.

REIS, Cacilda Ferreira; SOUZA, Marcilene Garcia de; SANTOS, Valdeluce Nascimento. Ações Afirmativas no Instituto Federal da Bahia: um olhar a partir da Diretoria Sistêmica de Ações Afirmativas e Assuntos Estudantis. **Periferia: Educação, Cultura & Comunicação**. v. 15, p.1-22, 2023. Disponível

em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/periferia/article/view/70531>. Acesso em: 21 mar. 2025.

8. Bibliografia complementar

ARAÚJO, Adilson Cesar de; MENDES, Josué de Sousa (Orgs.). **Evasão na Educação**: estudos, políticas e propostas de enfrentamento. Brasília: IFB/CEPROTEC/RIMEPES, 2014. Disponível em: <http://rimepes.fae.ufmg.br/livros/Dore%20et%20al.%20-%202014%20-%20Evasao%20na%20educacao%20-%20estudos,%20politicass%20e%20propostas.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2025.

COELHO, Alexsandra Joelma Dal Pizzol; GARCIA, Nilson Marcos Dias. Direito à Educação: analisando políticas públicas de apoio à permanência escolar na educação profissional e tecnológica. In: VASCONCELOS, Adaylson Wagner Sousa de (Org.). **Processos de transformação do mundo do trabalho**. Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/ebook/processos-de-transformacao-do-mundo-do-trabalho>. Acesso em: 21 mar. 2025.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; ESCOTT, Clarice Monteiro; MACHADO, Lucília Regina de Souza. Permanência e êxito de mulheres na EJA-EPT: possibilidades de desafios do IFRS. **Plurais – Revista Multidisciplinar**, Salvador, v. 7, p. 1-22, 2022. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/plurais/article/view/14053/9704>. Acesso em: 21 mar. 2025.

FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos; MACHADO, Lucília Regina de Souza; ESCOTT, Clarice Monteiro. Trabalho, educação e cultura nas fronteiras entre o urbano e o campo. **Educação, Sociedade & Culturas**, Portugal, n. 64, 2023. Disponível em: <https://www.up.pt/revistas/index.php/esc-cie/article/view/482>. Acesso em: 21 mar. 2025.

FRANÇA, Suzane Bezerra de; SOUZA, Daniela Pedrosa de. Evasão escolar na Educação de Jovens e Adultos: um estudo na rede estadual de ensino de Pernambuco. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 14, n. 3, set./dez. 2021. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/18194/9801>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SACRAMENTO, Laura Neta Dias do; ALBUQUERQUE, Monck Charles Nunes de; CYPRIANI, Carlos Alex Cantuário. Estudo sobre evasão e permanência no Ensino Técnico de Nível Médio Integrado: um mapeamento sistemático de literatura. **Revista Labor**, Fortaleza, v. 1, n. 26, p. 76-99, jul./dez. 2021. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/65575/1/2021_art_Indsacramentomcnalbuquerque.pdf. Acesso em: 21 mar. 2025.

SOUZA, Vanessa Faria de; ROCHA, Tiago Rios da; MANICA Edimar; LAVARDA, Roger Luis Holf; ROSA, Ronaldo Serda da. Reformulação curricular como ação para permanência e êxito: uma experiência colaborativa no Campus Ibirubá. In: LORENZET, Deloíse *et al.* **Permanência e êxito no IFRS**: Reflexões e práticas. São Paulo, SP: Pimenta Cultural, 2021. Disponível em: <https://dspace.ifrs.edu.br/xmlui/handle/123456789/465>. Acesso em: 21 mar. 2025.

9. Recursos didáticos

GARCIA, Fernanda Corrêa; SPESSATTO, Marizete Bortolanza. **Guia de redução da evasão na EPT**. Florianópolis: Instituto Federal de Santa Catarina/CERFEAD, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/574306>. Acesso em: 21 mar. 2025.

NITSCHKE, Alessandra. PLÁCIDO, Reginaldo Leandro. **Utilização de informações de e sobre egressos para o acompanhamento, avaliação e reformulação de cursos de ensino médio integrado**. Blumenau: IFC/ProfEPT, 2021. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/600482>. Acesso em: 21 mar. 2025.

SOUZA, Maria da Graça do Nascimento de; FRANÇA, Maria Cristina Caminha de Castilhos. **Manual de**

prevenção à evasão dos estudantes dos cursos médio técnico da rede federal de ensino: conhecer para permanecer. Porto Alegre: IFRS/ProfEPT, 2020. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/575059>. Acesso em: 21 mar. 2025.

Coordenador Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ-
CAMPUS CAUCAIA
CURSO *LATO SENSU* EM ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO NA EPT
PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

1. Identificação

Disciplina (Unidade Temática): Trabalho de Metodologia Científica I

Código:

Pré-requisito: ----

Carga Horária (CH) Total: 20h

CH Teórica: 16

CH Prática: 04

Créditos: 01 Obrigatório

Nível: Especialização

Curricularização da Extensão:

2. Ementa

Desenvolvimento da primeira parte do trabalho de conclusão de curso: Elaboração do Plano de Formação: definição tema de interesse e cronograma das atividades a serem implementadas no processo de autoformação durante o curso Gestão da Educação Profissional e Tecnológica. Escrita de si e história de vida na trajetória profissional na área da educação.

3. Objetivos

Desenvolver nos acadêmicos o interesse na sistematização da atividade científica a partir das problemáticas educacionais identificadas nas Unidades Temáticas estudadas no Módulo I – Núcleo Comum. Elaborar um Plano de Formação: identificação do tema de investigação, problemática, objetivos

gerais e específicos, justificativa do interesse pela temática;

4. Programa

- Identificação de Temas de Interesse na Gestão em Educação Profissional e Tecnológica;
- Construção do Pano de Formação;
- Autoformação e Desenvolvimento Contínuo;
- História de Vida e Formação Profissional.

5. Metodologia de ensino

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros presenciais no polo da UAB e virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;

- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas em sala de aula presencial e virtual;

- Estudos dirigidos: resolução de exercícios em sala e on-line;

- Acompanhamento individual do aluno através do AVA e prática laboratorial;

- Discussão e socialização das vivências e estudos de caso;

- Leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo;

- Escrita sistemática do Plano de Formação; Memorial Formativo, Relatório de Formação e artigos científicos;

- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos individualmente ou em grupos.

- Criatividade e o uso de recursos diversificados como inclusão de atividades contextualizadas à realidade da prática profissional.

- Desempenho cognitivo e social do discente nos encontros presenciais e a distância.

- Disponibilização de apoio pedagógico (tutoria) aos estudantes que apresentarem baixo desempenho nas atividades;

- Outros instrumentos de verificação da aprendizagem: provas escritas, trabalhos, estudos de caso, fóruns de discussão, resenhas de vídeos e textos, práticas laboratoriais e auto-avaliação, dentre outros.

A frequência será computada da seguinte forma: 80% da carga horário total por meio de atividades no ambiente virtual de ensino Moodle e 20% no encontro síncrono de orientação que poderá ser presencial ou virtual a depender das condições ambientais no período de execução da aula. O estudante que faltar ao encontro presencial deverá realizar atividade extra para compensar essa falta mediante justificativa de falta. Para isso contamos com o apoio do Núcleo de Tecnologia Educacional e Educação a Distância do campus Caucaia, o qual juntamente com o docente da disciplina ajudará na inclusão dos estudantes no AVA e na organização das atividades avaliativas.

6. Avaliação

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Pós-graduação Latu Sensu do FCE. A avaliação terá caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB Nº. 9394/96.

A aprovação se dá para o acadêmico que obtiver grau final no valor mínimo de 7,0 (sete) pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos) e mínimo de 75% de frequência mínima total da disciplina. Também está previsto Flexibilização para estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015. A defesa deve ter a presença de um intérprete de Libras no caso de estudantes surdos.

7. Bibliografia básica

ARAGÃO, Ana. **Ciência e reflexividade**: considerações a partir de um projeto formativo investigativo. Magis: Revista Internacional de Investigación en Educación v.5, 2012, p. 17-29. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2810/281024896002.pdf> Acesso em: 21 mar. 2025.

FILHO, João Ferreira.; Yoshie Ussami Ferrari. **A formação do diretor e a escola pública**: uma narrativa autobiográfica. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica, [S. l.], v. 4, n. 10, p. 394–408, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/3859>. Acesso em: 21 mar. 2025.

OLIVEIRA, Maria do Socorro Brito de; CARVALHÊDO, Josania Lima Portela; LIMA, Maria da Glória Soares Barbosa. **Desenvolvimento profissional docente de gestores da educação básica**. Cadernos da FUCAMP, v. 4 n. 10, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/3859>. Acesso em: 21 mar. 2025.

NÓBREGA-TERRIEN, Silvia Maria.; TERRIEN, Jacques. **Trabalhos científicos e o estado da questão** Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2148> Acesso em: 21 mar. 2025.

8. Bibliografia complementar

BONDIA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, Apr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/> Acesso em: 21 mar. 2025.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; LIMA, José Rodolfo Tenório; MOREIRA, Fernanda Kempner. **Problematização e racionalização discursiva dos processos produtivos em organizações**. JISTEM J.Inf.Syst. Technol. Manag. (Online), São Paulo, v. 7, n. 3, p. 669-692, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/> Acesso em: 21 mar. 2025.

PINEAU, Gaston. **Emergência de um paradigma antropofornador de pesquisa-ação-formação transdisciplinar**. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 102-110, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v14n3/06.pdf> Acesso em: 21 mar. 2025.

Coordenador Curso

Setor Pedagógico

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO CEARÁ-
CAMPUS CAUCAIA
CURSO *LATO SENSU* EM ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO NA EPT
PLANO DE UNIDADE DIDÁTICA – PUD

1. Identificação

Disciplina (Unidade Temática): Trabalho de Metodologia Científica II

Código:

Pré-requisito: ----

Carga Horária (CH) Total: 20h

CH Teórica: 16

CH Prática: 04

Créditos: 01 Obrigatório

Nível: Especialização

Curricularização da Extensão:

2. Ementa

Desenvolvimento da segunda parte do trabalho de conclusão de curso: Revisão do Plano de Formação; Inventário das produções relacionadas as temáticas e escrita do Memorial de Formação. Escrita de si e história de vida na trajetória profissional na área da educação.

3. Objetivos

Implementar o Plano de Formação com o levantamento do inventário da temática de investigação nos bancos de dados científicos. Sistematizar o Memorial de Formação para integrar ao trabalho de conclusão de curso.

4. Programa

- Implementação do Plano de Formação;
- Levantamento do estado da questão a partir de um inventário;
- Sistematização e escrita do Memorial de Formação;
- Autoformação e Desenvolvimento Contínuo;
- História de Vida e Formação Profissional.

5. Metodologia de ensino

O processo de ensino e aprendizagem ocorrerá por meio de atividades desenvolvidas em encontros presenciais no polo da UAB e virtuais que podem ser síncronos ou assíncronos no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) Moodle.

- Aulas expositivas e dialogadas com uso de recursos multisemióticos como vídeos explicativos e slides interativos, dentre outros;

- Leitura dirigida dos textos recomendados e participação discente nas discussões temáticas em sala de aula presencial e virtual;

- Estudos dirigidos: resolução de exercícios em sala e on-line;

- Acompanhamento individual do aluno através do AVA e prática laboratorial;

- Discussão e socialização das vivências e estudos de caso;

- Leitura, interpretação de textos e participação em atividades individuais e grupo;

- Escrita sistemática do Plano de Formação; Memorial Formativo, Relatório de Formação e artigos científicos;

- Planejamento, organização, coerência de ideias e clareza na elaboração de trabalhos escritos ou destinados à demonstração do domínio dos conhecimentos técnico-pedagógicos e científicos adquiridos individualmente ou em grupos.

- Criatividade e o uso de recursos diversificados coma inclusão de atividades contextualizadas à realidade da prática profissional.

- Desempenho cognitivo e social do discente nos encontros presenciais e a distância.

- Disponibilização de apoio pedagógico (tutoria) aos estudantes que apresentarem baixo desempenho nas atividades;

- Outros instrumentos de verificação da aprendizagem: provas escritas, trabalhos, estudos de caso, fóruns de discussão, resenhas de vídeos e textos, práticas laboratoriais e auto-avaliação, dentre outros.

A frequência será computada da seguinte forma: 80% da carga horário total por meio de atividades no ambiente virtual de ensino Moodle e 20% no encontro síncrono de orientação que poderá ser presencial ou virtual a depender das condições ambientais no período de execução da aula. O estudante que faltar ao encontro presencial deverá realizar atividade extra para compensar essa falta mediante justificativa de falta. Para isso contamos com o apoio do Núcleo de Tecnologia Educacional e Educação a Distância do campus Caucaia, o qual juntamente com o docente da disciplina ajudará na inclusão dos estudantes no AVA e na organização das atividades avaliativas.

6. Avaliação

A avaliação da disciplina ocorrerá em seus aspectos qualitativos e quantitativos, segundo o Regulamento da Pós-graduação Latu Sensu do FCE. A avaliação terá caráter diagnóstico, formativo, processual e contínuo, com a predominância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados parciais sobre os obtidos em provas finais, em conformidade com o artigo 24, inciso V, alínea a, da LDB Nº. 9394/96.

A aprovação se dá para o acadêmico que obtiver grau final no valor mínimo de 7,0 (sete) pontos (em uma escala de 0 a 10 pontos) e mínimo de 75% de frequência mínima total da disciplina. Também está previsto Flexibilização para estudantes surdos valorizando o aspecto semântico, conforme Decreto 5626/2005, Lei 13.146/2015, Portaria MEC3.284/2003, assim como há previsão de disponibilidade de provas em formatos acessíveis, com o apoio do Napne, para atendimento às necessidades específicas do candidato com deficiência, conforme Lei Nº 13.146/2015. A defesa deve ter a presença de um intérprete de Libras no caso de estudantes surdos.

7. Bibliografia básica

ARAGÃO, Ana. **Ciência e reflexividade**: considerações a partir de um projeto formativo investigativo. Magis: Revista Internacional de Investigación en Educación v.5, 2012, p. 17-29. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/2810/281024896002.pdf> Acesso em: 21 mar. 2025.

FILHO, João Ferreira.; Yoshie Ussami Ferrari. **A formação do diretor e a escola pública**: uma narrativa autobiográfica. Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica, [S. l.], v. 4, n. 10, p. 394–408, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/3859>. Acesso em: 21 mar. 2025.

OLIVEIRA, Maria do Socorro Brito de; CARVALHÊDO, Josania Lima Portela; LIMA, Maria da Glória Soares Barbosa. **Desenvolvimento profissional docente de gestores da educação básica**. Cadernos da FUCAMP, v. 4 n. 10, 2019. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/rbpab/article/view/3859>. Acesso em: 21 mar. 2025.

NÓBREGA-THERRIEN, Silvia Maria.; THERRIEN, Jacques. **Trabalhos científicos e o estado da questão** Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2148> Acesso em: 21 mar. 2025.

8. Bibliografia complementar

BONDIA, Jorge Larrosa. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, Apr. 2002. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/> Acesso em: 21 mar. 2025.

LIMA, Clóvis Ricardo Montenegro de; LIMA, José Rodolfo Tenório; MOREIRA, Fernanda Kempner.

Problematização e racionalização discursiva dos processos produtivos em organizações. JISTEM J.Inf.Syst. Technol. Manag. (Online), São Paulo, v. 7, n. 3, p. 669-692, 2010. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/> Acesso em: 21 mar. 2025.

PINEAU, Gaston. **Emergência de um paradigma antropofomador de pesquisa-ação-formação transdisciplinar**. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 102-110, set./dez. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v14n3/06.pdf> Acesso em: 21 mar. 2025.

Coordenador Curso

Setor Pedagógico

